

CRESCER E DISTRIBUIR É POSSÍVEL!

**Confrontando a
narrativa golpista sobre
a economia e o PT**

Autores

**Eduardo Fagnani
Gerson Gomes
Guilherme Mello**

Apresentação

Aloizio Mercadante

Participação especial

Maria Inês Nassif



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Este livro reúne 28 artigos publicados pelos autores na Revista *Focus Brasil* da FPA entre 2021 e 2022. Os textos evidenciam que, durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), o Brasil experimentou uma combinação virtuosa entre crescimento econômico e inclusão social. O país se tornou a sexta maior economia do planeta e passamos a ser referência mundial no combate à fome e à extrema pobreza.

Um dos grandes legados dos governos petistas foi ter reduzido significativamente a vulnerabilidade externa da economia. O Brasil passou a ser credor em moedas estrangeiras. Em 2002, o Brasil não tinha credibilidade no mercado e era visto no mundo como um país que havia quebrado duas vezes, tendo de recorrer a empréstimos no Fundo Monetário Internacional (FMI).

Além disso, nos nossos governos se realizou a consolidação fiscal de longo prazo apoiada no crescimento, tornando sólidos os fundamentos macroeconômicos internos. A economia cresceu, a dívida pública líquida caiu quase pela metade e houve forte geração de superávit primário. A taxa de juros declinou progressivamente, o mesmo acontecendo com as despesas com juros, com pessoal e encargos. A taxa de inflação reduziu-se gradualmente, mantendo-se, em geral, dentro dos limites do regime de metas. Durante o período de que trata este livro, o Brasil alcançou o selo de “grau de investimento” das agências de classificação de risco.

O investimento público e privado, o mercado interno de consumo de massas, o avanço na construção de infraestrutura econômica e social, bem como o uso dos recursos naturais estratégicos, constituíram verdadeiras frentes de expansão do desenvolvimento brasileiro, utilizadas a serviço da geração de emprego, da diminuição da informalidade, do aumento da renda, da redução da pobreza e das desigualdades.

Por todos esses motivos, e outros mais, é absolutamente falsa a narrativa de que a política econômica do Partido dos Trabalhadores (PT) teria “quebrado o Brasil”. Este livro confronta, com fatos e dados, uma narrativa que cumpriu o objetivo de criminalizar politicamente o PT, abrindo caminho para o impeachment de Dilma, a prisão de Lula e o avanço do ultraliberalismo e do conservadorismo no país.

A interpretação correta do passado recente é instrumento fundamental para a reconstrução e a transformação do futuro próximo no Brasil.

William Nozaki

Coordenador do Centro de Altos Estudos da Fundação Perseu Abramo

**CRESCER E
DISTRIBUIR
É POSSÍVEL!**

CRESCER E DISTRIBUIR É POSSÍVEL!

**Confrontando a
narrativa golpista sobre
a economia e o PT**

Autores

Eduardo Fagnani

Gerson Gomes

Guilherme Mello

Apresentação

Aloizio Mercadante

Participação especial

Maria Inês Nassif



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente

Aloizio Mercadante

Vice-presidente

Vívian Farias

Elen Coutinho • Jéssica Italoema • Artur Henrique • Alberto Cantalice •
Carlos Henrique Árabe • Jorge Bittar • Geraldo Magela • Valter Pomar

Conselho editorial:

Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer, Clarisse Paradis, Conceição Evaristo,
Dainis Karepovs, Emir Sader, Hamilton Pereira, Laís Abramo, Luiz Dulci, Macaé Evaristo,
Marcio Meira, Maria Rita Kehl, Marisa Mídori Deaecto, Rita Sipahi, Sílvia Almeida,
Tássia Rabelo, Valter Silvério

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação editorial

Rogério Chaves

Assistente editorial

Raquel Maria da Costa

Revisão

Angélica Ramacciotti

Editoração eletrônica e capa

Antonio Kehl

Coordenador executivo do Centro de Altos Estudos (CAE)

William Nozaki

C939 Crescer e distribuir é possível : confrontando a narrativa golpista
sobre a economia e o PT [livro eletrônico] / Eduardo Fagnani ...[et
al.]. – São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2022.

124p.

ISBN 978-65-5626-072-3

1. Economia brasileira 2. Distribuição de renda 3. Dívida externa
4. Sustentabilidade ambiental I. Fagnani, Eduardo II. Gomes, Gerson
III. Mello, Guilherme IV. Mercadante, Aloisio, V. Nassif, Maria Inês

Este livro obedece às regras do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana
CEP 04117-091 – São Paulo – SP
Telefone: (11) 5571-4299
www.facebook.com/fundacao.perseuabramo
[Twitter.com/fpabramo](https://twitter.com/fpabramo)

Sumário

Apresentação: Crescimento e distribuição de renda: fizemos muito e poderemos fazer ainda mais.....	7
Introdução.....	11
A situação econômica no final dos governos de FHC.....	13
“O país só não quebrou por causa do PT” (Lula, 2021).....	14
O projeto desenvolvimentista.....	15
1. Redução da vulnerabilidade externa.....	21
Dívida Externa Bruta.....	21
Reservas internacionais	22
Dívida externa líquida.....	23
2. Melhoria dos fundamentos macroeconômicos: dívida, juros e inflação	25
Dívida pública líquida.....	25
Resultado primário	26
Dívida pública bruta.....	29
Resultado nominal.....	30
Mudança na composição da dívida.....	33
Taxa de juros	34
Despesas com juros.....	35
Despesas com pessoal e encargos	37
Inflação sob controle.....	38
3. A volta do crescimento, após 25 anos.....	41
Crescimento econômico.....	42
Deterioração do cenário internacional	44
4. O investimento como motor do crescimento	49

Taxa de investimento	49
Investimento público federal	51
Capacidade produtiva	52
Crédito	54
O papel da Petrobras.....	56
Reflexos setoriais do crescimento	62
Setor automotivo	63
Produção de cimento	63
Complexo de carnes.....	64
Produção de grãos.....	64
Cana-de-açúcar	65
Viagens aéreas nacionais e internacionais	65
Investir no futuro: capacidade científica e tecnológica.....	66
5. O mercado interno como outro motor do crescimento	71
Renda por habitante	71
Geração de empregos	73
Desemprego	75
Subutilização da força de trabalho	76
Salário mínimo	77
Custo da cesta básica	78
Massa Salarial.....	79
Pobreza	79
Desigualdade de renda.....	81
Renda dos mais pobres.....	82
Distribuição funcional da renda	84
Previdência Social.....	85
Gasto social.....	88
Moradia para a baixa renda.....	89
Democratização do crédito.....	91
Consumo das famílias.....	92
Vendas no varejo.....	94
6. Sustentabilidade ambiental	95
7. Crise política e gestão macroeconômica (2013/2016).....	99
Era a política	100
Os inimigos visíveis.....	102
Os inimigos invisíveis.....	104
8. O desastre econômico e social veio com Temer e Bolsonaro.....	109
Considerações finais: Falácias sobre a política econômica que pretendiam justificar o golpe de 2016.....	113
Os governos Lula (2003-2010)	115
O primeiro governo Dilma (2011-2014).....	116
O segundo governo Dilma (2015)	120
Sobre os autores.....	125

Apresentação

Crescimento e distribuição de renda: fizemos muito e poderemos fazer ainda mais

A pesar de sermos um partido com participação ativa na redemocratização, enfrentamos campanhas de ódio para fomentar o medo e ataques daqueles que nunca quiseram dar vez e voz para os trabalhadores e trabalhadoras no processo de decisão do país.

Quem não se lembra do segundo turno das eleições presidenciais de 1989, quando Lula (PT) foi vítima de uma grosseira manipulação midiática ou terrorismo eleitoral de 1994, 1998 e 2002. Recentemente, sofremos ainda mais com um processo implacável de perseguição, de agressões que resultaram no Golpe de 2016 e na prisão arbitrária do maior líder popular da história do Brasil.

É evidente que ao longo de 42 anos de história cometemos erros e temos cicatrizes, mas o que fizemos pelo povo brasileiro é muito maior. Foram quatro governos eleitos sucessivamente. Um período em que o Brasil experimentou estabilidade, crescimento econômico, inclusão social e distribuição de renda, nunca vistos. Com Lula e Dilma, retiramos o Brasil do Mapa da Fome, o país foi projetado internacionalmente e o povo passou a ter cidadania e autoestima. O salário mínimo cresceu 77% em termos reais e foram gerados 21 milhões de empregos formais. Mais de 36 milhões de brasileiros deixaram a pobreza extrema e outros 42 milhões ascenderam socialmente.

Entretanto, a narrativa corrente sobre a política econômica dos governos petistas aponta que ela teria “quebrado o Brasil”. Este livro apresenta uma infinidade de fatos que desconstroem essas mentiras circulantes, construídas e repetidas a partir da falsificação de fatos para mais uma vez criminalizar politicamente o PT e dar aparência justificável ao golpe jurídico, midiático e parlamentar que interrompeu, sem crime de responsabilidade, o mandato de Dilma Rousseff (PT) e impedir, de forma arbitrária e ilegal, que o ex-presidente Lula participasse das eleições presidenciais de 2018.

Os fatos apresentados neste livro demonstram que o discurso dominante é mentiroso e só serve aos interesses dos protagonistas da farsa do *impeachment*. O Brasil quebrou, isso sim, por efeito da revanche neoliberal imposta pelos governos Temer e Bolsonaro, que mergulharam o país na mais grave crise socioeconômica e humanitária da história, tornando claro que as promessas e narrativas dos que apoiaram a farsa do impeachment não se cumpriram.

Durante os governos Lula e Dilma foi possível conciliar crescimento econômico com redistribuição da renda. O Brasil passou a ser credor em moedas estrangeiras, reduzindo drasticamente a vulnerabilidade externa da economia, o que representava grave constrangimento estrutural e fragilizava o país nas crises internacionais, expondo o Brasil à ação especulativa nos mercados financeiros. Esse legado permitiu ao Brasil absorver o impacto cambial da crise financeira internacional de 2008/09 e atravessar a atual depressão econômica, sem problemas de escassez de divisas e dificuldades no balanço de pagamentos.

No ciclo petista foi feita a consolidação fiscal de longo prazo apoiada no crescimento que tornaram sólidos os fundamentos macroeconômicos. O crescimento foi impulsionado pelos investimentos, pelo crédito e pelo mercado interno de consumo assalariado formado a partir de políticas de distribuição de renda, de redução da pobreza, de expansão e formalização do emprego e de aumento e democratização do crédito, cuja maior virtude foi a melhora expressiva das condições de vida dos mais pobres.

Esse legado extraordinário dos nossos governos que habitam as mentes e os corações do povo e do Brasil profundo. É por isso que, agora, pela terceira vez e com humildade e uma dura luta pela frente, poderemos ver Lula subir a rampa e vestir a faixa, com a Praça dos Três Poderes tomada por bandeiras de todas as lutas.

Na atual quadra histórica, a eleição de Lula representa a esperança para derrotar o negacionismo, a extrema direita, o obscurantismo e o retrocesso e a oportunidade de resgatar a democracia, combater a desigualdade e a fome, reconstruir políticas públicas em um país devastado pelo obscurantismo.

Nós, que lutamos e plantamos democracia, diálogo, um projeto sólido de desenvolvimento do país, participação popular e esperança, seguramente, em breve vamos colher com Lula uma nova oportunidade de reconstruir o Brasil. O Brasil nunca precisou tanto do Partido dos Trabalhadores (PT), de Lula, da defesa da democracia e do desenvolvimento e do respeito à soberania do voto popular como agora.

Aloizio Mercadante

Presidente da Fundação Perseu Abramo. Doutor em economia, professor universitário, ex-deputado, ex-senador e ex-ministro de Estado da Casa Civil, da Educação e de Ciência e Tecnologia nos governos do PT.

Introdução

Este livro apresenta fatos que desconstroem as mentiras circulantes, segundo as quais a política econômica do Partido dos Trabalhadores (PT) teria “quebrado o Brasil”¹. Aquelas mentiras, construídas e repetidas a partir da falsificação de supostos ‘fatos econômicos’ – mentira que, à custa de ser repetida, implantou-se como se fosse verdade e informação correta – inventam, divulgam e repetem o que é invariavelmente apresentado no noticiário e nas ‘análises’ políticas e econômicas como se fossem desmandos da condução da política econômica do PT: de um “experimento desenvolvimentista”, ou de “nova matriz macroeconômica” ou de algum “populismo” esquerdista.

Fato grave é a visão liberal passar a ser hegemônica junto à opinião pública. Assim, se implantou uma suposta necessidade imperativa e urgente de “ajustes”, em sua maioria de caráter recessivo, que dali em diante passou a pautar os debates. E esse “diagnóstico”, ainda dominante na narração de fatos econômicos, trouxe de volta o receituário liberal, apresentado como se algum dia tivesse trazido alguma “solução” para os problemas brasileiros.

¹ Os artigos presentes nesta edição, de autoria dos economistas autores do livro, compuseram uma série publicada na *Focus Brasil* em 2021 e 2022, revista eletrônica da Fundação Perseu Abramo (FPA). Disponível em <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/>. Acesso em: 27 jun 2022. [N.E.]

O discurso em torno do “terrorismo econômico” intensificou-se com a proximidade das eleições de 2014, quando foi deflagrada ampla campanha articulada com o objetivo de enfraquecer a candidatura oficial, percebida, ela também, como antessala do retorno do “fantasma Lula” em 2018.

Os dados apresentados neste livro demonstram que o discurso dominante é mentiroso e só serve aos interesses dos protagonistas da farsa do *impeachment*. Diante dos fatos, não se sustenta a afirmação de que a crise econômica verificada em meados da década passada teria sido, fundamentalmente, crise de “irresponsabilidade fiscal”. Que teria havido o “sacrifício” dos fundamentos [macroeconômicos] em prol da “economia do povo, marca do modelo bolivariano”, como repete a fantasia de setores do mercado e da grande imprensa.

Esse enredo cumpriu o seu objetivo de criminalizar politicamente o PT, ao trabalhar para dar aparência justificável ao golpe jurídico, midiático e parlamentar que interrompeu, sem crime de responsabilidade, o mandato da presidenta legitimamente eleita, Dilma Rousseff (PT). Também atendeu ao objetivo de condenar, de forma arbitrária e ilegal, o ex-presidente Lula para, assim, o impedir de participar das eleições presidenciais de 2018.

A falsificação de supostos “fatos econômicos” ainda impera no cenário eleitoral de 2022. Os economistas liberais tupiniquins voltam ao ataque, sentenciando que um novo governo petista poderá levar a economia brasileira “para um desastre completo, ao estilo da Argentina ou da Venezuela”. Com o intuito de “alavancar” a “terceira via”, atuam para “impedir a repetição do rosário de políticas equivocadas implantadas entre 2003 e 2012”². Para essa corrente, a candidatura de Simone Tebet (MDB) poderia “nos livrar de uma vez tanto dos populismos de esquerda quanto dos da direita” e, “retomar as reformas econômicas progressistas e liberalizantes que caracterizaram o governo de *FHC*” (*sic*)³.

Este livro mostra que, em geral, os fundamentos macroeconômicos mantiveram-se sólidos durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Os principais indicadores socioeconômicos do Brasil eram satisfatórios, na

² Ver Folha de S.Paulo, coluna de Samuel Pessoa. Edmar Bacha explica “Para não esquecer”, 4.jun. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2022/06/edmar-bacha-explica-para-nao-esquecer.shtml>. Acesso em: 6.abr.2022.

³ Idem.

comparação com a experiência internacional em igual período, e com os governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL). Nem no campo fiscal, alvo preferencial do ataque dos liberais, observa-se crise comparável à que foi propagada.

Os fatos mostram que o Brasil estava quebrado, isso sim, em 2002, por efeito da agenda neoliberal implantada nos anos de 1990. Posteriormente, depois de a oposição ter apostado suas fichas no golpe e na instabilidade política, os governos Temer e Bolsonaro radicalizaram a agenda neoliberal e mergulharam o país na mais grave crise socioeconômica e humanitária da história, tornando claro que as promessas e narrativas dos que apoiaram a farsa do *impeachment* não se cumpriram.

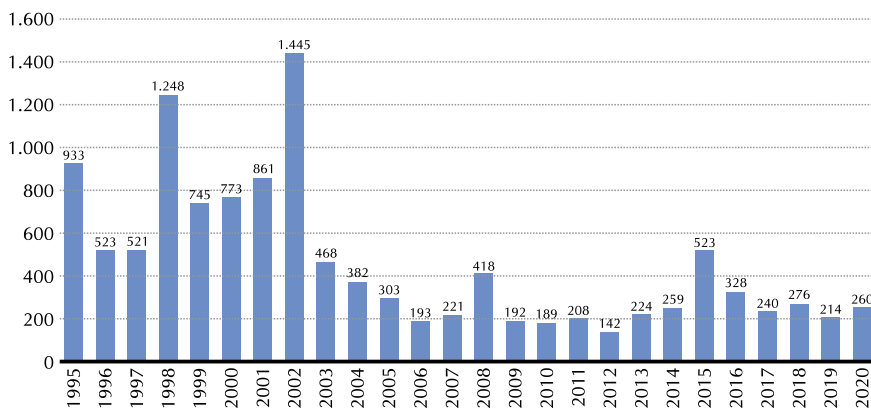
A situação econômica no final dos governos de FHC

Quando Lula assumiu, em 2003, estávamos de joelhos diante do Fundo Monetário Internacional (FMI), quase sem reservas cambiais e incapazes de honrar nossos compromissos externos. As reservas cambiais somavam apenas 16,3 bilhões de dólares. A dívida externa bruta era de 42% do PIB e a dívida externa líquida atingia 37% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2002, a inflação chegou a 12% ao ano. Com juros básicos superiores a 40% ao ano em alguns subperíodos, a dívida pública líquida dobrou entre 1995 (30% do PIB) e 2002 (60% do PIB), o que motivou a elevação da carga de impostos (de 25% para 34% do PIB, em igual período).

A política econômica e as reformas liberalizantes geraram recessão e crise social. A taxa de crescimento do PIB foi de 2,5% ao ano, em média, entre 1995 e 2002. A renda *per capita* e a mobilidade social estagnaram; o desemprego atingiu 12,6% em 2002; houve destruição de postos de trabalho formais e a desigualdade da renda e a pobreza mantiveram-se elevadas.

Em 2002, o risco Brasil atingiu o elevado patamar de 1.445 pontos. Nos governos Lula e Dilma, esse índice caiu para patamares reduzidos, refletindo a solidez dos fundamentos macroeconômicos e a confiança do mercado financeiro na solvência do país. Mesmo em 2015, o risco Brasil era cerca de um terço do patamar alcançado em 2002. Afinal, quando o Brasil quebrou? Em 2002 ou em 2015?

Gráfico 1. Índice EMBI-Brasil
(Fim de período) – 1995-2020



Fonte: IPEADATA. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

“O país só não quebrou por causa do PT” (Lula, 2021)

Como fartamente documentado neste livro, um dos grandes legados dos governos Lula e Dilma foi reduzir significativamente a vulnerabilidade externa da economia. Com a volta do crescimento econômico, foi possível fazer a consolidação fiscal de longo prazo apoiada na expansão do PIB. Assim, caminhou-se no sentido de tornar os fundamentos macroeconômicos mais sólidos e robustos, ao mesmo tempo em que se ampliava o investimento público e fortalecia o papel coordenador do Estado. A melhoria dos indicadores sociais também é fato inconteste.

Para a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a “era Lula foi a melhor fase da economia brasileira dos últimos 30 anos” [1980-2010]. Segundo análise jornalística do estudo⁴, o período de junho de 2003 a julho de 2008 foi de maior expansão para a economia brasileira das últimas três décadas. Nesses cinco anos, a indústria expandiu-se, as vendas do comércio registraram alta e a gera-

⁴ Ver FGV: ‘Era Lula’ foi melhor fase da economia brasileira dos últimos 30 anos”. Uol/Economia, 11.fev.2010. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2010/02/11/era-lula-foi-a-melhor-fase-da-economia-brasileira-dos-ultimos-30-anos-diz-fgv.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 6.ago.2022.

ção de emprego e renda cresceu. O bom desempenho da economia começou seis meses após a posse do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e se prolongou por 61 meses. O menor período recessivo, de acordo com o levantamento, foi também no governo de Lula e durou seis meses: de junho de 2008 a janeiro de 2009, quando o país conviveu com a recessão.

A solidez dos fundamentos macroeconômicos externos e internos ao cabo dos governos petistas foi avalizada pelo então Ministério da Fazenda do governo Temer, em 2016, nos seguintes termos:

A situação do Brasil é de solidez e segurança porque os fundamentos são robustos. O país tem expressivo volume de reservas internacionais e o ingresso de investimento direto estrangeiro tem sido suficiente para financiar as transações correntes. As condições de financiamento da dívida pública brasileira permanecem sólidas neste momento de volatilidade nos mercados financeiros em função de eventos externos. O Tesouro Nacional conta com amplo colchão de liquidez. A dívida pública federal é composta majoritariamente de títulos denominados em reais. [...] Nesse contexto, o Brasil está preparado para atravessar com segurança períodos de instabilidade externa⁵.

Por todos esses motivos, durante os governos Lula e Dilma, o Brasil ganhou o selo de “grau de investimento” das agências de classificação de risco. Em 2002, o Brasil ocupava a 13ª posição no *ranking* global de economias medido pelo PIB em dólar (dados do Banco Mundial e FMI). Em 2011, o país chegou a 6ª maior economia do mundo, à frente da Grã-Bretanha. Depois do golpe, o Brasil saiu novamente da lista das dez maiores economias do mundo (em 2020, ocupava a 12ª posição).

O projeto desenvolvimentista

O livro pretende demonstrar com fatos e dados que, pela primeira vez na história econômica recente do Brasil, foi possível conciliar crescimento do PIB

⁵ Brasil tem fundamentos robustos e está preparado para instabilidade externa, diz Fazenda. Uol Economia, 24.jun.2016. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2016/06/24/brasil-tem-fundamentos-robustos-e-esta-preparado-para-instabilidade-externa-diz-fazenda.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 6.ago.2022.

com a redistribuição da renda e sustentabilidade ambiental, na contramão do sucedido em etapas anteriores, inclusive durante a ditadura militar e seu “milagre econômico”, quando o crescimento do PIB e o aumento extensivo do emprego em níveis decrescentes de remuneração funcionavam como mecanismos de atenuação dos conflitos sociais e de preservação do processo de distribuição regressiva da renda e crescente concentração da riqueza.

Nos governos Lula e Dilma, ao contrário, o crescimento fez aumentar as receitas, melhorando as contas públicas e os fundamentos macroeconômicos e abriu espaços para a expansão do investimento, do gasto social e do mercado de consumo assalariado, elementos estratégicos que impulsionaram o ciclo econômico e atribuíram-lhe o seu caráter mais redistributivo.

O Capítulo 1 deste livro ressalta que um dos maiores legados dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) foi ter reduzido a vulnerabilidade externa da economia. Os governos Lula e Dilma reduziram drasticamente a dívida externa bruta e acumularam reservas que, ao final de 2015, somavam mais de 370 bilhões de dólares (20 vezes mais que o montante registrado em 2002). Graças a essas reservas, a dívida externa pública líquida (bruta *menos* reservas) passou a ser negativa; o Brasil passou a ser credor em moedas estrangeiras; nunca mais quebrou e nunca mais teve que voltar ao FMI mendigando dólares.

O Capítulo 2 apresenta indicadores que comprovam a solidez dos fundamentos macroeconômicos internos. No ciclo petista, foi feita a consolidação fiscal de longo prazo apoiada no crescimento – não na redução do Estado, como queriam os “economistas do mercado”. Em geral, a economia cresceu, a dívida pública líquida, como proporção do PIB, caiu quase pela metade, e houve forte geração de superávit primário. A dívida pública bruta manteve-se estabilizada, e o déficit nominal declinou em relação aos governos anteriores e posteriores. A taxa de juros básicos da economia, embora ainda elevada, declinou progressivamente (exceto em 2015), o mesmo acontecendo com as despesas com juros como proporção da arrecadação tributária federal bruta e com as despesas com pessoal e encargos. A taxa de inflação reduziu-se gradualmente, mantendo-se dentro dos limites do regime de metas (exceto em 2015).

O Capítulo 3 mostra que no período analisado o Brasil voltou a crescer, após 25 anos de estagnação econômica. O PIB, a preços constantes, aumentou mais de 50% entre 2003 e 2014. Em parte, esse crescimento foi beneficia-

do pelo “*boom de commodities*”. Por outro lado, não se pode desconsiderar – como fazem os “analistas de ocasião” – a emergência da crise financeira internacional de 2008-2009, considerada a “maior crise do capitalismo desde 1929”, e seus impactos negativos sobre a economia mundial e brasileira. É fato que a desaceleração da economia brasileira, verificada nos governos Dilma, foi influenciada majoritariamente pela deterioração do cenário internacional – fato sonogado por críticos que preferem insistir nos supostos desmandos decorrentes da “nova matriz econômica” que jamais passou de fantasia.

O Capítulo 4 sublinha que o investimento foi um dos motores do crescimento. Ao contrário do que pretende a narrativa circulante, esse crescimento não foi puxado exclusivamente pelo consumo, posto que o investimento cresceu, em geral, mais do que o consumo e do que o PIB. As políticas adotadas em apoio ao desenvolvimento, com destaque para o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e a decisão de expandir o crédito e o financiamento de longo prazo, fomentaram o investimento público e privado. A ampliação do crédito, especialmente o ofertado pelos bancos públicos, também teve papel importante nesse processo.

O Capítulo 5 reafirma e demonstra que o mercado interno de consumo assalariado foi, também, importante motor do crescimento. Em outras palavras, o crescimento econômico também decorreu das ações que ampliaram o mercado interno de consumo assalariado formado a partir de políticas de distribuição de renda, redução da pobreza, expansão e formalização do emprego e de aumento e democratização do crédito, cuja maior virtude foi a melhoria expressiva das condições de vida dos mais pobres.

O Capítulo 6 ressalta os esforços realizados para construir uma estratégia de desenvolvimento com inclusão social e sustentabilidade ambiental. A política ambiental desenvolvida nos governos Lula e Dilma é vasta, destacando-se, entre os seus resultados, a queda da taxa de desmatamento da Amazônia Legal, a qual, entre 2004 e 2012 caiu mais de seis vezes.

Em suma, no caso dos indicadores analisados, fica cabalmente demonstrado que é errada a narrativa dos liberais à brasileira, disseminada à custa de incansável repetição pela grande mídia. Mais uma vez, os dados demonstram que os movimentos narrativos que intoxicaram tantos discursos midiáticos jamais aspiraram a atender interesses do Brasil e dos brasileiros; e que a tal

“crise” inventada só fez avançar interesses econômicos e políticos dos protagonistas da farsa que foi o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

O Capítulo 7, escrito pela jornalista Maria Inês Nassif, trata da relação entre crise política e crise econômica no período 2013-2016, enfatizando que “nunca se conspirou tanto na República Federativa do Brasil”. Para a autora, os eventos mostraram que “não era a economia o grande vetor do descontentamento” que emergiu após as manifestações de abril de 2013. “A explosão popular ocorreu antes de os impactos da crise sobre a economia brasileira agredirem mais fortemente o bem-estar da população. A grande crise do governo Dilma ocorreria, isso sim, a partir do momento em que o caos artificial tomou conta do país; quando a ‘guerra híbrida’ gestada nas sombras das agências de inteligência dos EUA, nos quartéis brasileiros, na Justiça e nos grandes grupos nacionais de mídia tornou o país ingovernável” – afirma Nassif.

O Capítulo 8 deixa bem claro que o desastre econômico e social veio com Temer e Bolsonaro. Atualmente, o Brasil atravessa a maior crise socioeconômica da sua história. Com o golpe, a agenda neoliberal foi retomada, e hoje só se vê avanço no desmonte do Estado de bem-estar social, na destruição dos instrumentos do Estado desenvolvimentista e nas mais ensandecidas ameaças contra o Estado Democrático de Direito. O Brasil só não foi à bancarrota porque pôde recorrer aos mais 360 bilhões de dólares de reservas externas deixadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Essas reservas ainda mantêm o país em posição credora em moedas internacionais, a despeito da deterioração ocorrida nos últimos anos.

Assim se vê que a agenda neoliberal, para cuja retomada o golpe foi concebido e praticado, só tem promovido ameaças contra o Estado Democrático de Direito; só contribuiu para desmontar o Estado de bem-estar social, para suprimir direitos trabalhistas e previdenciários, para restringir a capacidade de atuação do Estado e para facilitar a privatização, às pressas, de empresas estratégicas.

A farsa do *impeachment* e a narrativa falaciosa que o engendrou e propagandou, deu voz a uma extrema direita obscurantista, gerou um Estado autoritário, promoveu o arbítrio e a perseguição política e dividiu a Nação. Já fracassaram espetacularmente todas as muito alardeadas “certezas” de que afastar do cargo, sem crime de responsabilidade, uma presidenta eleita democraticamente, geraria nos investidores algum “choque de confiança”. E havia quem esperasse que, milagrosamente, esse “choque” recuperasse a economia.

Nas notas finais, sublinha-se que os limites da política econômica do PT não são aqueles apontados pela narrativa que justificou o golpe parlamentar. A compreensão da complexidade da conjuntura de 2015 é obra da economia política, que desautoriza análises simplórias e ideológicas. Não se compreende 2015 sem retroceder a 2013. As manifestações populares, capturadas pela oposição, contribuíram para acirrar as tensões políticas de caráter antipopular e antidemocrático, que se intensificaram com a proximidade das eleições presidenciais de 2014. A vitória de Dilma Rousseff (PT) foi imediatamente contestada pelos perdedores, iniciando-se o processo que culminou na deposição antidemocrática da presidenta reeleita pela maioria dos votos dos brasileiros.

Houve uma “tempestade perfeita” de conspirações, marcada pelo fato de que a oposição passou a apostar no golpe, na instabilidade institucional e na imposição de limites legislativos para a condução da política econômica, num cenário econômico externo desfavorável, queda expressiva no preço das *commodities* e desaceleração do ciclo de consumo e investimento. É neste quadro de tensões que se compreende a decisão de mudar os rumos da economia e iniciar nova etapa de ajuste fiscal. Somam-se a tudo isso os efeitos disruptivos da operação Lava Jato, que destruiu setores produtivos e empregos⁶, em sua estratégia para desmontar empresas nacionais.

A complexidade desse processo, que impôs limites objetivos à gestão da política econômica, passou ao largo da compreensão dos “analistas de ocasião”. Para eles, seria mais fácil e funcional apelar para o debate puramente ideológico, criminalizando a ação do Estado e as políticas públicas do período anterior. A lógica oculta nessas manobras era trazer de volta o receituário liberal como solução para os problemas brasileiros.

Reconstruir e transformar o Brasil impõem-se como imperativos civilizatórios. A história ensina que o Partido dos Trabalhadores (PT), sob a liderança de Lula, e com o apoio dos setores democráticos e progressistas, tem credenciais para, outra vez, unir o Brasil e salvar os brasileiros da barbárie neoliberal.

Os autores

⁶ Ver estudo *Implicações econômicas Intersetoriais da operação Lava Jato*, publicado pelo Dieese em 16.mar.2021. Disponível em <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/impactosLavaJatoEconomia.html>. Acesso em: 6.ago.2022. [N.E.]

1

Redução da vulnerabilidade externa

Um dos maiores legados de Lula e Dilma foi reduzir a vulnerabilidade externa da economia. Esses governos reduziram drasticamente a dívida externa bruta e acumularam reservas internacionais que fizeram com que o Brasil, ao invés de devedor, passasse a ser credor em moedas estrangeiras, fato inédito na história econômica do país.

Dívida Externa Bruta

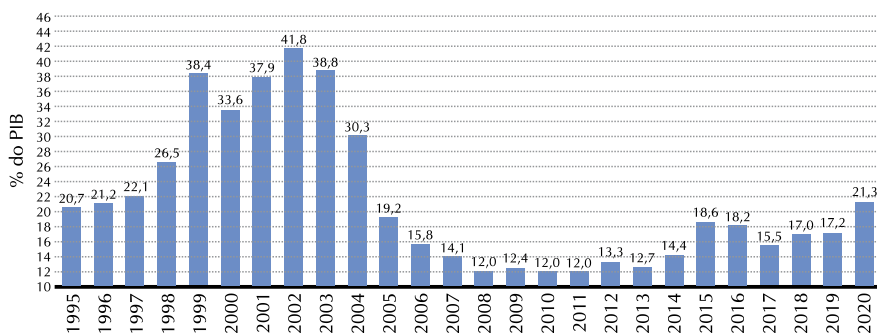
Em 2002, o Brasil era devedor do Fundo Monetário Internacional (FMI), as reservas cambiais¹ eram reduzidas, a dívida externa bruta² era elevada e o país tinha dificuldades de honrar os seus compromissos em moeda estrangeira. Entre 1995/2002, a dívida externa bruta brasileira dobrou, passando de 20,7% do PIB para 41,8% do PIB (Gráfico 1).

¹ As reservas internacionais são os ativos do Brasil em moeda estrangeira e funcionam como uma espécie de seguro para o país fazer frente às suas obrigações no exterior e a choques de natureza externa.

² Soma da dívida externa bruta do setor público não financeiro e do Banco Central. Não se deduz as reservas cambias (aplicações em moeda estrangeira do BC que são ativos do país).

Durante os governos petistas a dívida externa bruta caiu de forma contínua, sendo que em 2011 era de apenas 12,0% do PIB. Mesmo em um momento de crise econômica e política, como em 2015, a dívida externa bruta era de 18,6% do PIB, menos da metade da verificada em 2002.

Gráfico 1. Dívida Externa Bruta
Em % do PIB – Brasil – 1995/2020



Fonte: Banco Central do Brasil. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2012.

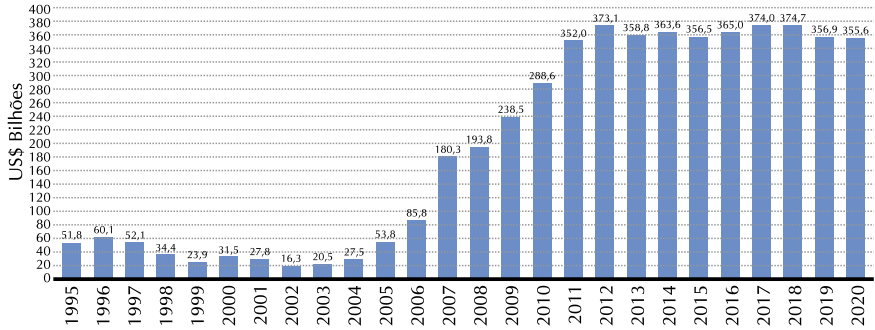
No governo Bolsonaro, a dívida externa bruta atingiu 21,3% do PIB, quase o dobro do patamar verificado em 2011.

Reservas internacionais

A falácia da narrativa, segundo a qual a política econômica do PT teria “fracassado”, fica patente quando se observa que, em 2002, o Brasil dispunha de apenas 16,3 bilhões de dólares de reservas internacionais líquidas, o que representava grave constrangimento estrutural e fragilizava o país nas crises internacionais, expondo o Brasil à ação especulativa nos mercados financeiros.

Os governos petistas reduziram significativamente essa vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, acumularam um grande volume de reservas cambiais. Nota-se que entre 2002 e 2015 as reservas cambiais aumentaram mais de 20 vezes, tendo passado de 16,3 bilhões de dólares para 356,5 bilhões de dólares (Gráfico 2).

Gráfico 2. Evolução das reservas internacionais líquidas (1)
Em US\$ Bilhões – Brasil – 1995-2020



Nota: (1) De 1998 até 2005, os dados correspondem ao conceito de reservas líquidas ajustadas, referido nos acordos com o FMI. Fonte: Banco Central do Brasil. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, 2021.

Dívida externa líquida

Com a redução da dívida externa pública bruta e a elevação das reservas cambiais, a dívida externa pública líquida (dívida bruta menos reservas)³, que era de 37% do PIB, em 2002, passou a ser negativa a partir de 2007 (Gráfico 3).

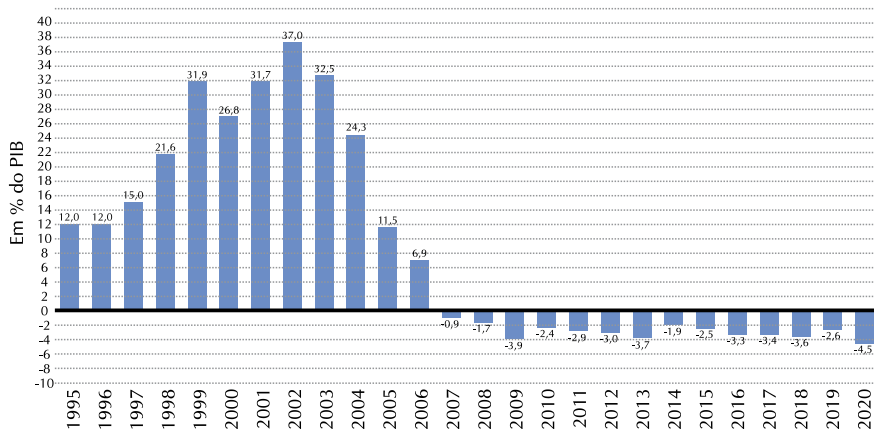
Ou seja, o Brasil passou a ser credor em moedas estrangeiras, fato que acontecia naquele momento, pela primeira vez, em toda a história econômica brasileira. Passou a ser credor, inclusive, do FMI, ao qual emprestamos recursos para seus programas de assistência financeira aos países em desenvolvimento.

Dessa forma, no caso da dívida externa bruta, reservas cambiais e da dívida externa líquida, os fatos demonstram que é mentirosa a narrativa da qual se servem os protagonistas da farsa do *impeachment*. Esse legado permitiu ao Brasil absorver o impacto cambial da crise financeira internacional de 2008/09 e atravessar a atual depressão econômica, sem problemas de escassez de divisas e dificuldades no balanço de pagamentos.

Com o golpe parlamentar, o Brasil só não voltou a quebrar nos governos Temer e Bolsonaro por conta das reservas cambiais acumuladas pelos governos

³ Dívida Externa Bruta menos as aplicações em moeda estrangeira. As reservas internacionais do Banco Central são consideradas como aplicações e, portanto, deduzidas da Dívida Externa Bruta.

Gráfico 3. Evolução da dívida externa líquida
Em % do PIB – Brasil – 1995-2020



Fonte: Banco Central do Brasil. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

do Partido dos Trabalhadores (PT). Pela primeira vez na história do Brasil, não somos constrangidos pela restrição de divisas para planejar o nosso futuro. Esse legado é o alicerce sobre o qual deve assentar-se qualquer projeto de retomada do desenvolvimento.

2

Melhoria dos fundamentos macroeconômicos: dívida, juros e inflação

Otra marca do ciclo petista foi realizar a consolidação fiscal de longo prazo apoiada no crescimento tornando sólidos os fundamentos macroeconômicos internos.

Em geral, a economia cresceu, a dívida pública líquida como proporção do PIB caiu quase pela metade e houve forte geração de superávit primário. A dívida pública bruta manteve-se estabilizada e o déficit nominal declinou em relação aos governos anteriores e posteriores.

A taxa de juros básicos da economia, embora ainda elevada, declinou progressivamente, o mesmo acontecendo com as despesas com juros como proporção da arrecadação tributária federal bruta e com as despesas com pessoal e encargos.

A taxa de inflação reduziu gradualmente, mantendo-se dentro dos limites do regime de metas (exceto em 2015).

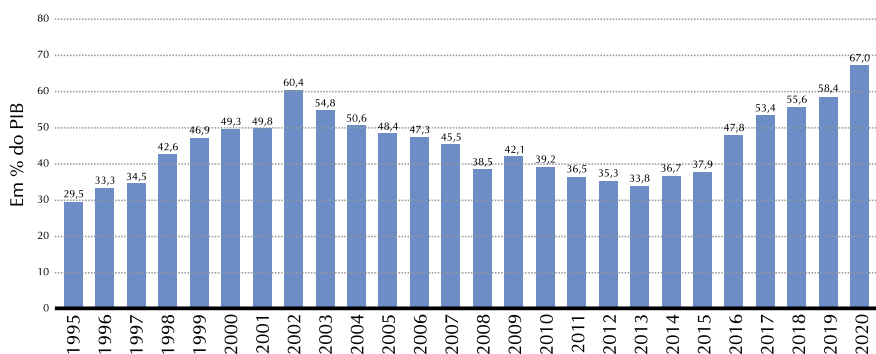
Dívida pública líquida

Os governos Lula e Dilma reduziram, de forma substancial, a dívida pública líquida¹, o mais importante indicador fiscal de um país. O Gráfico 1 mostra

¹ Dívida pública bruta menos a soma dos créditos do setor público não financeiro e do Banco Central.

que, entre 1995 e 2002, a dívida pública líquida do governo federal dobrou, passando de 29,5% para 60,4% do PIB. Nos governos petistas, a dívida líquida caiu quase pela metade: de 60,4% (2002) para 33,8% do PIB (2013), elevando-se ligeiramente para 37,9% do PIB (2015) – patamar muito reduzido na história recente e bem inferior ao verificado na maior parte das economias desenvolvidas (média de 70,3% em 2014).

Gráfico 1. Evolução dívida pública líquida do governo federal
Em % do PIB – Brasil – 1995-2020



Fonte: Banco Central do Brasil. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

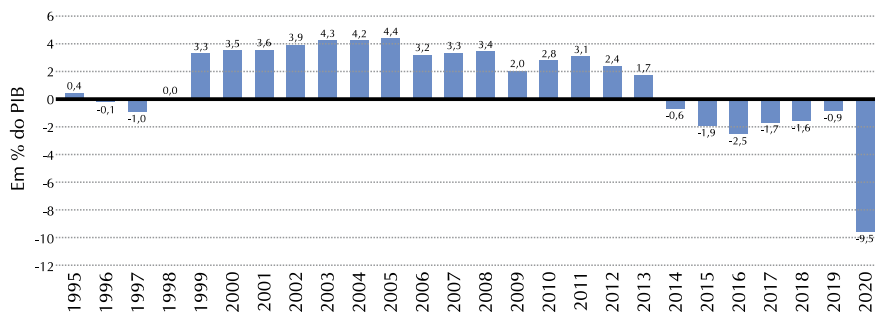
Nos governos Temer e Bolsonaro, a dívida pública interna passou de 37,9% para 67% do PIB. Esse patamar é superior ao verificado em 2002. Ou seja, em apenas cinco anos, a dívida interna líquida aumentou quase 30 pontos percentuais como proporção do PIB. Isso mostra, em números, que o que PT construiu em treze anos, foi desconstruído em apenas cinco anos.

Resultado primário²

Os governos petistas buscaram gerar superávits primários, objetivo plenamente alcançado. A média anual do período 2003-2013 (3,1% do PIB) foi quase o dobro da média anual verificada nos governos de FHC (1,7% do PIB) (Gráfico 2).

² O resultado primário surge do confronto de receitas e despesas não financeiras. Assim, exclui a parcela referente aos juros nominais incidentes sobre a dívida líquida.

Gráfico 2. Evolução do resultado primário
Em % do PIB – Brasil – 1995-2020



Fonte: Banco Central do Brasil. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

É fato que, em 2014, foi registrado déficit primário de 0,6% do PIB. Mas, com base na experiência internacional e brasileira, absolutamente não cabe tomar esse evento isolado em prova da “crise terminal” da economia gerida pelos “populistas” da esquerda. *É preciso sublinhar que esse foi o único evento de déficit primário registrado desde 2003.*

O resultado negativo de 2014 refletiu o cenário externo desfavorável, a reversão do ciclo de consumo e de investimento e a queda no ritmo de crescimento das receitas tributárias, decorrentes tanto da desaceleração econômica, quanto das desonerações e isenções fiscais, descaracterizando, completamente, a versão liberal de que uma suposta “gastança” seria responsável pela diminuição do resultado primário.

Além da piora dos indicadores macroeconômicos em razão dos pontos assinalados, o déficit primário registrado em 2015 também refletiu a crise política, intensificada a partir de 2013, quando a oposição passou a apostar no golpe e na instabilidade política e a limitar, no Parlamento, o raio de manobra na condução da política econômica (Ver Capítulo 7). O ajuste ortodoxo realizado em 2015 para tentar neutralizar a ofensiva golpista também responde pelo déficit primário verificado nesse ano.

Nos governos Temer e Bolsonaro, entre 2016 e 2019, o déficit primário registrou média anual de 1,6% do PIB, sendo que o crescimento verificado em 2020 se deve à crise aprofundada pela Covid-19.

Também é importante sublinhar que, na comparação internacional, o Brasil foi um dos únicos países que obteve superávit primário no período analisado. As nações desenvolvidas e emergentes, via de regra, mostraram déficits primários substanciais após a crise financeira de 2007-2008 (Tabela 1). São emblemáticos os casos dos EUA e do Japão e, sobretudo, da Irlanda, Grécia, Portugal e Espanha. Dentre os emergentes, destacam-se os déficits primários que se verificaram na Rússia, África do Sul e Índia, mas também, em menor grau, na China e no Chile, no auge da crise financeira. Mesmo nesse período crítico, ao contrário de outras nações, o Brasil prosseguiu gerando superávits primários até 2013.

Tabela 1 – Resultado Primário do Governo Geral (% do PIB)

Países	2007	2009	2010	2011	2012	2013	2014*
Estados Unidos	-1,1	-11,6	-9,2	-7,6	-6,3	-3,6	-3,2
Japão	-2,1	-9,9	-8,6	-9,0	-7,8	-7,8	-7,1
Canadá	2,0	-3,7	-4,3	-3,3	-2,6	-2,4	-1,4
Reino Unido	-1,4	-9,4	-7,2	-4,9	-5,4	-4,4	-3,8
Alemanha	2,6	-0,8	-2,0	1,1	1,9	1,7	2,0
França	-0,1	-4,9	-4,5	-2,6	-2,4	-1,9	-2,1
Itália	3,0	-1,1	-0,2	0,9	1,9	1,8	1,5
Portugal	-1,0	-7,7	-9,0	-4,0	-1,9	0,1	0,4
Irlanda	0,8	-12,5	-30,0	-9,7	-4,4	-1,9	-0,3
Espanha	3,0	-9,6	-7,8	-7,5	-7,9	-4,0	-3,0
Grécia	-2,1	-10,2	-5,2	-2,9	-1,3	1,2	1,5
África do Sul	3,7	-2,4	-2,2	-1,2	-1,3	-1,1	-1,0
Argentina	1,9	0,2	1,3	-0,4	-0,5	-0,7	-1,0
Brasil	3,2	1,9	2,3	2,9	2,0	1,8	-0,6
Chile	7,7	-4,3	-0,3	1,5	0,8	-0,4	-1,4
China	0,5	-1,3	-0,8	1,1	0,5	-0,6	-0,7
Colômbia	1,8	-1,1	-1,6	-0,1	1,6	1,2	0,9
Índia	0,4	-5,1	-4,2	-3,8	-3,1	-2,6	-2,6
Rússia	6,0	-6,6	-3,3	1,8	0,7	-0,9	-0,7

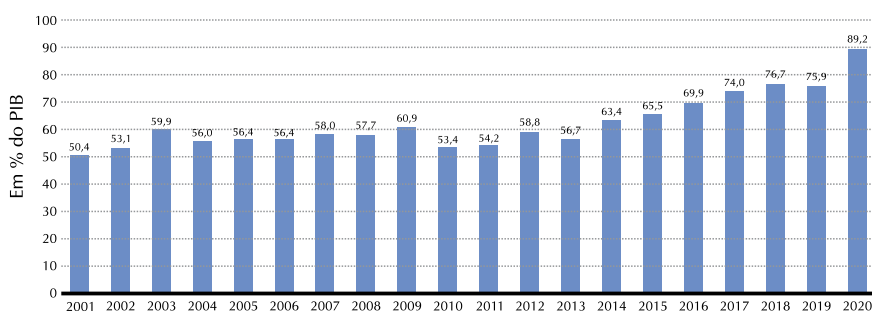
Fonte: IMF World Economic Outlook (WEO), Abril de 2015. (*) Preliminar; (**) Projeções/estimativas.

Dívida pública bruta

O comportamento dívida pública bruta³ do governo federal, e sua análise comparativa no plano internacional, também não revela uma “trajetória insustentável” ao cabo dos governos petistas. A média anual entre 2003 e 2015 foi de 58,3% do PIB. A sua variação ao longo desse período foi determinada, em grande medida, pelos aportes do tesouro para que o BNDES financiasse os investimentos e induzisse o crescimento, conjugado ao contínuo acúmulo de reservas (Gráfico 3).

Esses fatores, decisivos para garantir condições de financiamento e segurança para o investimento privado, contribuíram para que a relação dívida pública bruta/PIB subisse ligeiramente nos anos finais da gestão petista. Entretanto, os fatores determinantes em 2015 foram a recessão e a forte queda do PIB (que aumentou a relação dívida/PIB). Além disso, esse aumento também refletiu a crise política, intensificada a partir de 2013 (Ver Capítulo 7). Nos governos Temer e Bolsonaro, a dívida pública bruta saltou de 65,5% do PIB para 89,2% do PIB.

Gráfico 3. Evolução da dívida pública bruta do governo federal
Em % do PIB – Brasil – 1995-2020



Fonte: Banco Central do Brasil. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Na comparação internacional, o Brasil viveu uma situação confortável quanto a esse indicador. A Tabela 2 mostra que, na média de 15 países euro-

³ Dívida do setor público não financeiro e do Banco Central com o sistema financeiro (público e privado), o setor privado não financeiro e o resto do mundo. Não são considerados os créditos do setor público não financeiro e do Banco Central.

peus selecionados, a dívida pública bruta variou entre 80,2% do PIB e 90,9% do PIB entre 2009 e 2015 – patamar muito superior ao verificado no Brasil durante o ciclo petista. Em função da crise financeira internacional de 2008-2009, a dívida pública do Japão atingiu 242,1% do PIB em 2014. Também são emblemáticos os casos dos EUA, Irlanda, Grécia, Portugal e Itália.

Tabela 2 – Dívida pública bruta
Em % do PIB – Países selecionados – 2009-2020

Países	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Alemanha	72,6	81,0	78,7	79,9	77,5	74,7	70,9	68,1	65,0	61,6	59,5	73,3
Espanha	52,7	60,1	69,5	85,7	95,5	100,4	99,8	99,4	98,6	97,6	95,5	123,0
Estados Unidos	87,0	95,7	100,0	103,4	105,4	105,1	105,2	107,1	105,7	106,9	108,7	131,2
França	78,9	81,6	85,2	89,5	92,3	94,9	95,6	96,3	98,3	98,1	98,1	118,7
Grécia	126,7	146,3	172,1	159,6	177,9	180,9	179,4	181,6	179,3	184,8	180,9	205,2
Irlanda	61,5	86,1	110,4	119,7	119,6	104,7	77,1	72,9	67,4	62,9	57,3	63,7
Itália	112,5	115,4	116,5	123,4	129,0	131,8	132,1	132,6	134,1	134,8	134,8	161,8
Japão	208,6	215,9	230,6	236,6	240,5	242,1	238,1	239,3	234,5	236,6	238,0	266,2
Portugal	83,6	96,2	111,4	126,2	129,0	130,6	129,0	130,4	126,1	122,0	117,7	137,2
Reino Unido	64,5	76,0	81,6	85,1	86,2	88,1	89,0	89,3	86,2	85,7	85,4	108,0
Euro (15 Países)	80,2	85,8	87,7	90,7	92,6	92,8	90,9	90,0	87,6	85,7	84,0	101,1

Fonte: FMI. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Resultado nominal

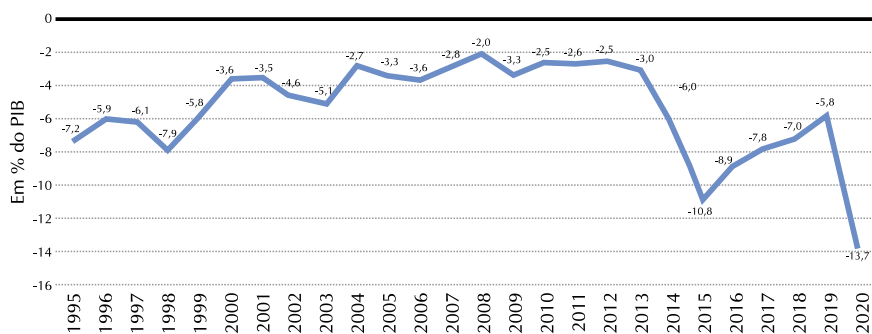
O comportamento do resultado nominal⁴ e sua análise comparativa no plano internacional, absolutamente não revelam que houve irresponsabilidade fiscal nos governos petistas. O Gráfico 4 mostra que a média anual do déficit nominal no período 2003-2013 foi de -3,03% do PIB. Se considerarmos o período 2003-2015, essa média sobe ligeiramente para 3,86% do PIB, patamar bem inferior ao verificado nos governos anteriores, entre 1995 e 2002, e posteriores, entre 2016 e 2020.

Os governos Temer e Bolsonaro fizeram com que o déficit nominal saltasse para -7,4% do PIB, em média, entre 2016-2019 – quase o dobro da média

⁴ O resultado nominal representa a diferença entre receitas e despesas (financeiras e não financeiras) totais no exercício.

anual verificada durante os governos do PT. Em 2020, por conta da pandemia, o déficit nominal atingiu -13,7% do PIB.

Gráfico 4. Evolução do resultado nominal
Em % do PIB – Brasil – 1995-2020



Fonte: Banco Central do Brasil. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

É importante destacar que o déficit nominal ocorre apesar do esforço de geração de superávit primário ocorrido nos governos petistas (como demonstrado anteriormente). Isso porque a economia brasileira apresenta um elevado custo da dívida, decorrente dos altos juros, que tiveram uma tendência de queda nos governos petistas, mas ainda assim estavam acima da média internacional. A diferença, sem dúvida, é que a maior parte das economias apresentam taxas de juros civilizadas, o que reduz seus déficits nominais e estabiliza a relação dívida/PIB mesmo com a existência de pequenos déficits primários.

Neste caso, fica evidente que o verdadeiro desajuste brasileiro não está nas contas primárias, mas sim na conta de juros, completamente descolada da realidade global, apesar dos esforços de redução dos juros e da dívida feitos durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

A piora do déficit nominal no biênio 2014-2015 também refletiu o cenário externo desfavorável, o esgotamento do ciclo de consumo, a não impulsão dos investimentos e a inflexão nos rumos da economia a partir do início de 2013, quando o Banco Central inicia um novo ciclo de elevação da taxa de juros, ampliando o endividamento público e restringindo a atividade econômica. Esse movimento também decorreu da mudança nos rumos da gestão macroeconômica a partir de 2015.

Mesmo assim, já se via, na comparação internacional, que o esforço fiscal brasileiro não estava desajustado. Os déficits nominais verificados nas gestões do PT estavam próximos de sua média histórica e abaixo da média dos países desenvolvidos. Esses países incorreram em expressivos déficits nominais após a crise financeira de 2008-2009. No período 2009-2014, a média anual do resultado nominal nos EUA, Japão, Reino Unido, Irlanda, Espanha e Grécia variou entre -7% e -11% do PIB. Dentre as economias emergentes, destaca-se a Índia que, em igual período, apresentou, em média, resultado nominal de -7,7% do PIB ao ano (Tabela 3).

Tabela 3 – Resultado Nominal do Governo Geral
Em % do PIB – Países selecionados – 2007-2014

Países	2007	2009	2010	2011	2012	2013	2014*
Economias desenvolvidas	-1,3	-8,9	-7,8	-6,4	-5,7	-4,2	-3,9
Estados Unidos	-3,2	-13,5	-11,3	-9,9	-8,6	-5,8	-5,3
Japão	-2,1	-10,4	-9,3	-9,8	-8,8	-8,5	-7,7
Canadá	1,5	-4,5	-4,9	-3,7	-3,1	-2,8	-1,8
União Europeia	-0,9	-6,6	-6,4	-4,5	-4,1	-3,1	-2,9
Reino Unido	-3,0	-10,8	-9,8	-7,6	-7,8	-5,7	-5,7
Zona do Euro	-0,6	-6,2	-6,1	-4,1	-3,6	-2,9	-2,7
Alemanha	0,2	-3,0	-4,0	-0,8	0,1	0,2	0,6
França	-2,5	-7,2	-6,8	-5,1	-4,9	-4,1	-4,2
Itália	-1,5	-5,3	-4,2	-3,5	-3,0	-2,9	-3,0
Portugal	-3,0	-9,8	-11,2	-7,4	-5,6	-4,8	-4,5
Irlanda	0,2	-13,9	-32,4	-12,6	-8,0	-5,7	-3,9
Espanha	2,0	-11,0	-9,4	-9,4	-10,3	-6,8	-5,8
Grécia	-6,7	-15,2	-11,1	-10,1	-6,3	-2,8	-2,7
Economias Emergentes	1,0	-3,7	-2,4	-0,7	-0,8	-1,7	-2,5
África do Sul	1,2	-4,7	-4,8	-3,9	-4,1	-4,1	-4,1
Argentina	0,3	-1,6	0,0	-1,9	-2,4	-2,0	-2,7
Brasil	-2,7	-3,2	-2,7	-2,5	-2,6	-3,1	-6,3
Chile	7,9	-4,1	-0,4	1,4	0,7	-0,5	-1,4
China	0,1	-1,8	-1,2	0,6	0,0	-1,1	-1,1
Colômbia	-0,8	-2,8	-3,3	-2,0	0,1	-0,9	-1,4
Índia	-4,4	-9,8	-8,4	-8,1	-7,5	-7,3	-7,2
Rússia	6,0	-6,3	-3,4	1,5	0,4	-1,3	-1,2

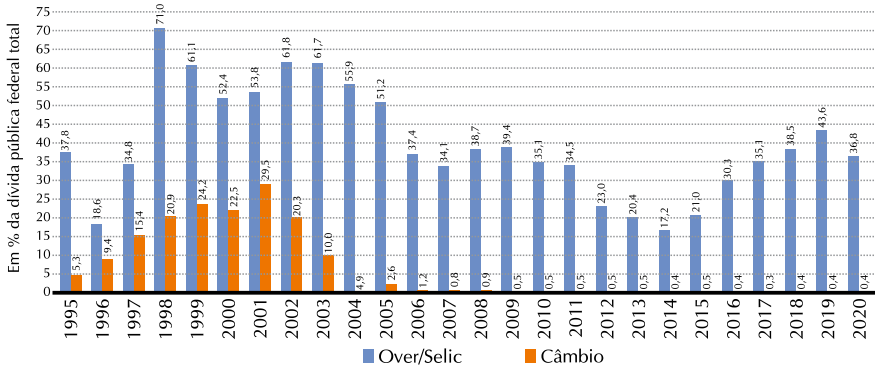
Nota: (*) Preliminar. Fonte: IMF World Economic Outlook (WEO), Abril 2015.

Mudança na composição da dívida

Os governos petistas modificaram significativamente o peso da Selic e da taxa de câmbio na composição da dívida. Esses indexadores da dívida, reconhecidos fatores de instabilidade e vulnerabilidade fiscal e cambial, proporcionavam verdadeiro festival de lucros exorbitantes ao rentismo financeiro interno e internacional durante o período 1995-2002.

Com maior volume de reservas internacionais e taxas de juros relativamente menores, foi possível praticamente zerar o peso dos títulos indexados ao câmbio no total. Em 2001, esses títulos chegaram a representar 29,5% da dívida brasileira. Também foi possível reduzir a proporção de títulos indexados à Selic, de 61,8% (2002) para 17,2% (2014). Assim, se fortaleceu a posição do Governo Central frente às pressões especulativas do mercado (Gráfico 5).

Gráfico 5. Títulos públicos indexados ao câmbio e à Selic
Em % da Dívida Pública Federal Total – Brasil – 1995-2002



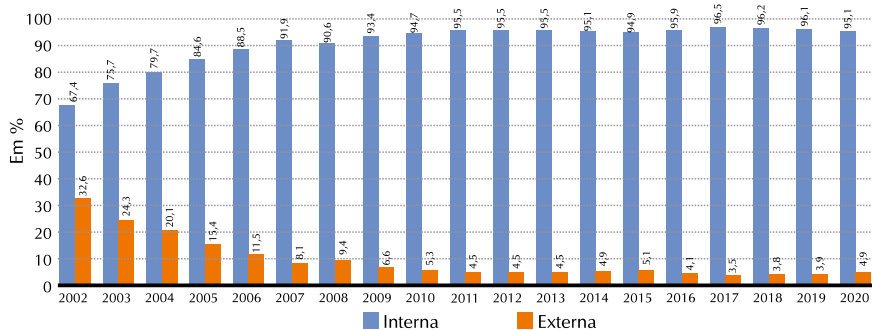
Fonte: Banco Central do Brasil. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Em 2015, o aumento na participação relativa dos títulos indexados à Selic foi decorrência do golpe em curso, que forçou o retorno à ortodoxia – com aumento dos juros e da incerteza política – e levou à deterioração da economia brasileira. Nos governos Temer e Bolsonaro, essa participação relativa dos títulos indexados à Selic volta a crescer. Em 2019 já voltara aos patamares de meados da década passada (43,6%).

Quando mudou a composição da dívida brasileira em dólar por dívida em reais, o Brasil reduziu efetivamente sua vulnerabilidade a fatores externos. En-

tre 2002 e 2015, a dívida indexada ao câmbio caiu de 32,6% para 5,1% do total; e a dívida atrelada ao real subiu de 67,4% para 94,9% do total (Gráfico 6).

Gráfico 6. Composição da Dívida Pública Federal Total (Interna e Externa)
Em % – Brasil – 2002-2020



Fonte: Banco Central do Brasil. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Taxa de juros

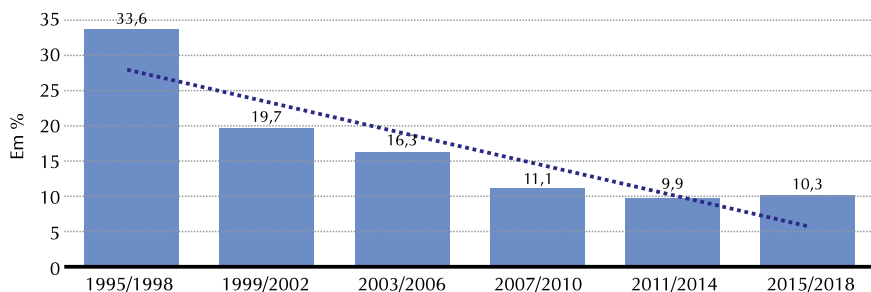
Embora ainda elevada na comparação internacional, durante os governos petistas houve progressiva redução da taxa de juros básicos da economia (SELIC)⁵. Nos governos de FHC, ela atingiu média anual de 33,6% (primeiro governo) e de 19,3% (segundo governo); nos governos Lula e Dilma a taxa de juros cai sistematicamente, atingindo 9,9% ao ano, em média, entre 2011-2014 (Gráfico 7).

O Gráfico 8 mostra a tendência anual de queda da taxa Selic. Observa-se que o menor valor (7,1%) foi atingido em 2012, montante mais de quatro vezes inferior ao observado em 1998, por exemplo; e quase seis vezes menor que o registrado em 1995 e 1997. Mesmo o patamar mais elevado registrado em 2015 (14,2%) esteve abaixo do verificado ao longo dos dois mandatos de FHC. A elevação ocorrida naquele ano refletiu a inflexão nos rumos da economia a partir do início de 2013, quando o Banco Central, em resposta ao viés de alta dos preços internos e às pressões do mercado financeiro, iniciou um

⁵ A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia.

Gráfico 7. Taxa de juros (Selic)

Em % por períodos selecionados – Brasil – 1995-2020

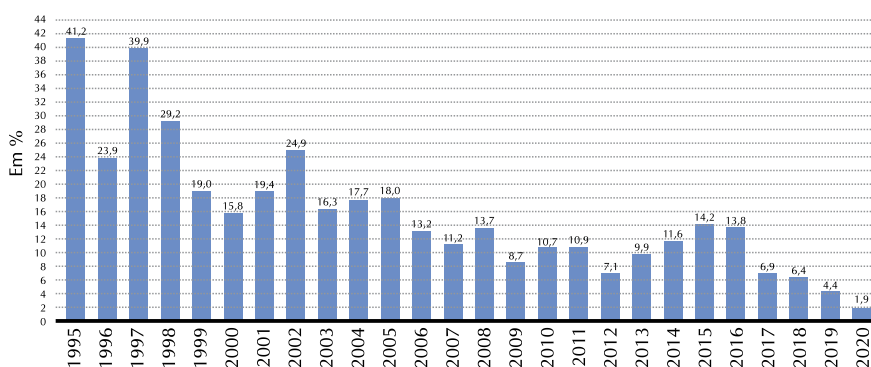


Fonte: Banco Central do Brasil. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

novo ciclo de elevação da taxa de juros, ampliando o endividamento público e restringindo a atividade econômica.

Gráfico 8. Evolução anual da taxa de juros (Selic)

Em % – Brasil – 1995-2020



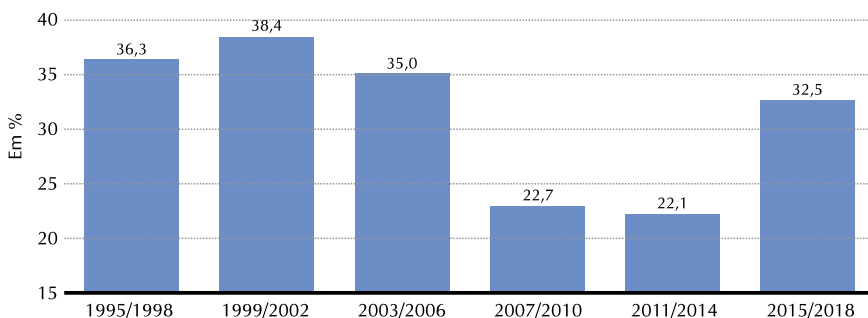
Fonte: Banco Central do Brasil. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Despesas com juros

A queda da Selic reduziu significativamente as despesas com juros do Governo Central. Nos governos de FHC, as despesas com juros representaram mais de 36% da arrecadação tributária federal bruta. Durante os governos petistas, essa proporção caiu para menos de 23% entre 2007-2014 (Gráfico 9).

Gráfico 9. Despesas com juros do Governo Central como % da arrecadação tributária federal bruta

Em valores nominais por períodos selecionados – 1995-2020

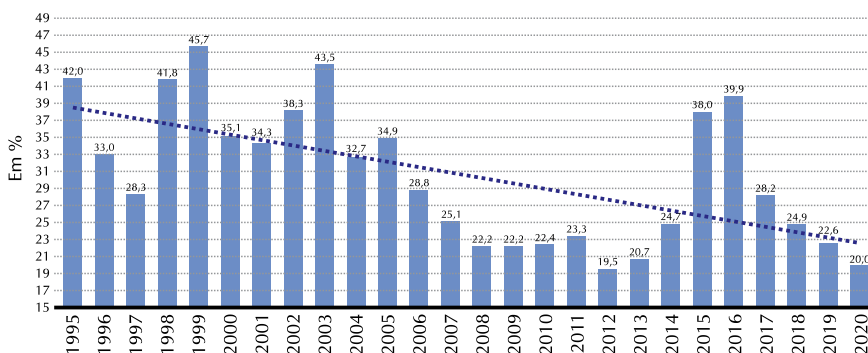


Fonte: BCB e STN. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

O Gráfico 10 mostra o desempenho anual desse indicador. Nota-se que há queda sistemática das despesas com juros do Governo Central como proporção da arrecadação tributária federal bruta, especialmente a partir de 2006. Como mencionado, a elevação ocorrida em 2015 refletiu o novo ciclo de elevação da taxa de juros decidido pelo Banco Central num cenário de intensificação da crise política que culminou no golpe de 2016.

Gráfico 10. Evolução anual das despesas com juros como % da arrecadação tributária federal bruta

Valores nominais – Em % – Brasil – 1995-2020

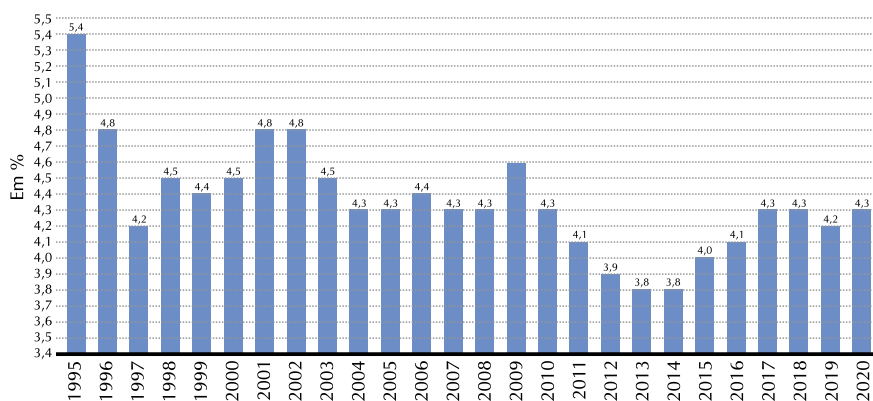


Fonte: BCB e STN. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Despesas com pessoal e encargos

A narrativa mentirosa da “gastança irresponsável”, fruto do “populismo da esquerda” não se sustenta diante dos fatos. Em 2002, a despesa com pessoal e encargos sociais representava 4,8% do PIB. Nos governos Lula e Dilma esse percentual caiu para cerca de 4,3% do PIB (entre 2004 e 2011, exceto 2009) e para um patamar em torno de 3,8% do PIB (entre 2012 e 2014). Em 2015, esses gastos crescem ligeiramente em decorrência da queda do PIB, mas se mantiveram em patamar inferior ao verificado em governos anteriores e posteriores (Gráfico 11).

Gráfico 11. Despesas com Pessoal e Encargos Sociais
Em % do PIB – Brasil – 1995-2020



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

É interessante assinalar que os gastos com pessoal, indispensáveis para a expansão dos serviços sociais básicos, especialmente em um país das dimensões continentais do Brasil, são motivo de constante crítica no seletor círculo dos cultores do “Estado Mínimo”. A ideia subjacente é que, reduzidas as despesas com pessoal, os problemas fiscais do país estariam solucionados.

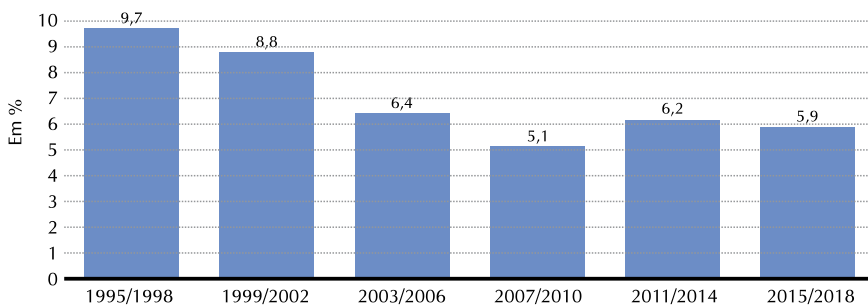
No entanto, elas são bem inferiores aos gastos com juros, que beneficiam basicamente as entidades financeiras, os investidores externos e, indiretamente, uma parcela menor da população brasileira. Em 2002, esses gastos alcan-

çavam 7,7% do PIB e, apesar de terem decrescido expressivamente até 2012, quando atingiram seu menor valor (4,4% do PIB), representaram, em média, no período 2003/2014, 6,6 % do PIB, ou seja, 57% a mais do que os gastos com pessoal (média de 4,2% no mesmo período).

Inflação sob controle

Durante os governos petistas, a taxa de inflação não esteve “fora do controle”, como tem sido repetido pelas mentiras circulantes. Ao contrário, ela esteve sob estrito controle e preservou a tendência de queda durante os governos Lula, apresentando ligeira alta no primeiro governo Dilma, mas ainda dentro das metas estabelecidas. A média da taxa de inflação entre 1995-1998 (9,7%) e 1998-2002 (8,8%) foi bem superior à verificada entre 2003-2006 (6,4%), 2007-2010 (5,1%) e 2011/2014 (6,2%) e 2015/2018 (5,9%) (Gráfico 12).

Gráfico 12. Evolução da taxa de inflação (IPCA)
Média anual por subperíodos (em %) – Brasil – 1995-2018



Fonte: BCB. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

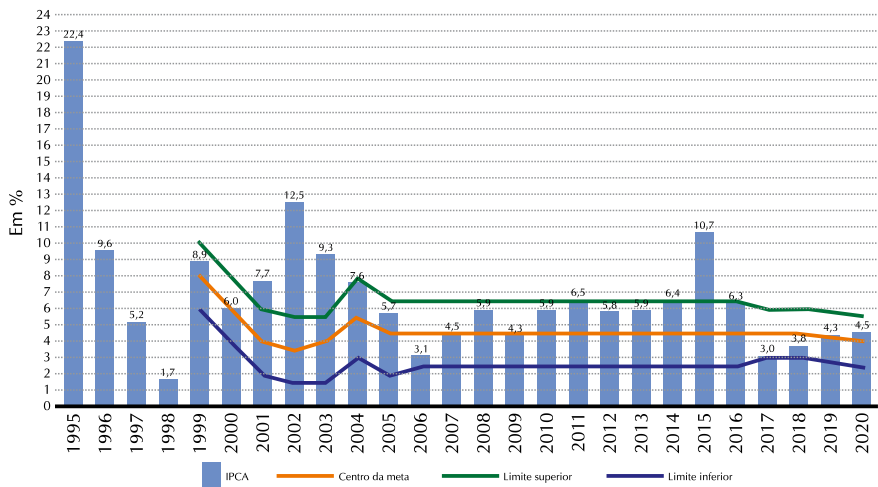
Analisando a evolução anual da taxa de inflação, nota-se que ela caiu, de 12,5% (2002) para um patamar abaixo de 6,5% entre 2005 e 2014, sempre inferior à banda superior da meta, próximo do verificado em outras economias emergentes no período (Gráfico 13).

Em diversos momentos, algumas pressões inflacionárias de custos foram controladas pelo governo. A maioria delas não decorreu de problemas de excesso de demanda incentivada pelo gasto público, como a narrativa liberal nos

quer fazer crer. As pressões naquele momento decorreram da prolongada seca (que aumentou o custo de produção de energia). Além disso, efeitos prolongados da crise financeira internacional, de 2008-2009, pressionaram o câmbio – o que seria inevitável, em um cenário de deterioração da balança comercial e das estruturas produtivas.

Havia, também, pressão advinda do mercado de trabalho, graças ao ganho salarial dos trabalhadores acima da inflação. Essa pressão, juntamente com o aumento da formalização do trabalho, não deveria ser vista de forma negativa, pois melhora a distribuição pessoal e funcional da renda, aumentando a qualidade de vida da população trabalhadora. Mesmo em um cenário próximo ao pleno emprego, os governos do PT lograram manter a inflação na meta.

Gráfico 13. Evolução da taxa de inflação (IPCA)
Em % – Brasil – 1995-2018



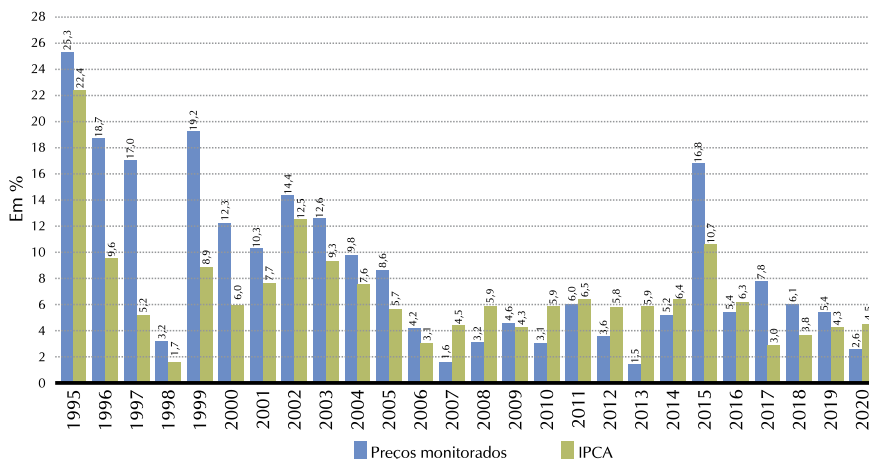
Fonte: BCB. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

O aumento da taxa de inflação em 2015 (10,5%) reflete o movimento mais geral de deterioração das condições da economia internacional e da mudança de rumos na política econômica a partir do mandato de Joaquim Levy, marcado pela contração fiscal. O objetivo do ajuste implantado era enfrentar, de uma só vez, os desequilíbrios da economia brasileira, promovendo uma

imediate desvalorização cambial e um aumento coordenado de um conjunto de preços administrados, o que gerou pressão inflacionária e recessiva em uma economia que já se encontrava em fase de desaceleração do crescimento.

Os impactos dessa mudança se expressam, dentre outros sinais, nas variações, em termos de médias anuais, da taxa de câmbio (+50%) e da Selic (+22,4%). Os mesmos impactos refletem-se, também, no expressivo aumento dos preços monitorados (de 5,2% em 2014, para 16,8% em 2015) (Gráfico 14).

Gráfico 14. Evolução do IPCA – Preços monitorados (1)
Variação anual (%) – Em % – Brasil – 1995-2018



Nota (1): Cesta composta de produtos como combustíveis, remédios, energia elétrica, passagens de ônibus e material escolar, dentre outros. Fonte: IPEADATA. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

3

A volta do crescimento, após 25 anos

A economia brasileira ficou estagnada por mais de 25 anos: nos anos de 1980, em função da crise da dívida externa; e, nos anos de 1990, da desastrada experiência neoliberal – quando, por exemplo, ajustes ortodoxos fizeram com que a dívida pública em relação ao PIB dobrasse em oito anos.

No início dos anos 1990, a opção do país foi inserir-se na globalização, priorizando o desenvolvimento do mercado financeiro, enquanto economias asiáticas conseguiram inserir-se na nova ordem mundial com estratégias que priorizavam a dinâmica produtiva. Essa opção gerou enorme dependência dos fluxos de capital externo, retirando autonomia na gestão monetária ou cambial por parte das autoridades econômicas nacionais, obrigadas a ajustar juros e câmbio de acordo com as pressões dos investidores externos.

Desde então, tomou forma uma agenda ampla de reformas e de mudanças na gestão da política econômica para inserir a economia nacional na ordem global liberal: abertura financeira, abertura comercial, adequação da política cambial (particularmente em 1999), redução do papel do Estado na economia, reforma fiscal, privatizações e desregulamentações, entre outras. Essa agenda prometia retirar o país da instabilidade e da estagnação e criar condições para que o crescimento da economia fosse compatível com a estabilização monetária.

A promessa de retomada de um crescimento vigoroso, a partir das reformas econômicas liberais não se concretizou. Predominaram políticas fiscais e monetárias austeras, contrárias ao avanço dos investimentos governamentais, o que restringiu o alcance das políticas públicas e o enfrentamento dos enormes problemas sociais.

O êxito na estabilização da moeda implicou custos sociais e econômicos elevados. As bases materiais e financeiras do Estado foram minadas em consequência das privatizações e do endividamento crescente. A apreciação da moeda e a selvagem abertura financeira e comercial expôs a indústria à competição desigual, o que provocou internacionalização e destruição das cadeias produtivas de setores estratégicos.

O desequilíbrio nas contas externas foi combatido com a venda do patrimônio público e pela atração de capital especulativo com base em juros básicos elevados (superiores a 40% ao ano em alguns períodos). O endividamento público dobrou em oito anos e o aumento das despesas com juros motivou elevação da carga tributária. O ajuste macroeconômico e as reformas liberalizantes geraram estagnação econômica, deterioração do mercado de trabalho e piora das condições de vida dos brasileiros.

Crescimento econômico

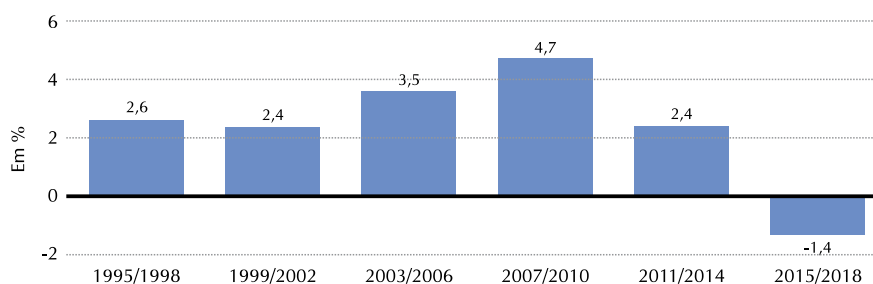
Com os governos petistas, o Brasil volta a crescer e passa a redistribuir melhor os frutos deste crescimento. A postura em favor do crescimento foi revigorada pela eclosão da crise internacional de 2008-2009. Medidas anticíclicas foram adotadas, a meta de superávit primário foi afrouxada e os bancos públicos adotaram uma estratégia agressiva de ampliação do crédito. Com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o papel dos bancos públicos, o Estado pôde recuperar parcialmente o seu papel na coordenação de investimentos públicos e privados.

O crescimento econômico fez crescer as receitas tributárias, melhorando as contas públicas e abrindo espaços para a expansão do investimento e do gasto social, elementos estratégicos que impulsionaram o ciclo econômico e lhe atribuíram seu caráter mais redistributivo. Essa melhor articulação entre políticas econômicas e sociais contribuiu para a melhora da renda do trabalho,

mobilidade social, consumo das famílias e redução da miséria extrema. De fato, houve inclusão pela via da ampliação do consumo, permitindo às camadas de menor renda maior acesso aos bens de consumo de massa.

O Gráfico 1 mostra que o crescimento do PIB nos governos de FHC apresentou média anual em torno de 2,5%. No primeiro mandato de Lula, essa média subiu para 3,5% e atingiu 4,7% no segundo mandato.

Gráfico 1. Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)
(Variação anual média por subperíodos) – Brasil – 1995-2018

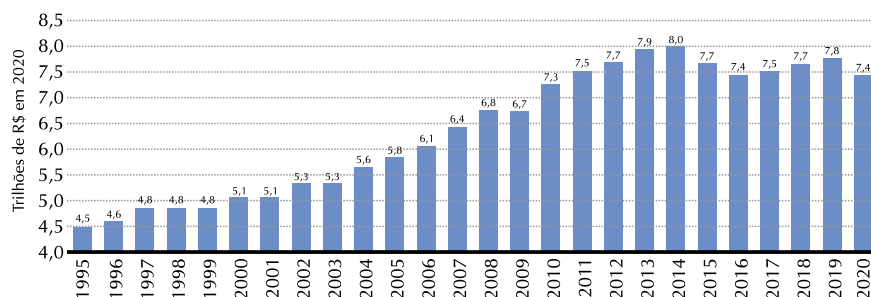


Fonte: IBGE. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

No primeiro governo de Dilma Rousseff (PT), a média anual do crescimento do PIB recuou para 2,4%. Como se sabe, essa quadra foi marcada pelo cenário externo desfavorável, a desaceleração do ciclo de consumo e investimento, um cenário de crescentes turbulências políticas a partir de junho de 2013 e, ao final do período, uma queda expressiva no preço das commodities, que restringiu a expansão de diversos setores econômicos brasileiros. A queda do PIB ocorrida em 2015 (-3,5%) deve-se a fatores econômicos (ver Notas Finais) e políticos (ver Capítulo 7).

O Gráfico 2 aponta que esse ciclo de expansão fez com que o PIB brasileiro, a preços constantes, subisse de 5,3 trilhões de reais (2002) para 8,0 trilhões de reais (2014), um aumento de 51%. A crise de 2015, pelas razões apontadas, e a condução da economia dos governos Temer e Bolsonaro, somada aos efeitos da pandemia, fizeram com que o PIB de 2020 retornasse para o patamar de 2010.

Gráfico 2. Produto Interno Bruto (PIB)
(Em trilhões de R\$ de 2020) – Brasil – 1995-2020



Fonte: Banco Central do Brasil. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Deterioração do cenário internacional

Nesse tópico, sublinharemos um fato grave que, espertamente, tem sido desconsiderado por “analistas” *fake*: a deterioração do cenário internacional ocorrida nos anos 2008-2009 e seus impactos negativos sobre a economia.

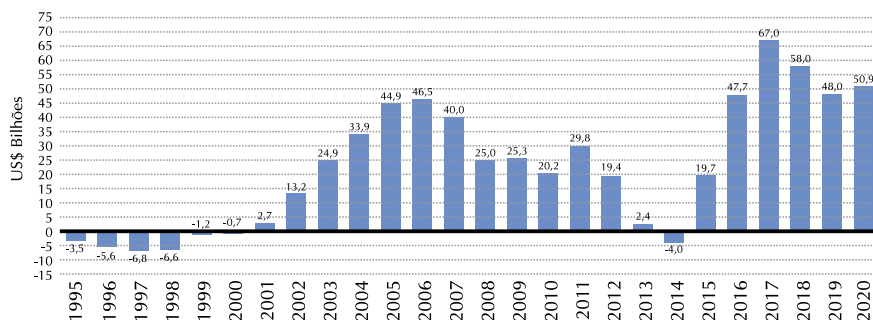
Os “economistas do mercado” consideram que o crescimento econômico obtido nos governos petistas teria sido efeito, exclusivamente, do cenário internacional favorável. Assim, procuram deixar de lado, ‘desfocados’, os acertos na condução interna da política econômica. Repetem a ladainha de que os governos Lula e Dilma teriam sido beneficiados pelo “*boom de commodities*”, e omitem, deliberada e malandramente, os impactos que teve a crise financeira internacional de 2008-09, considerada a “maior crise do capitalismo desde 1929”, sobre os governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Como se sabe, essa crise destruiu riqueza, paralisou o crédito e provocou contração da atividade em quase todo o globo. A narrativa liberal desconsidera os limites impostos à condução da política econômica a partir da segunda metade da década passada, marcada pelo agravamento do cenário internacional, com a desaceleração da produção industrial da China, as dificuldades de recuperação das economias europeias e a redução da capacidade de importação de alguns de nossos principais parceiros comerciais na América Latina.

Essa situação impactou negativamente os fluxos de comércio e de investimento e os preços internacionais das *commodities* e dos produtos manufatura-

dos. Por conta da crise financeira internacional, o saldo da balança comercial¹ declinou de 46,5 bilhões de dólares (2006) para 2,4 bilhões de dólares (2013), voltando a ser negativo em 2014 (-4 bilhões de dólares) (Gráfico 3).

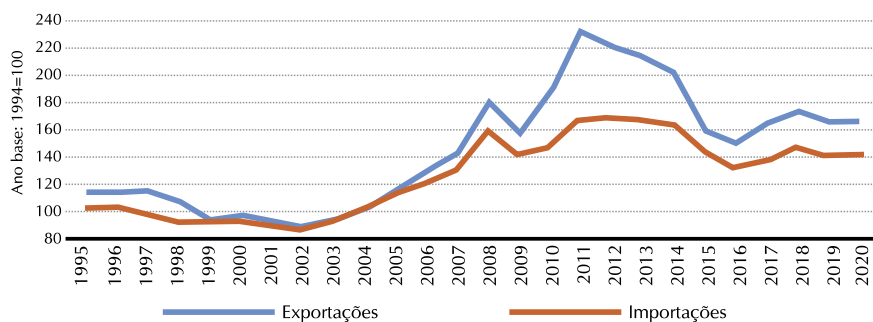
Gráfico 3. Saldo da balança comercial (US\$ Bilhões) – Brasil – 1995-2020



Fonte: IPEADATA. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

O preço das exportações, que sobe continuamente entre 2002 e 2008, cai, em 2009; recupera-se em 2010 e volta a cair, significativamente, entre 2011 e 2016.

Gráfico 4. Evolução dos índices de preços das exportações e das importações (Ano Base 1994=100) Brasil – 1995-2020

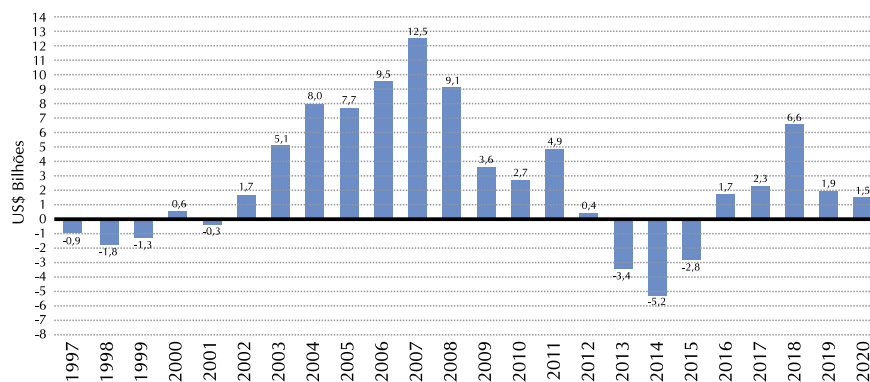


Fonte: FUNCEX / IPEADATA. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

¹ Balança comercial é a diferença entre as exportações e importações de um país. Abrange todos os produtos, bens e serviços, vendidos e comprados

O saldo comercial do Brasil, com os principais parceiros internacionais, caiu de forma expressiva no governo Dilma Rousseff. O saldo comercial com a União Europeia, positivo até 2011, cai sensivelmente em 2012 e passa a ser negativo entre 2013 e 2015.

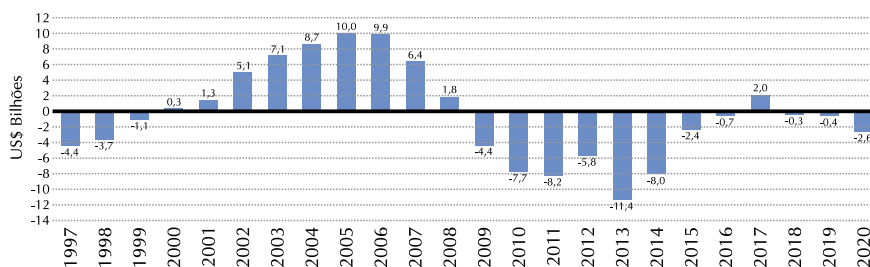
Gráfico 5. Saldo comercial Brasil / União Europeia (US\$ Bilhões) – Brasil – 1995-2020



Fonte: MDIC. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

O saldo comercial com os EUA passou a ser negativo entre 2007 e 2015, sobretudo em função da mudança na postura americana, que deixou de ser a “compradora de última instância” do mundo e passou a tentar recuperar a própria base produtiva.

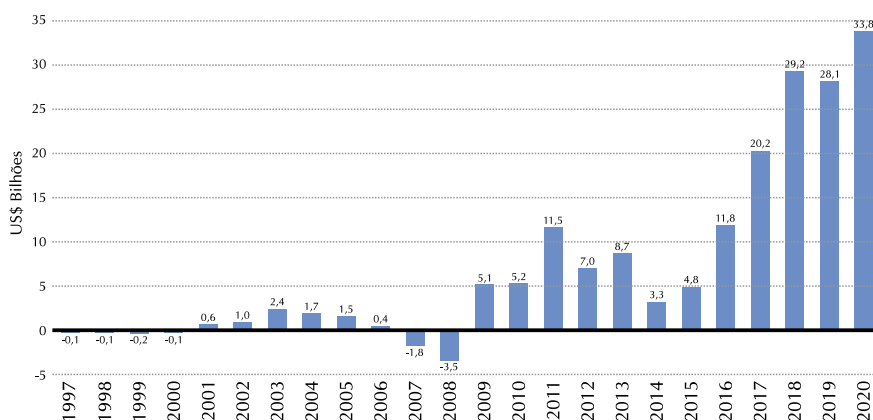
Gráfico 6. Saldo comercial Brasil / Estados Unidos (US\$ Bilhões) – Brasil – 1995-2020



Fonte: MDIC. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

O saldo comercial com a China passou a ser negativo em 2007 e 2008; e, entre 2011 e 2014, declina de 11,5 bilhões de dólares para 3,3 bilhões de dólares.

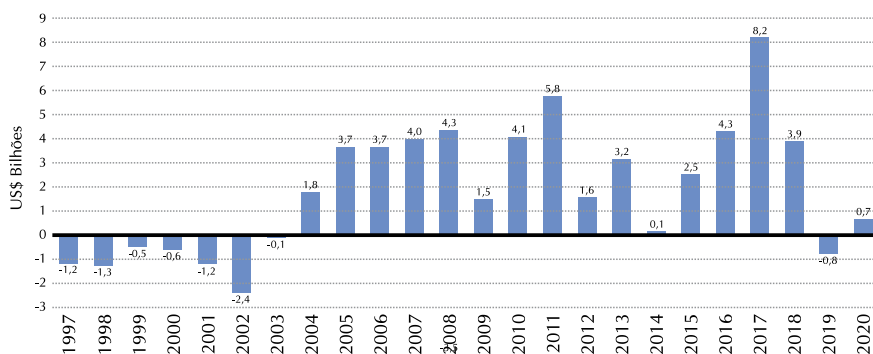
Gráfico 7. Saldo comercial Brasil / China
(US\$ Bilhões) – Brasil – 1995-2020



Fonte: MDIC. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Da mesma forma, o saldo comercial com a Argentina, outro importante parceiro comercial do Brasil, também declina a partir de 2011, na esteira das dificuldades econômicas dos países latino-americanos.

Gráfico 8. Saldo comercial Brasil / Argentina
(US\$ Bilhões) – Brasil – 1995-2020



Fonte: MDIC. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Os “economistas do mercado” também “não veem” que as medidas anticíclicas adotadas para enfrentar a crise internacional foram escolhas acertadas. Efeito dessas escolhas, o Brasil saiu rapidamente da crise (o PIB cresceu 7,5% em 2010). A narrativa *fake* oportunista não faz menção ao fato de que o ciclo de *commodities* começou antes dos governos do PT. E, mesmo assim, por três vezes, o Brasil teve de recorrer ao FMI e ao aumento da carga tributária (de 27,2% para 32% do PIB).

Durante o primeiro mandato de Dilma, as tentativas de retomar o crescimento, preservar o nível de emprego e renda da população, e elevar a competitividade das exportações – que incluíram, dentre outras medidas, a redução das taxas internas de juros, a correção da taxa de câmbio e o expressivo aumento das desonerações fiscais – não produziram os efeitos esperados, o que se traduziu, no final do período, na perda de dinamismo da economia. Entretanto, nas críticas oportunistas forjadas, a desaceleração da economia nessa quadra tem sido atribuída, exclusivamente, aos “erros da condução da política interna”, por conta da “Nova Matriz Econômica”.

Assim, é verdade que, nos primeiros anos dos governos do PT, o Brasil atravessou um bom momento externo e nos valemos dele para pagar a dívida externa, sair do FMI e acumular reservas. Mas aquele movimento favorável do comércio internacional foi interrompido a partir de 2008 e 2009, com efeitos que perduraram até meados da década seguinte.

Seja como for, o crescimento econômico dos governos petistas não é efeito só de haver, então, setor externo favorável (por curto período). O crescimento que o Brasil conheceu com os governos do PT resultou, sobretudo, das políticas para gerar empregos e da distribuição de renda, medidas que ampliaram o mercado interno e o consumo das famílias, bem como o investimento que também teve um papel fundamental, sobretudo com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Portanto, além dos fatores externos, foi implantada uma política de ampliação do consumo de massas, de expansão do investimento produtivo e de aumento do investimento social.

A desaceleração da economia foi influenciada, em grande medida, pela deterioração do cenário internacional ocorrida durante os governos petistas – fato, espertamente, sonogado por críticos mal-intencionados e oportunistas.

4

O investimento como motor do crescimento

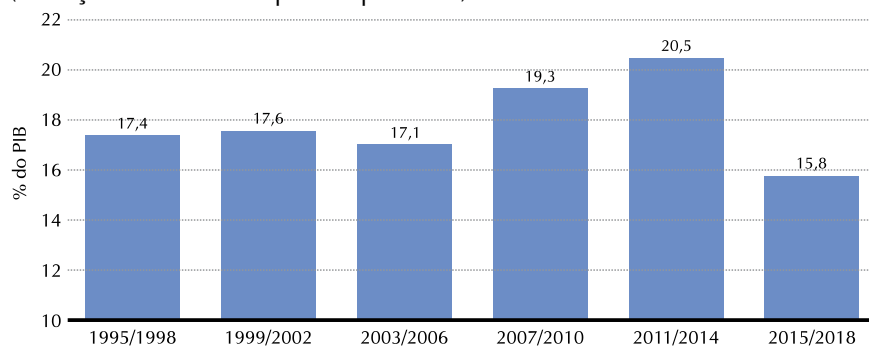
Nos governos do PT, o crescimento fez crescer as receitas melhorando as contas públicas e os fundamentos macroeconômicos, abrindo espaços para a expansão do investimento, do gasto social e do mercado de consumo assalariado, elementos estratégicos que impulsionaram o ciclo econômico e lhe atribuíram seu caráter mais redistributivo.

Ao contrário do que pretende a narrativa dos críticos, esse crescimento não foi puxado exclusivamente pelo consumo. As políticas adotadas em apoio ao desenvolvimento, com destaque para o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e decisão de expandir o crédito e o financiamento de longo prazo, fomentaram o investimento público e privado. A ampliação do crédito, especialmente o ofertado pelos bancos públicos, também teve papel importante nesse processo.

Taxa de investimento

A taxa de investimento saltou de um patamar médio em torno de 17,5% do PIB nos governos de FHC para 19,3% do PIB no segundo governo Lula e 20,5% do PIB no primeiro governo Dilma (Gráfico 1).

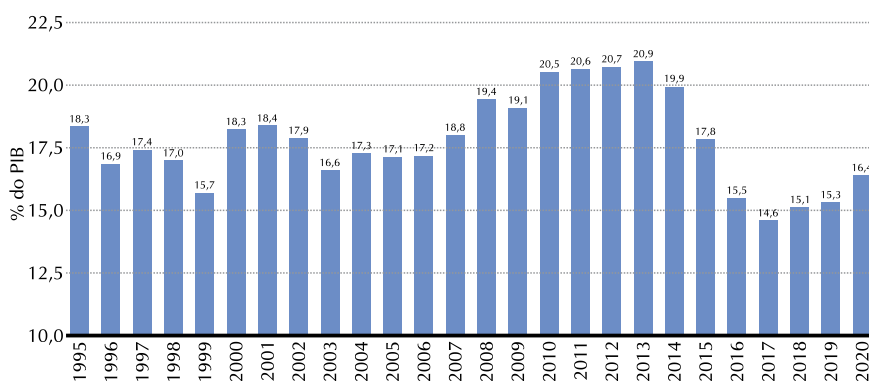
Gráfico 1. Taxa de investimento em % do PIB
(Variação anual média por subperíodos) – Brasil – 1995-2018



Fonte: IBGE, Contas Nacionais Trimestrais. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

O Gráfico 2 mostra a evolução anual da taxa de investimento. Nota-se que a expansão dos investimentos foi utilizada como medida anticíclica para enfrentar a crise financeira internacional de 2008-2009, situando-se num patamar próximo de 20% entre 2007 e 2014. No ano seguinte, ela retrai-se para 17,8% do PIB, por conta dos fatores políticos e econômicos já mencionados. Nos governos Temer e Bolsonaro, a taxa de investimentos despencou, registrando os menores valores relativos da série analisada.

Gráfico 2. Taxa de investimento em % do PIB
Brasil – 1995-2018

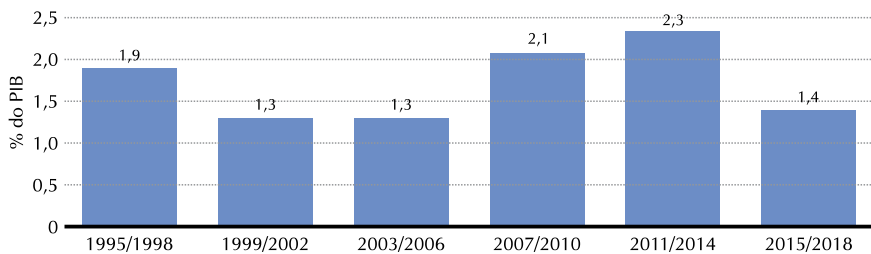


Fonte: IBGE, Contas Nacionais Trimestrais. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Investimento público federal

O investimento público federal também cresceu nos governos petistas. A média anual do investimento público total (empresas estatais mais Governo Central) declina, de 1,9% do PIB para 1,3% do PIB, entre o primeiro e o segundo mandato de FHC; estabiliza-se nesse patamar, entre 2003 e 2006; e sobe para 2,1% do PIB (segundo mandato de Lula) e para 2,3% do PIB (primeiro mandato de Dilma).

Gráfico 3. Investimento Público Federal em % do PIB
Brasil – Por subperíodos (1995-2019)

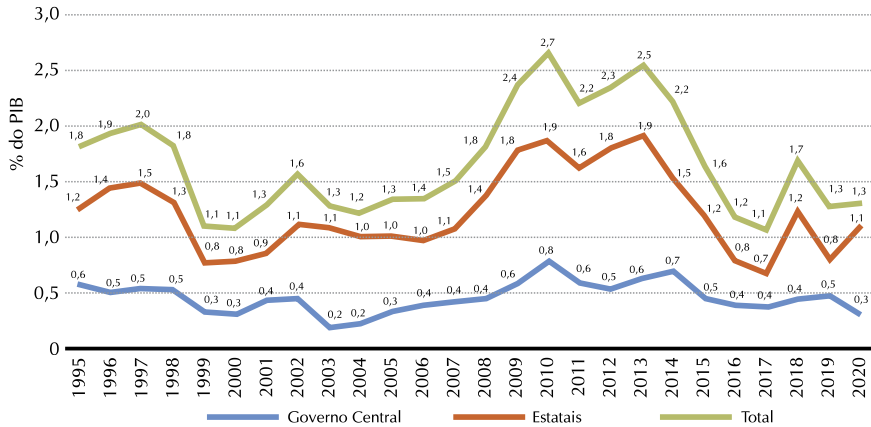


Fonte: FGV - Observatório de Política Fiscal - FGV IBRE. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

A expansão do investimento público também foi medida anticíclica adotada para enfrentar a crise financeira internacional de 2008-2009. Com o objetivo de mitigar a deterioração do comércio internacional e a desaceleração do crescimento, após ter atingido 2,7% do PIB em 2010, o investimento público permanece em patamar elevado até 2014 (Gráfico 4).

Caso sejam somados os investimentos no programa Minha Casa, Minha Vida (que oficialmente não são contabilizados como investimento público, mas na prática possuem um efeito econômico similar), percebe-se que o nível elevado de investimentos públicos federais de 2010 se manteve até 2014. A retração do investimento público em 2015 deve-se a fatores econômicos (ver as considerações finais deste volume) e políticos (ver Capítulo 7). Nos governos Temer e Bolsonaro, o investimento público federal despenca para a média anual de 1,3%. Atualmente, ele é insuficiente para repor o estoque de capital, ou seja, é incapaz de impedir a deterioração da infraestrutura já existente.

Gráfico 4. Investimento Público Federal em % do PIB
Brasil – 1995-2020



Nota: (*) Estimado. Fonte: FGV - Observatório de Política Fiscal - FGV IBRE / Estatais para 2020 (portaria SEST/ME 1.045 de 27/01/2021). GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e cinco anos de economia brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

A notável queda dos investimentos públicos, a partir de 2016, é reflexo, principalmente, da convergência de dois vetores: a política antinacional de desintegração da Petrobras e desnacionalização da cadeia produtiva de petróleo e gás, visando transformar a Petrobras em uma empresa exportadora de petróleo cru e importadora de derivados do petróleo; e os impactos da operação Lava Jato, que em nome de um suposto combate à corrupção – hoje já totalmente desmistificado – provocaram imensos prejuízos à Petrobras, um dos principais esteios da formação bruta de capital na economia brasileira.

Agregue-se que, em conjunto, esses fatores conduziram, adicionalmente, ao desmantelamento de parte importante da indústria nacional de construção pesada e da indústria naval, com fortes implicações sobre o investimento privado e a taxa global de investimento do país.

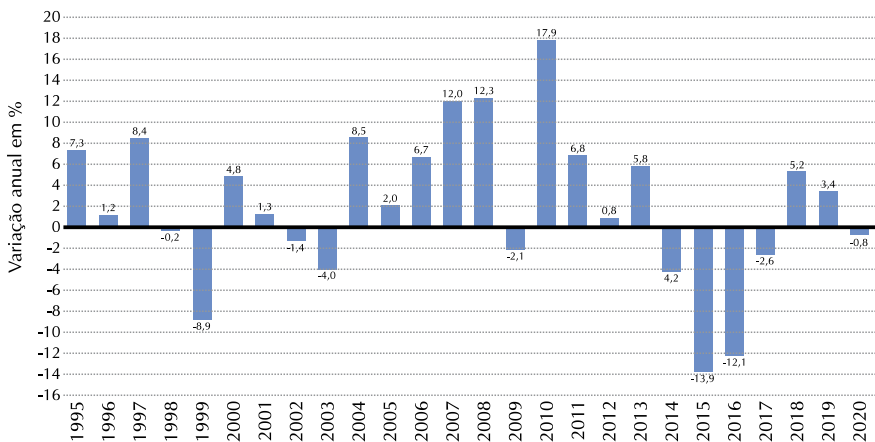
Capacidade produtiva

Nesse tópico, analisaremos o comportamento do indicador “Formação Bruta de Capital Fixo” (FBCF). Esse indicador de nome difícil de ser compreendido mede vários elementos, dos quais os mais importantes são as construções

(residenciais, não residenciais e estruturas diversas como estradas, pontes etc.) e o aumento do estoque de bens de capital das empresas (máquinas, equipamentos e instalações), indicando se a capacidade de produção do país está crescendo e se os empresários estão confiantes no futuro.

Com resultados oscilantes, nos governos de FHC (1995-2002) a variação anual média da FBCF foi de 1,5%. Entre 2003 e 2013, essa variação média anual subiu para 6,1%, mesmo com a queda verificada em 2003 e a registrada em 2009 em função da crise financeira internacional (Gráfico 5). Como mencionado, o resultado negativo verificado em 2015 deve-se a fatores econômicos e políticos, tratados em outras seções deste livro. Nos governos Temer e Bolsonaro, a FBCF despenca, registrando variação anual média negativa (-1,4%).

Gráfico 5. Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) (*)
Variação anual em % – Brasil – 1995-2020



Nota (*): A série de 2010 a 2014 foi ajustada segundo a nova metodologia do IBGE. Fonte: IBGE. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Em termos de variação absoluta do volume de recursos mobilizados para a FBCF, os resultados são similares. Em milhões de reais constantes de 2010, a FBCF passou de 506.738 reais, em 2002, para 849.428 reais, em 2014, registrando aumento de 67,6%, puxado, principalmente, pelo componente de máquinas e equipamentos, o qual, no mesmo período, teve expansão de 99,8%, refletindo o processo de intensificação tecnológica do sistema produtivo.

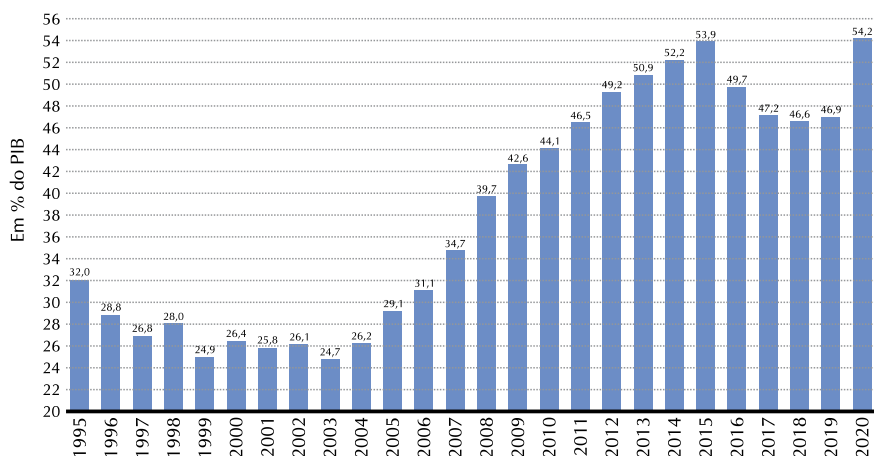
Já no período 1995-2002, quando se aprofunda o movimento de reformas econômicas privatizantes e a abertura indiscriminada da economia brasileira, o aumento acumulado da Formação Bruta de Capital Fixo, a preços constantes, foi de apenas 19,2%.

A partir de 2015, há desaceleração desse processo, que se agrava no triênio 2016-2018, quando a FBCF foi insuficiente para repor sequer a depreciação do estoque de capital (ou seja: a Formação Líquida de Capital Fixo foi negativa).¹

Crédito

A ampliação do crédito teve papel importante na expansão dos investimentos públicos e privados. O crédito total salta de patamar próximo de 25% do PIB (1995-2002) para 53,9% do PIB (2015). Nos anos seguintes, ele volta para patamares do início da década passada e somente torna a subir em 2020 por conta da crise agravada pela Covid-19 (Gráfico 6).

Gráfico 6. Crédito total em % do PIB
Saldo em final de período – Brasil – 1995-2020

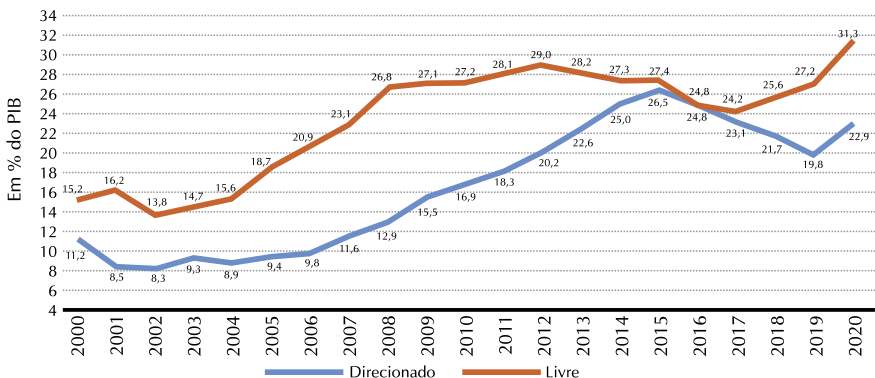


Fonte: BCB. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

¹ SOUZA JUNIOR, J.R. e CORNÉLIO, F.M. (2020). *Investimento líquido e estoque de capital: desempenho recente*. Brasília: IPEA. Texto para Discussão.

O crédito direcionado para setores estratégicos foi importante medida anticíclica adotada para enfrentar a grave crise financeira internacional de 2008-2009. Com a retração da liquidez e da disponibilidade de crédito privado, nacional e internacional, os bancos públicos brasileiros tiveram papel central na contenção da crise, financiando projetos de investimento previstos no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e ampliando a oferta de financiamento a taxa favoráveis nos segmentos rurais, incluindo a pequena produção agrícola, e habitacional. O crédito direcionado para esse conjunto de atividades cresce, progressivamente, de 9,8% do PIB (2006) para 26,5% do PIB (2015) (Gráfico 7).

Gráfico 7. Crédito – Recursos livres e direcionados
Em % do PIB – Brasil – 2000-2020

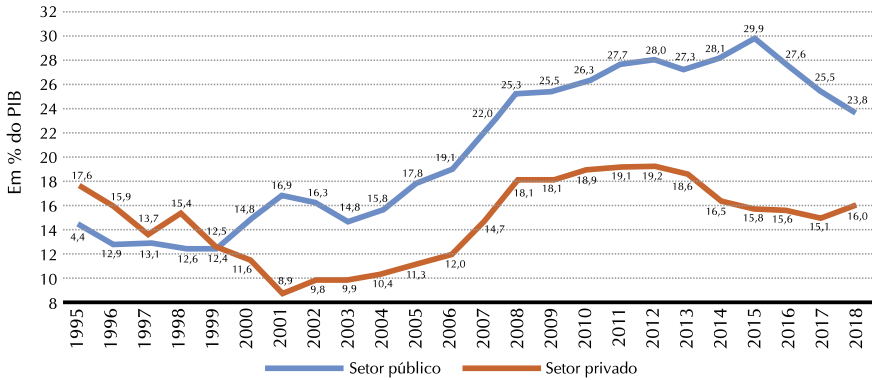


Nota (*) Abrangem tanto as operações diretas e os repasses do BNDES, como as aplicações obrigatórias de todos os bancos em crédito rural e habitacional. Fonte: BCB. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Os bancos públicos assumiram o papel de protagonista do sistema de crédito brasileiro, ultrapassando em importância o setor privado. Entre 1995 e 1999, o crédito privado prevalecia ante o público. Entre 2003 e 2015, essa posição se inverte. Em 2015, o crédito concedido pelos bancos públicos atingiu 29,5% do PIB, enquanto o crédito privado atingiu 15,8% do PIB (Gráfico 8).

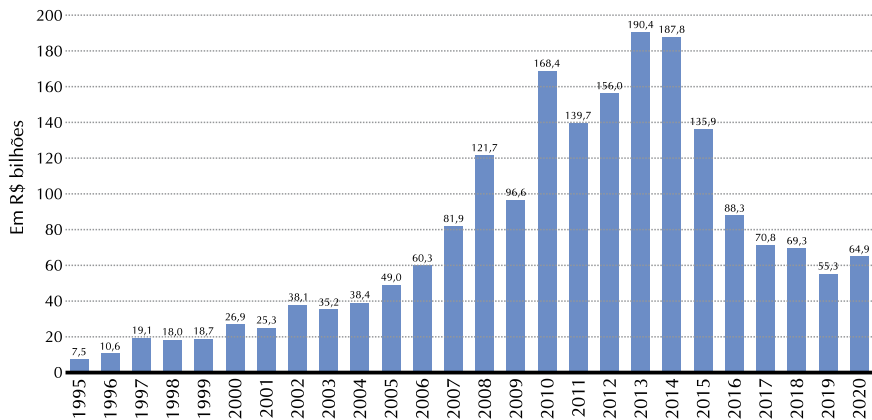
É particularmente expressiva a contribuição do BNDES no financiamento dos investimentos que fomentaram o crescimento econômico. Os financiamentos do BNDES sobem de 38,1 bilhões de reais (em 2002) para um nível próximo de 190 bilhões de reais (2013-2014). Nos governos Temer e Bolsonaro, o apoio do BNDES retorna aos padrões de Livre (Gráfico 9).

Gráfico 8. Créditos concedidos pelos setores público e privado nacional
Saldo em final de período – (Em % do PIB) – Brasil – 1995-2018



Nota (*) Estimativa. Fonte: BCB/DIEESE/IPEA). GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Gráfico 9. Financiamento do BNDES
Em R\$ bilhões – Variação anual (%) – Brasil – 1995-2020



Fonte: BNDES (Boletim de desempenho dez/2020). GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

O papel da Petrobras

Nos 13 anos de governos petistas, a Petrobras cresceu, fez as mais importantes descobertas de novas reservas de sua história e produziu quase o dobro de petróleo que havia produzido nos 50 anos anteriores.

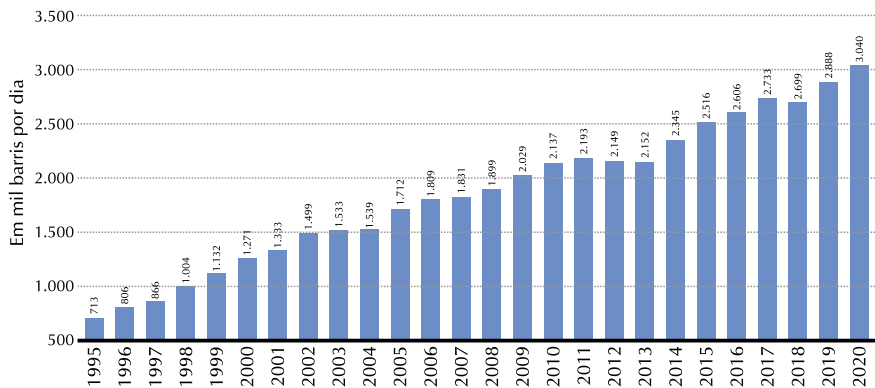
Quando Lula chegou ao poder, a Petrobras era empresa de médio porte, de extração de petróleo. Não tinha especial relevância no cenário internacional e estava a ponto de ser privatizada pelo governo anterior.

Em 2002, a produção de petróleo chegou a 1,5 milhão de barris por dia. A continuidade do crescimento da produção da empresa dependia de novas descobertas e da recuperação de áreas de exploração. O domínio das tecnologias da exploração em águas profundas foi processo iniciado antes dos governos petistas. A Petrobras fora já premiada, antes, pelo desenvolvimento dessa tecnologia.

Nos governos do PT, o desenvolvimento dessa tecnologia foi aperfeiçoado e tomaram-se decisões de risco para implantá-la mais amplamente. Dessas decisões, resultaram as descobertas das bacias do Espírito Santo, ao norte de Campos, e da bacia de Santos, ao sul, com a descoberta do petróleo do Pré-sal.

Foi quando a Petrobras descobriu uma das maiores reservas de petróleo do mundo, conseguiu dominar a tecnologia de exploração em águas profundas e ampliou significativamente a produção de petróleo, que atingiu 2,5 milhões de barris por dia, em 2015 (Gráfico 10).

Gráfico 10. Produção de Petróleo pela Petrobras
Em mil barris por dia – Brasil – 1995-2020



Fonte: IPEADATA. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

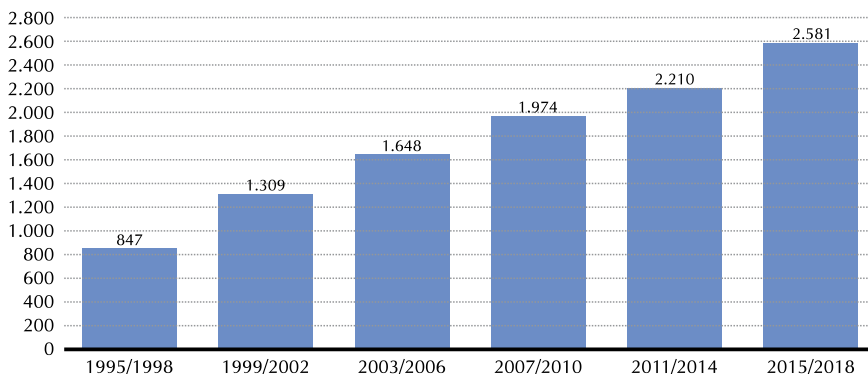
Vê-se que foram necessários cerca de 50 anos para que a produção de petróleo chegasse a 1,5 milhão de barris por dia (2002). Depois, em apenas 13 anos de governos do PT, a produção da Petrobras cresceu 74% em relação ao

patamar que havia sido atingido durante meio século. Com a descoberta do Pré-sal – e a despeito dos danos causados na gestão da Petrobras pelos governos Temer e Bolsonaro –, em 2020 a produção da Petrobras era o dobro (3,0 milhões de barris por dia) da produção de 2002 (1,5 milhão de barris por dia).

O Gráfico 11 mostra a produção de petróleo média por subperíodos. Note-se que em 2011-2014 a produção média anual (2,2 milhões de barril/dia) era mais que duas vezes e meia da média registrada em 1995-1998 (887 mil); e, em 2015-2018 (2,6 milhões), chegou a mais que o triplo.

Gráfico 11. Produção de Petróleo pela Petrobras

Em mil barris por dia – Média anual por subperíodos – Brasil – 1995-2020



Fonte: IPEADATA. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Com a retomada do crescimento do mercado interno de derivados, a partir de 2006 os Planos Estratégicos da Petrobras passaram a considerar a necessidade de expandir a capacidade de destilação no país, e cinco novas refinarias passaram a ser construídas simultaneamente para aumentar a capacidade nacional de refino e abastecer o mercado com a produção doméstica.

Dado o enorme esforço de investimento a ser realizado, o governo Lula foi decisivo para que a empresa conseguisse, em setembro de 2010, realizar a maior operação mundial de levantamento de recursos financeiros em Bolsas de Valores. Foram mais de 120 bilhões de reais de venda de ações, em que o Tesouro, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Fundo Soberano adquiriram papéis que elevaram a participação

do governo no capital da Petrobras. Esses recursos também possibilitaram a aquisição das áreas da Cessão Onerosa, que garante a produção atual e tem nos campos de Búzios os melhores campos produtivos do *offshore* mundial. Os contratos de Cessão Onerosa, em que a empresa adquiriu o direito de produzir cinco bilhões de barris de petróleo em troca de ações da companhia, possibilitaram que a empresa realizasse o maior pacote de investimentos de sua história e do mundo no setor de petróleo e gás.

Essa estratégia tornou a Petrobras uma das empresas mais premiadas em concursos internacionais sobre inovação. No que se refere à P&D, o mais relevante foi a duplicação do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (Cenpes) da Petrobras na Ilha do Fundão no Rio de Janeiro, a expansão de rede de pesquisas envolvendo centenas de universidades e centros de investigação pelo Brasil inteiro e a consolidação de um centro de pesquisa com laboratórios de outras grandes empresas na UFRJ.

Ao final, a Petrobras havia deixado de ser empresa média de petróleo, para se tornar uma das maiores empresas de energia do planeta, atuando em áreas como refino, combustíveis renováveis e petroquímica. Além disso, a empresa também foi decisiva ao promover o desenvolvimento de uma série de outros setores produtivos, como a indústria naval e de máquinas e equipamentos.

Nesse sentido, dois outros programas de investimentos da Petrobras tiveram importância fundamental. O primeiro foi a expansão do setor de gás, com a construção de gasodutos, Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGN), terminais de gaseificação e consolidação dos mercados brasileiros de gás natural, tanto para a geração termelétrica, como para uso industrial, incluindo fertilizantes nitrogenados.

O segundo daqueles programas fundamentais foi a consolidação de grandes investimentos para adaptar a qualidade dos combustíveis das refinarias às exigências da preservação ambiental, em especial o conteúdo de enxofre na gasolina e diesel, além da capacidade para converter o petróleo brasileiro em derivados e da necessária expansão da capacidade, que se impõe hoje com muita clareza com a necessidade de importações, também porque as nossas refinarias não cresceram, depois do desmonte da empresa.

Hoje, quase dois terços da produção brasileira de petróleo vêm do Pré-sal. Se os governos Lula e Dilma não tivessem garantido aquele investimento na

construção de sondas, equipamentos submersos e plataformas, o Brasil estaria, hoje, com produção muito menor.

A Petrobras endividou-se para investir no desenvolvimento do seu programa de produção do Pré-sal, expansão do refino e do gás e para consolidar uma cadeia de fornecedores, gerando emprego e renda no Brasil. A dívida da Petrobras era totalmente administrável porque havia investimentos que, uma vez maturados, gerariam fluxo de receita permanente capaz de amortizar as dívidas. Além do mais, o custo de captação da empresa era baixo, menor que o custo da dívida pública brasileira, graças ao grau de investimento de que a empresa desfrutava.

Ao longo de 13 anos, houve percalços, sobretudo em função da flutuação do preço do petróleo no mercado internacional, que tiveram impactos nas finanças da empresa. As ações da Petrobras seguem fortemente o comportamento dos preços do petróleo, como a maioria das empresas do setor.

Num primeiro momento, quando ainda dependíamos da importação de combustíveis, o preço internacional do barril tipo Brent no mercado internacional atingiu 143,68 de dólares em julho de 2008. Com grande volatilidade internacional, o preço cai para 37 de dólares no final de 2008; e volta a subir para patamares superiores a 100 de dólares entre 2011 e 2014. A partir desse ano, quando os investimentos do Pré-Sal começam a maturar, o preço do petróleo desabou inesperadamente, chegando a 29,64 de dólares em fevereiro de 2015, o que afetou a empresa e toda a cadeia produtiva a seu redor.

A situação financeira da Petrobras se agravou no período 2014-2016, devido à queda dos preços internacionais, à redução do mercado interno de combustíveis, além da grande elevação da taxa de câmbio, que impactou o volume das dívidas amplamente referenciadas em dólar. As receitas de vendas da empresa caíram de 337 bilhões de reais acumulados em 2014, para 283 bilhões de reais no final de 2016. No entanto, o perfil da dívida da empresa, mesmo muito elevado, era de longo prazo, com quase metade dos vencimentos a ocorrer depois de 2021.

Alguns diretores da empresa, funcionários de carreira, envolveram-se em esquemas de corrupção. A maioria dos diretores e dos gerentes executivos da companhia não tiveram qualquer envolvimento em negócios escusos. As perdas com corrupção, reconhecidas no Balanço da Petrobras de 2014, alcança-

Figura 1. Preço do barril de petróleo tipo Brent
Cotação volta a superar US\$ 80 e atinge nível mais alto desde 2014



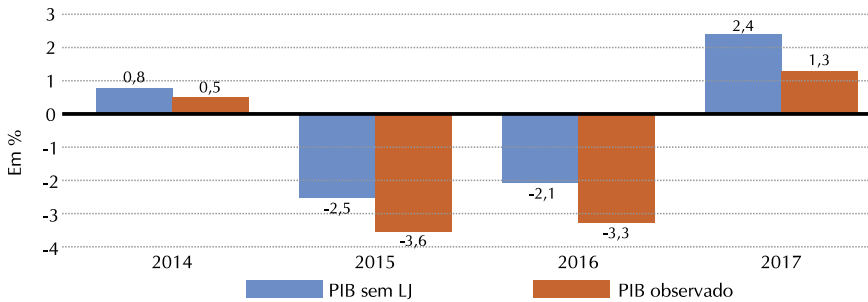
Fonte: US Energy Information Administration. Infográfico elaborado em 24 de setembro de 2017

ram 6 bilhões de reais em 10 anos; e a receita da Petrobras foi de 2,3 trilhões de reais nesse período.

Obviamente tudo isso prejudicou a imagem da empresa. Mas a solução encontrada pela “operação” Lava Jato não visou a preservar e sim a destruir a empresa. Na esteira dessa perseguição, a Lava Jato contribuiu para a redução do PIB brasileiro, destruiu 4,4 milhões de empregos; deixou de arrecadar 47,4 bilhões de reais de impostos e 20,3 bilhões de reais em contribuições sobre a folha; reduziu a massa salarial do país em 85,8 bilhões de reais; e quebrou dezenas de empresas que atuavam em conjunto com a Petrobras (como foi o caso – emblemático – da construção naval), afetando os setores envolvidos diretamente (petróleo e gás e construção civil), mas também gama importante de outros segmentos (devido aos impactos indiretos e ao efeito sobre a renda).

O preço que a operação Lava Jato custou ao Brasil em termos de perdas e prejuízos é várias vezes superior ao que possa ter rendido em benefícios, dado o modo político vicioso como a “operação” foi conduzida por Sérgio Moro. A Figura 2 ilustra o impacto da Lava Jato sobre o crescimento do PIB brasileiro no período recente.

Figura 2 - PIB observado e simulado com o efeito da Lava Jato. 2014-2017.



Fonte: *Implicações econômicas intersetoriais da operação Lava Jato*. CUT/DIEESE, março/2021.

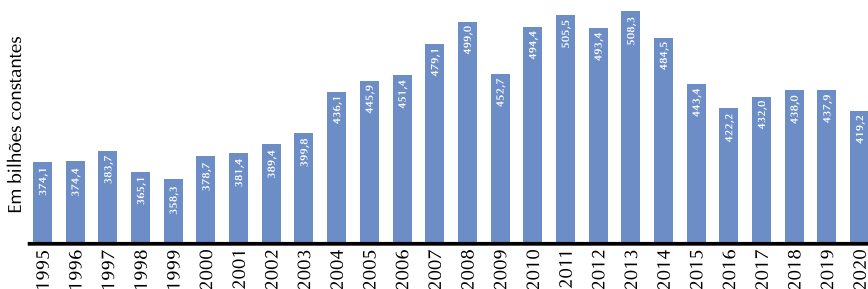
Reflexos setoriais do crescimento

Esse tópico ressalta, como exemplo, os reflexos do crescimento em setores econômicos selecionados: indústria manufatureira, setor automotivo, produção de cimento, indústria naval, complexo de carnes, produção de grãos, produção de cana-de-açúcar, viagens aéreas nacionais e internacionais e construção naval.

Indústria manufatureira

Em preços constantes, o valor agregado da indústria manufatureira subiu de 389,4 bilhões de reais (2002) para 508,3 bilhões de reais (2013), acréscimo de 30% (Gráfico 12). A queda em 2014 e 2015 decorreu da desaceleração da economia em função de um conjunto de fatores econômicos e políticos já mencionados.

Gráfico 12. Evolução do valor agregado na indústria manufatureira
Em bilhões de reais – Preços constantes – Brasil – 1995-2020

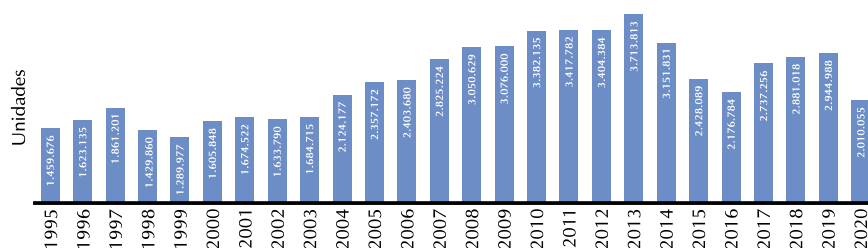


Fonte: IPEADATA. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Setor automotivo

Entre 2002 e 2013, a produção de veículos automotores mais que duplicou, passando de 1,6 milhões para 3,7 milhões de unidades (crescimento de 127%). Em 2014 e, sobretudo em 2015, houve queda na produção em função dos fatores políticos e econômicos mencionados (Gráfico 13). Embora tenha registrado oscilações, a tendência à contração do setor acentuou-se nos anos seguintes, com o que a produção, em 2020, situou-se em patamar inferior a 2004.

Gráfico 13. Produção de veículos automotores
Em unidades – Brasil – 1995-2020

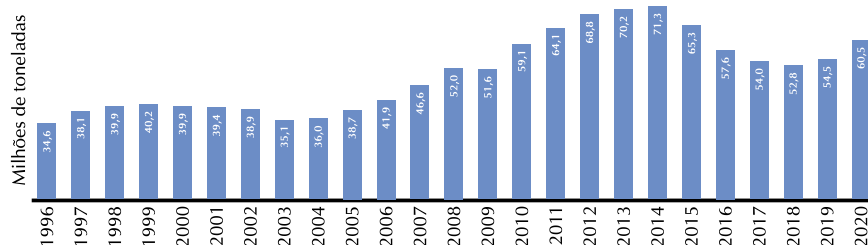


Fonte: Anfavea. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Produção de cimento

Entre 2002 e 2015, a produção de cimento subiu de 38,9 para 65,3 milhões de toneladas (acréscimo de 67,8%), após atingir o pico de 71,3 milhões de toneladas em 2014 (Gráfico 14).

Gráfico 14. Produção de cimento
Em milhões de toneladas – Brasil – 1995-2020

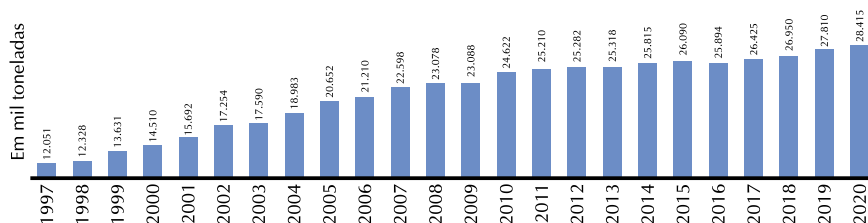


Fonte: IPEADATA/SNIC. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Complexo de carnes

A produção brasileira do complexo de carnes subiu de 17.254 mil toneladas (2002) para 25.894 mil toneladas (2015), crescimento de 50,1% (Gráfico 15).

Gráfico 15. Produção brasileira do complexo de carnes
Em mil toneladas – Brasil – 1995-2020

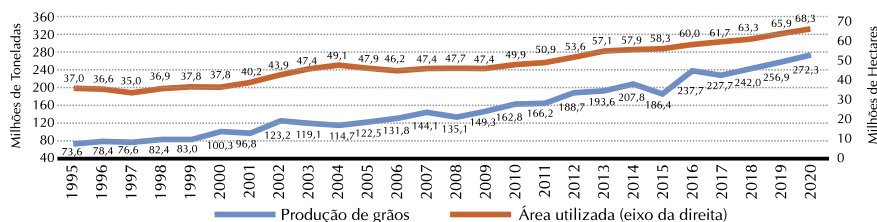


Fonte: DEPEC – Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Bradesco). GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e cinco anos de economia brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021. Cf.: https://www.economiaemdia.com.br/EconomiaEmDia/pdf/infset_pecuaria.pdf

Produção de grãos

A produção de grãos, estimulada pelo aumento da demanda e dos preços externos das *commodities* agrícolas, teve aumento expressivo durante os governos do PT, passando de 106,8 milhões de toneladas (média do triênio 2000-2002) para 210,6 milhões de toneladas (média do triênio 2014-16). Esse aumento de 97,2% foi puxado principalmente pelo crescimento da produtividade, já que a área cultivada, embora nos anos recentes tenha tido crescimento acelerado, teve expansão bem menor, da ordem de 44,7% (Gráfico 16).

Gráfico 16. Produção e área utilizada em grãos
Brasil – 1995-2020

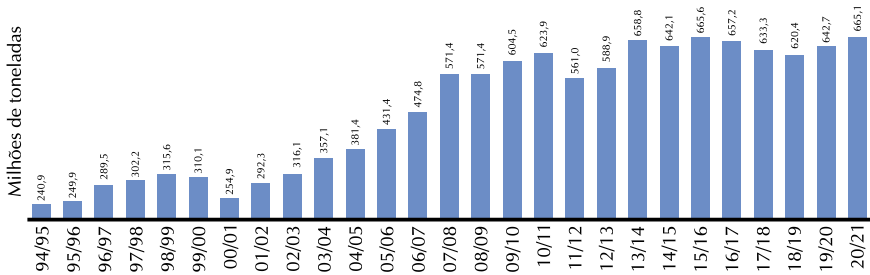


Fonte: CONAB. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e cinco anos de economia brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021. https://www.economiaemdia.com.br/EconomiaEmDia/pdf/infset_pecuaria.pdf

Cana-de-açúcar

A produção de cana-de-açúcar praticamente duplicou nos governos do Partido dos Trabalhadores, saltando de 316,1 milhões de toneladas (2002-2003) para 624,1 milhões de toneladas (2015-2016) (Gráfico 17).

Gráfico 17. Produção nacional da cana-de-açúcar
Em milhões de toneladas – Brasil – 1995-2020



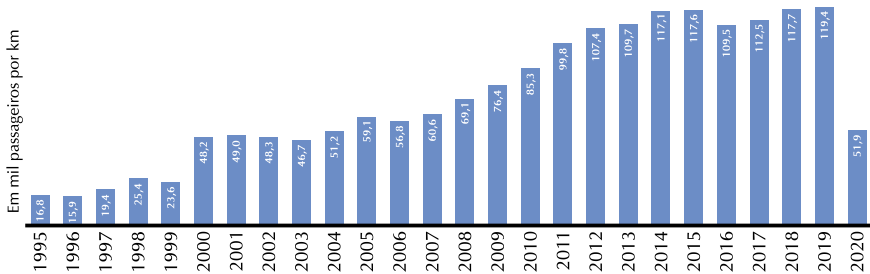
Fonte: CONAB. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Viagens aéreas nacionais e internacionais

Nos governos petistas, por conta, sobretudo, do crescimento da economia e do aumento do emprego e renda, houve aumento de 140% no número de passageiros por quilômetro transportados nas linhas internacionais e domésticas –, que passou de 48,3 mil para 117,1 mil entre 2002 e 2015 (Gráfico 18).

Gráfico 18. Número de passageiros por quilômetro transportados nas linhas internacionais e domésticas

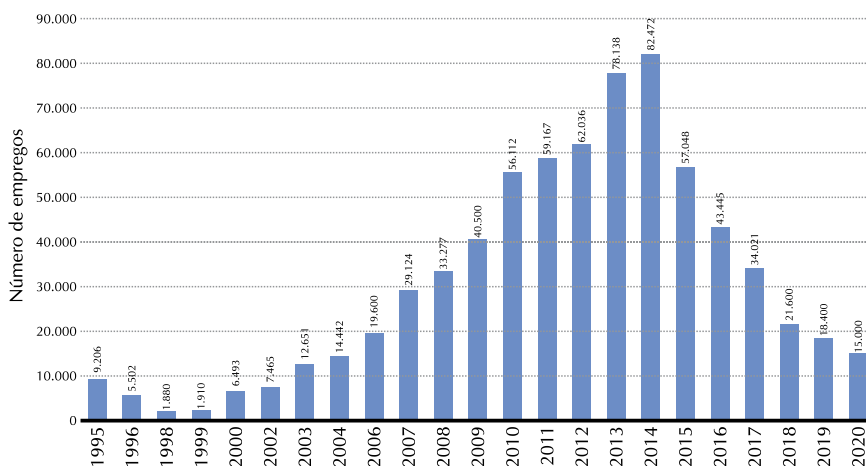
Em mil passageiros por Km – Brasil – 1995-2020



Fonte: ANAC. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Os reflexos do crescimento em setores econômicos específicos, também pode ser percebido pela criação de empregos. Exemplo emblemático é o caso da indústria naval, cujos empregos cresceram mais de 12 vezes entre 2002 e 2014, passando de 6,4 mil para 82,5 mil. Em 2015, pelas razões políticas e econômicas apontadas, houve queda para 57,0 mil. Com os governos Temer e Bolsonaro, os empregos na construção naval retrocederam para o nível observado em 2005 (Gráfico 19).

Gráfico 19. Evolução do número de empregos na construção naval Brasil – 1995-2020



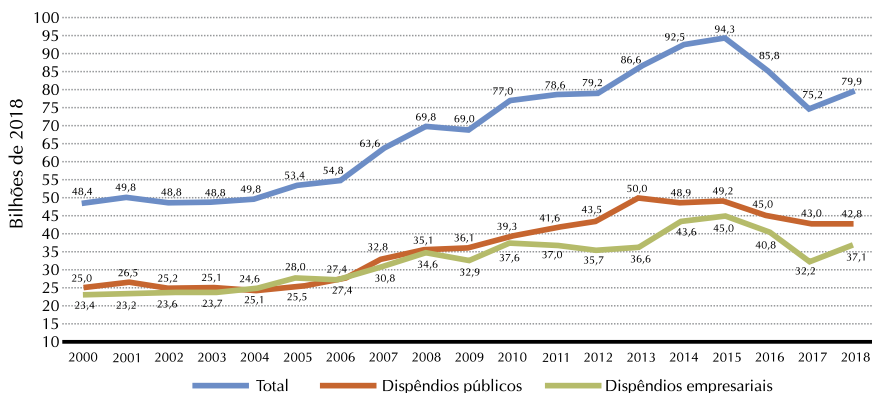
Nota: (*) Estimativa. Fonte: Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore e Associação Brasileira das Empresas de Construção Naval e Offshore. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Investir no futuro: capacidade científica e tecnológica

Durante os governos petistas o dispêndio total (público e privado) em Ciência e Tecnologia quase duplicou entre 2002 e 2015. Em igual período, os dispêndios públicos cresceram proporcionalmente mais que os dispêndios privados (Gráfico 20).

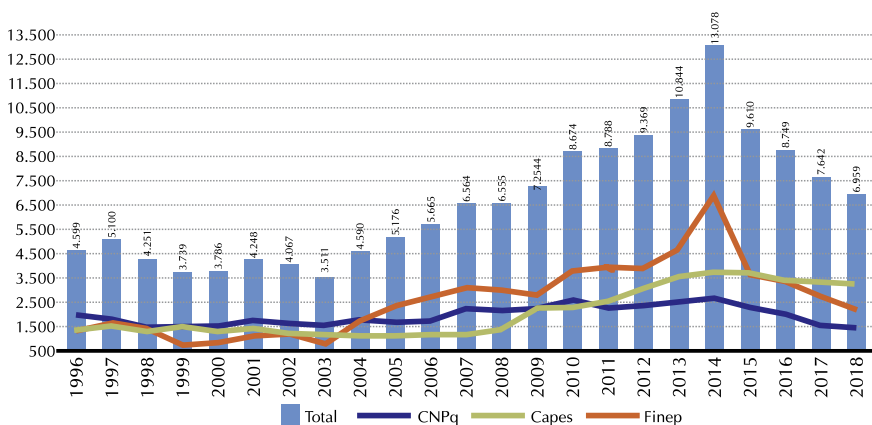
Nos governos petistas, o dispêndio total nas agências federais de fomento à pesquisa e desenvolvimento (CNPq, Capes e Finep) mais que triplicaram entre 2002 e 2014 (Gráfico 21).

Gráfico 20. Dispendio nacional em ciência e tecnologia
Em R\$ bilhões de 2018 – 1995-2020



Fonte: MCTIC (Recursos Aplicados - Indicadores Consolidados). GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Gráfico 21. Dispendio das agências federais de fomento à pesquisa e desenvolvimento
Em Milhões R\$ de 2018 – Brasil – 1995-2020



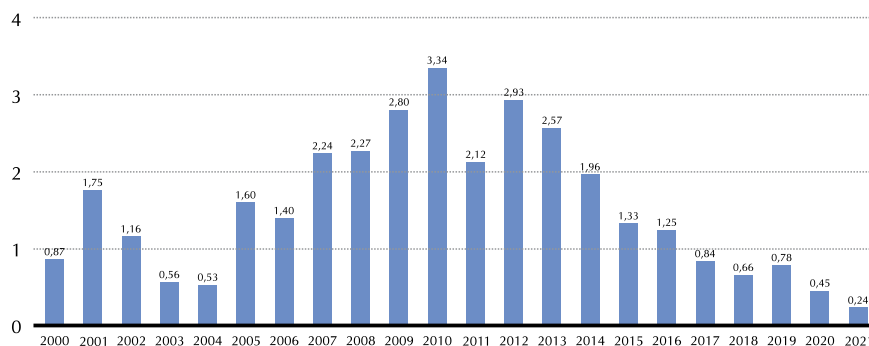
Fonte: Cadernos SBPC - “2019: A política brasileira de CT&I e as manifestações da comunidade científica”. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Estudos recentes tornam ainda mais evidente o descompasso entre os avanços realizados durante os governos Lula e Dilma e o desastre provocado pelo

atual governo nas diversas dimensões do processo de desenvolvimento científico e tecnológico do país. A evolução dos investimentos do Ministério de Ciência e Tecnologia (Gráfico 22) e do Ministério da Educação (Gráfico 23) é amostra parcial da política destrutiva atualmente em curso.

Gráfico 22. Valores do orçamento de investimentos do Ministério de Ciência e Tecnologia

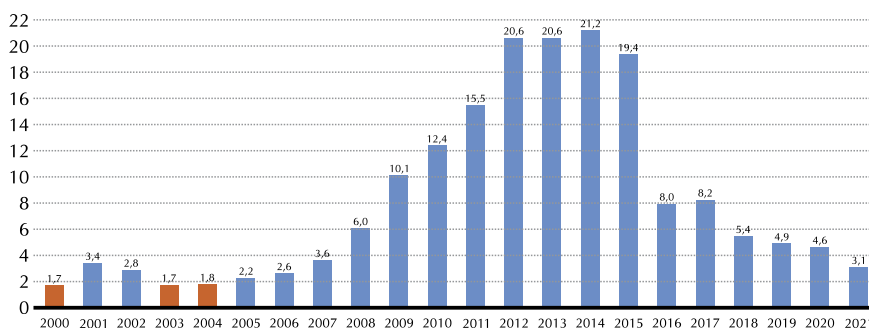
R\$ Bilhões a preços constantes – Brasil – 2000-2020



OBS: Todos os valores de receita foram corrigidos pela inflação acumulada no período. A principal fonte oficial de extração dos dados utilizada foi a plataforma do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). Fonte: Ciências Sociais Articuladas – O orçamento da Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil: 22 anos de avanços e retrocessos. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2022.

Gráfico 23. Valores do orçamento de investimentos do Ministério da Educação

R\$ Bilhões a preços nominais – Brasil – 2000-2021'



OBS: Todos os valores de receita foram corrigidos pela inflação acumulada no período. A principal fonte oficial de extração dos dados utilizada foi a plataforma do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2022.

Portanto, também nesse caso, não se sustenta a afirmação de que a “crise”, que teria sido gerada pelos governos do PT, teria sido crise de “irresponsabilidade fiscal”, como o arbítrio mais delirante nunca se cansa de repetir. O que o PT fez foi investir no futuro do país, no desenvolvimento da nossa capacidade científica e tecnológica.

5

O mercado interno como outro motor do crescimento

Como mencionado, nos governos Lula e Dilma foi esboçada uma política de desenvolvimento apoiada na ampliação dos investimentos e criação de um mercado de consumo de massas, formado a partir de políticas de distribuição de renda, de expansão e formalização do emprego.

Houve mobilidade social ascendente via mercado de trabalho, combinando geração de emprego com diminuição da informalidade e aumento da renda laboral, criando condições para a redução das desigualdades da renda e maior participação relativa do trabalho na apropriação da riqueza nacional.

A mobilidade social ascendente também foi viabilizada pela ampliação do acesso dos brasileiros aos direitos constitucionais pactuados na redemocratização e pela criação de uma nova geração de políticas de combate à pobreza, como o programa Bolsa Família, por exemplo.

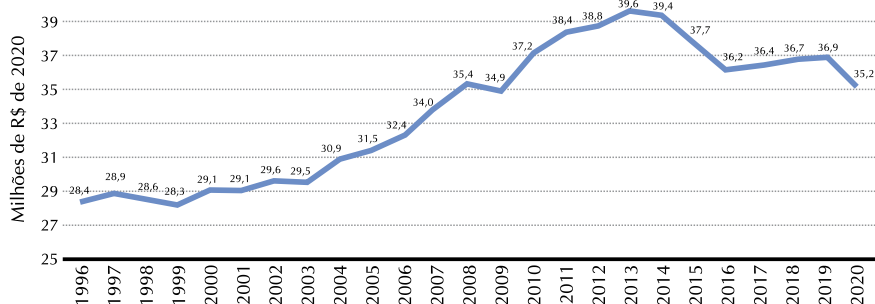
Renda por habitante

O crescimento da economia ampliou a renda por habitante¹. O PIB *per capita* subiu de cerca de 29 mil reais nos governos de FHC para 39,4 mil reais (2014)

¹ A renda *per capita* avalia o grau de desenvolvimento econômico de um país. A média é obtida através da divisão do Produto Interno Bruto (PIB) pelo número total de habitantes.

e 37,7 mil reais (2015). Nos governos Temer e Bolsonaro, o PIB *per capita* retorna aos níveis de 2008 (Gráfico 1).

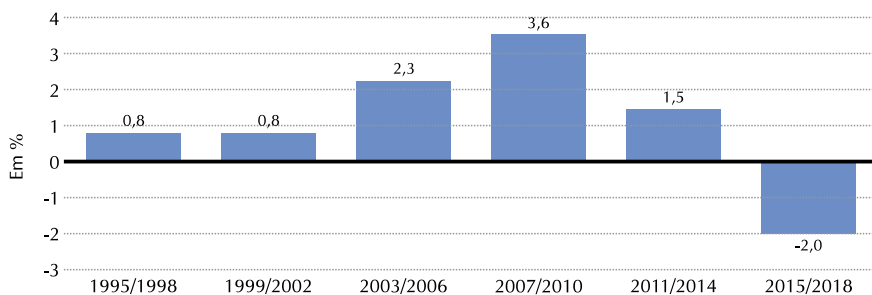
Gráfico 1. Evolução do PIB *per capita*
(Em milhares de R\$ de 2020) – Brasil – 1996-2020



Fonte: BCB. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Nos governos Lula e Dilma, a taxa de crescimento médio anual do PIB *per capita* foi bastante superior ao verificado nos governos anteriores e posteriores. Observe-se que a taxa de crescimento médio anual do PIB *per capita* subiu de 0,8% (governos FHC) para 2,3% (primeiro governo Lula) e 3,6% (segundo governo Lula). Essa média caiu para 1,5% entre 2011 e 2014 (quase o dobro da verificada entre 1995/2002) (Gráfico 2).

Gráfico 2. Taxa de Crescimento do PIB real *per capita*
(Média anual por subperíodos) – Brasil – 1995-2020

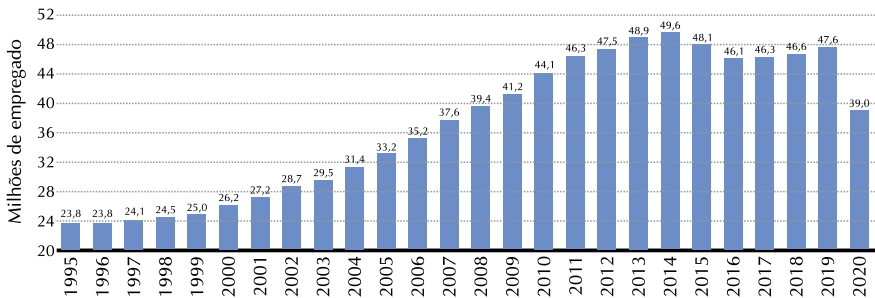


Fonte: IBGE Indicadores ODS (2002/2018) / Elaboração própria com dados do IPEADATA (1996/1999). GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Geração de empregos

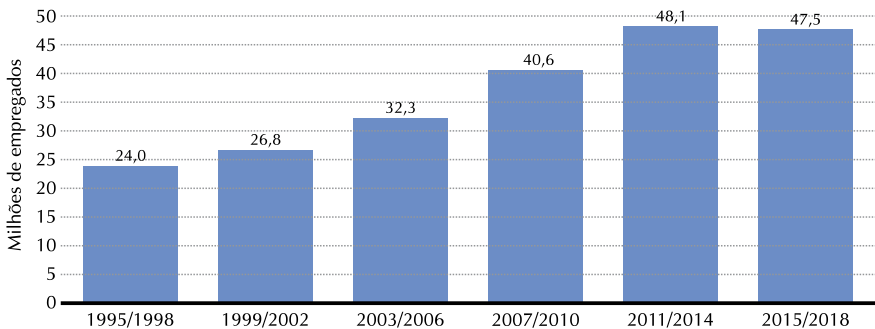
No ciclo petista houve forte geração de empregos formais. Entre 2002 e 2014 foram gerados mais de 20 milhões de empregos com carteira assinada: o número total de empregados com vínculo formal de emprego passou, de 28,7 milhões, para 49,6 milhões (48,1 milhões, em 2015). Com o golpe parlamentar e a pandemia, entre 2015 e 2020 foram perdidos mais de 9 milhões de empregos formais (Gráfico 3).

Gráfico 3. Evolução do número total de empregados com vínculo formal de emprego (Milhões de Empregados) – Brasil – 1995-2020



(*) Estimativa. Fonte: MTE/RAIS. Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

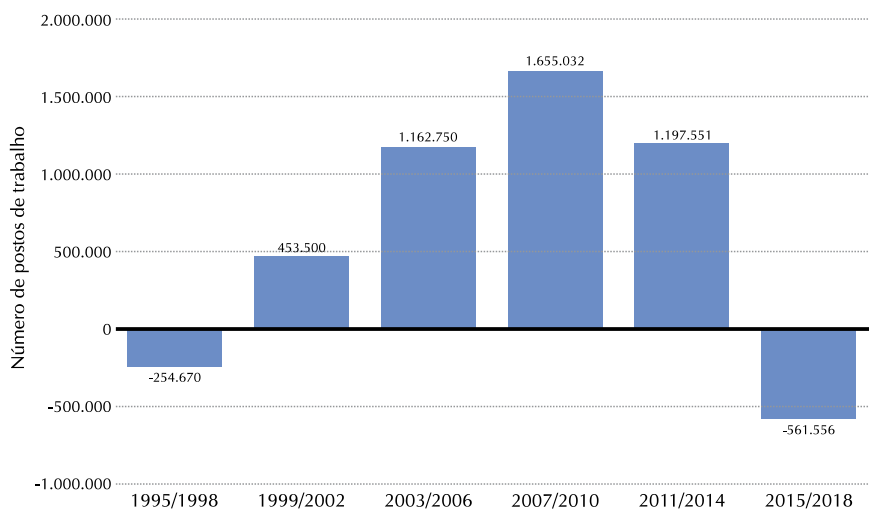
Gráfico 4. Evolução do número total de empregados com vínculo formal de emprego (Milhões de Empregados) – Média anual por subperíodos – Brasil – 1995-2020



Fonte: MTE/RAIS. Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

A média anual de geração líquida de postos de trabalho formal entre 1995 e 1998 foi negativa (-254,7 mil empregos) e pouco expressiva entre 1999 e 2002. No primeiro governo Lula foram criados, em média, 1,2 milhões de empregos formais por ano, mais de duas vezes e meia a média do governo anterior; e no segundo mandato de Lula essa média anual alcançou 1,6 milhões, mais de três vezes e meia a média de 1998 e 2002. Durante o primeiro governo Dilma, a média anual retorna aos parâmetros de 2003 e 2006; mesmo assim, mais de duas vezes e meia a média alcançada no segundo governo FHC (Gráfico 5).

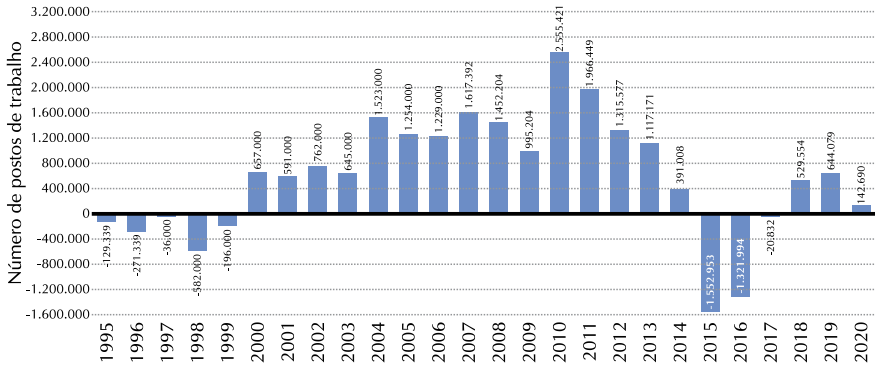
Gráfico 5. Emprego formal – geração líquida de postos de trabalho (*)
Número de postos de trabalho – Média anual por subperíodos – Brasil – 1995-2020



(*) Série sem ajuste geográfico. Fonte: MTE/CAGED. Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Desde 2003, houve crescente geração líquida de empregos com carteira assinada, tendência que atinge o ápice em 2010, quando foram gerados mais de 2,5 milhões de empregos formais. Mesmo em 2013 e 2014, a geração líquida de postos de trabalho formal foi positiva, em 1,1 milhões e 391 mil, respectivamente (Gráfico 6).

Gráfico 6. Emprego formal – geração líquida de postos de trabalho
Número de postos de trabalho – Brasil – 1995-2020



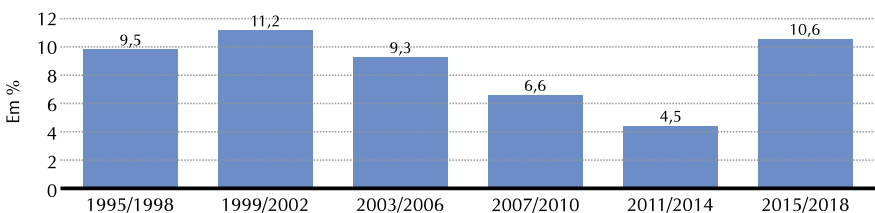
Fonte: MTE/CAGED. Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Como mencionado, o resultado negativo verificado em 2015 deve-se a fatores e econômicos (ver considerações finais neste volume) e políticos (ver Capítulo 7).

Desemprego

A expressiva geração de empregos formais repercutiu na queda da taxa de informalidade do mercado de trabalho. O desemprego caiu sistematicamente nos governos petistas. A média anual da taxa de desemprego entre 1999 e 2002 atingiu 11,2%. Nos governos Lula e Dilma, essa média cai continuamente, atingindo 4,5% entre 2011 e 2014 (Gráfico 7).

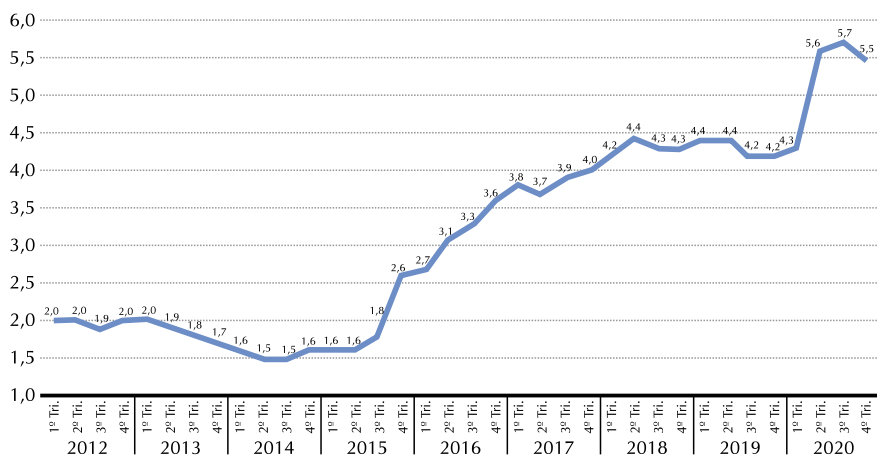
Gráfico 7. Taxa de desemprego aberto
(Em porcentagem) – Brasil – 1995-2020



Nota – A PME foi encerrada em março/2016. Os dados a partir de 2016 foram extraídos da PNAD Contínua. Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Emprego (PME) / IPEADATA. Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

O número de desalentados (pessoas que desistiram de procurar emprego) caiu entre 2012 e o início de 2015, sendo pouco expressivo nos governos petistas (1,6 milhões de trabalhadores no início de 2015). Já nos governos neoliberais de Temer e Bolsonaro, o desalento amplia-se de forma considerável, atingindo mais de 5,7 milhões de trabalhadores em 2020 (Gráfico 8).

Gráfico 8. Número de desalentados. Pessoas de 14 anos ou mais de idade (Em milhões) – Brasil – 2012- 2020



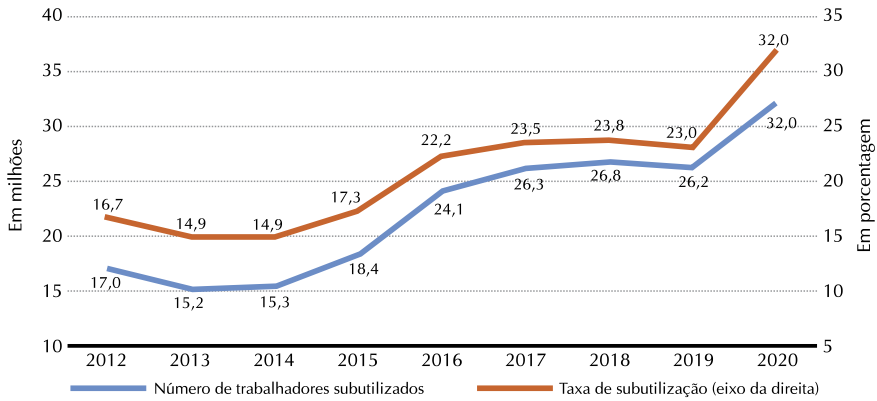
Fonte: IBGE, PNAD Contínua. IBGE – Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Subutilização da força de trabalho

A taxa de subutilização da mão de obra² apresenta tendência de queda até 2014, quando atingiu 14,9% (15,3 milhões de brasileiros). Com a volta do neoliberalismo a partir do golpe de 2016 essa taxa cresce exponencialmente, atingindo 32,0% em 2020 (32 milhões de brasileiros).

² Os subutilizados contemplam três categorias: os desempregados, os subocupados (que trabalham menos do que 40 horas semanais) e a força de trabalho potencial (quem gostaria de trabalhar, mas não buscou vagas ou não estava disponível para preenchê-las por diferentes motivos).

Gráfico 9. Subutilização da força de trabalho
Em milhões e Porcentagem – Brasil – 2012-2020



Fonte: IBGE, PNAD Contínua Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Salário mínimo

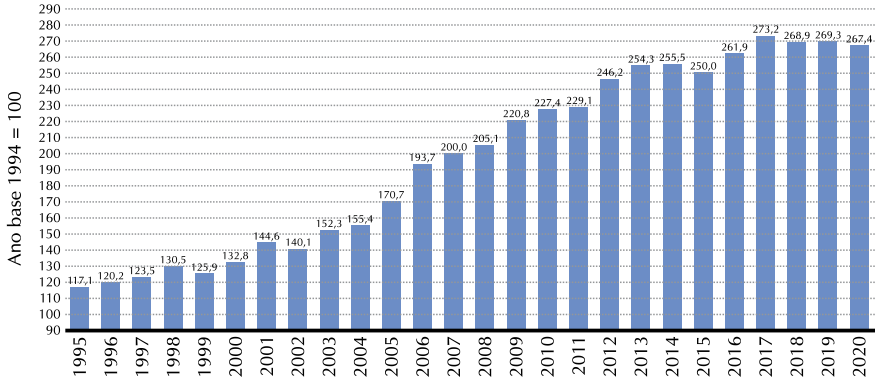
A melhoria do emprego veio acompanhada por política consistente de fortalecimento das rendas do trabalho. Segundo o Banco Central, o poder de compra do salário mínimo em janeiro de 2015 foi “o maior desde agosto de 1965, superado apenas pelo registrado no período de julho de 1954 a julho de 1965”. Não surpreende, portanto, “que o rendimento médio real do trabalho venha crescendo há vários anos”, em todas as regiões do país.³

Note-se que o salário mínimo, praticamente estagnado durante os governos FHC, valorizou-se, em termos reais (acima da inflação), mais de 74% no ciclo petista (Gráfico 10), beneficiando diretamente 28% dos trabalhadores brasileiros e aproximadamente 65% dos aposentados pelo INSS.

Contrariamente ao que dizia a narrativa liberal, os constantes aumentos do salário mínimo não inviabilizaram o mercado de trabalho; pelo contrário, impulsionaram a expansão do mercado interno de consumo de massas, garantindo sustentação do ciclo de crescimento.

³ Boletim Regional do Banco Central do Brasil, jan.2015, volume 9, número 1, p. 99.

Gráfico 10. Evolução do Salário Mínimo Real (*)
(Ano Base 1994 = 100) – Brasil – 1995-2020



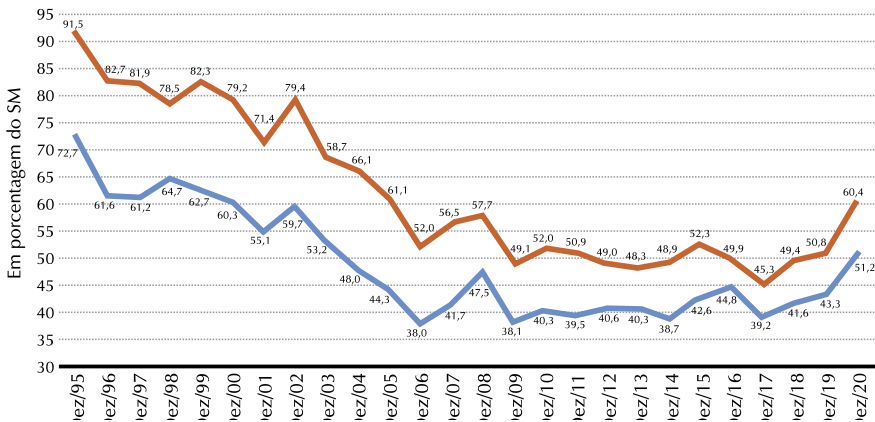
Nota (*): Deflacionado - INPC

Fonte: IPEADATA. Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Custo da cesta básica

Como consequência da valorização do salário mínimo, o custo da cesta básica, como proporção do salário mínimo, caiu quase pela metade entre 1995 e 2014, tanto em São Paulo, quanto em Fortaleza (Gráfico 11).

Gráfico 11. Custo da Cesta Básica como Proporção do Salário Mínimo
Em % – Brasil – 2000-2020

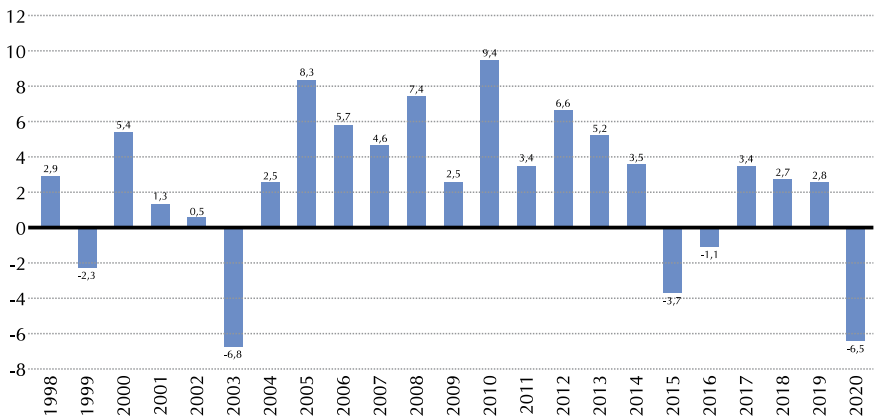


Fonte: BCB Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Massa Salarial

Expansão e formalização do emprego, aumento e democratização do crédito, acréscimos nos rendimentos laborais, valorização real do salário mínimo e redução do desemprego e da informalidade ampliaram a massa salarial⁴, com reflexos positivos sobre a arrecadação tributária e, especialmente, no financiamento da Previdência e da Seguridade Social. Entre 2004 e 2014, a massa salarial cresceu a taxas anuais expressivas. O resultado de 2015 deve-se a fatores e econômicos e políticos tratados em outros tópicos deste livro.

Gráfico 12. Evolução Anual da Massa Salarial Real
Em % – Brasil – 1998 -2020



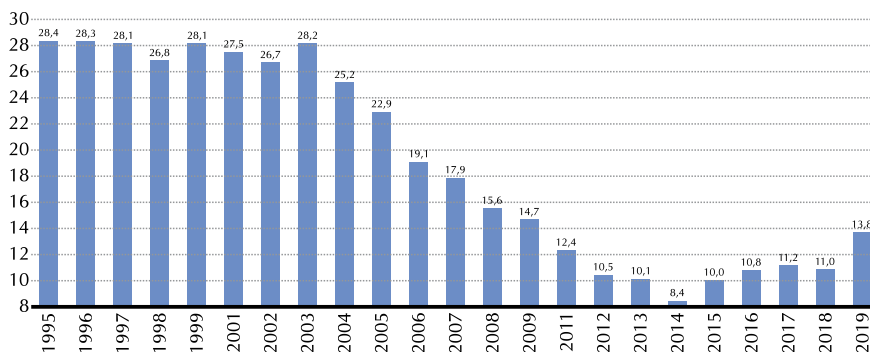
Fonte: IBGE Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Pobreza

Entre 2002 e 2015 a taxa de pobreza despenca de 26,7% para 10,0% (Gráfico 13). Em números absolutos, mais de 30 milhões saíram da pobreza: o número de brasileiros nessa condição caiu de 58 milhões para 26 milhões.

⁴ A massa de rendimento (habitual ou efetivo) é calculada através da soma ponderada (levando em consideração os pesos amostrais) de todos os rendimentos das pessoas ocupadas da amostra.

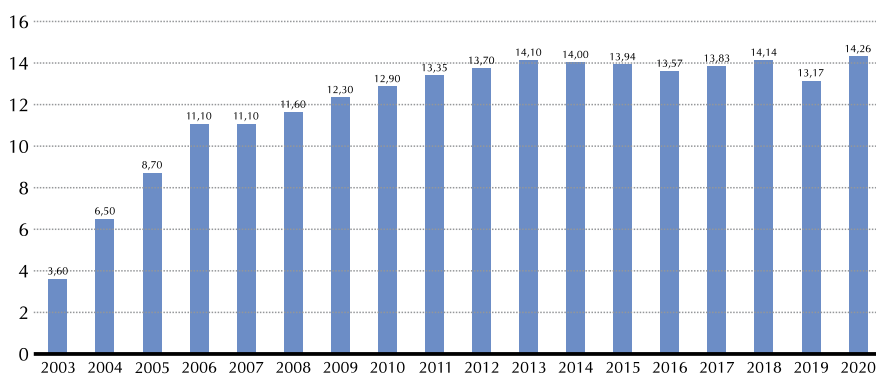
Gráfico 13. Taxa de Pobreza
Em porcentagem da população total – Brasil – 1995-2019



Nota: 2000 e 2010 não foram publicados. Fonte: FGV Social Notas para sociedade agosto de 2019 Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Além do crescimento da economia e da consequente melhoria do mercado de trabalho, a redução da pobreza foi fruto de diversos programas de transferência de renda para os mais pobres, com destaque para o programa Bolsa Família. Entre 2003 e 2015, o número de famílias atendidas pelo programa saltou de 3,6 milhões para 13,9 milhões (Gráfico 14).

Gráfico 14. Famílias Atendidas pelo Programa Bolsa Família
Em milhões – Brasil – 1995-2020

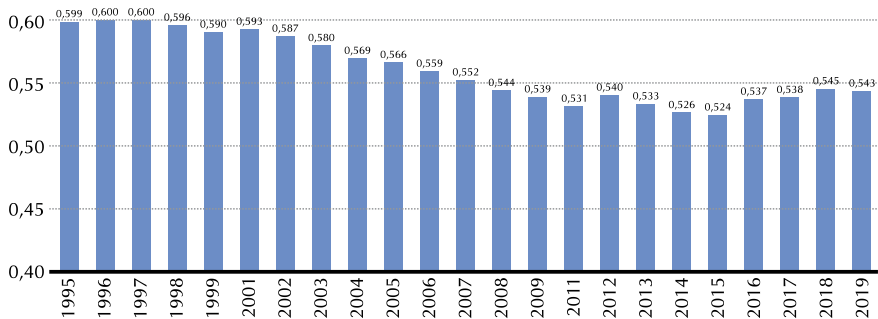


Fonte: MDS / Portal da Transparência Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Desigualdade de renda

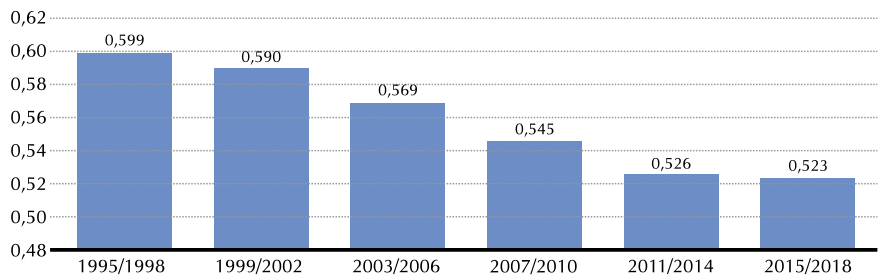
A desigualdade da renda do trabalho, medida pelo Índice de Gini⁵, retrocedeu aos patamares de 1960. Entre 2002 e 2015, o Índice de Gini caiu de 0,587 para 0,524 (Gráficos 15 e 16).

Gráfico 15. Índice de Gini
Brasil – 1995-2020



Nota: 1994, 2000 e 2010 não foram publicados. Fonte: 1995 a 2011 IBRE, FGV e 2012 a 2019 IBGE Síntese de Indicadores Sociais 2020. Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Gráfico 16. Índice de Gini
Média por subperíodos – Brasil – 1995-2020



Nota: 1994, 2000 e 2010 não foram publicados. Fonte: 1995 a 2017 IBRE, FGV e 2018 PNUD. Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

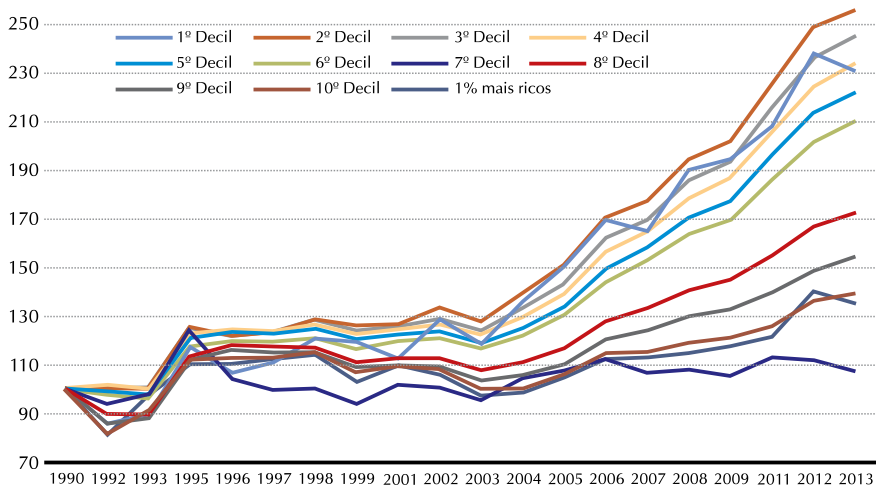
⁵ O Índice de Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza.

O crescimento da renda domiciliar *per capita* das faixas mais baixas explica, em grande medida, a queda da desigualdade medida pelo Índice de Gini. Os ganhos de renda no setor formal também foram transferidos para o setor informal da economia, pois a queda do desemprego garantiu maior poder de barganha, tanto para os trabalhadores estruturados e sindicalizados, quanto para os trabalhadores nos serviços informais

Renda dos mais pobres

A renda domiciliar *per capita*, após ficar estagnada por dez anos, elevou-se a partir de 2005. O crescimento foi mais expressivo nos decis mais pobres (do 1º ao 6º) relativamente aos mais ricos (do 7º ao 10º). O 2º decil mais pobre, por exemplo, teve aumento acumulado em sua renda de 155,5% ao longo do período 1990-2013, enquanto o 7º (ou 4º mais rico) acumulou 7,2% de aumento real de renda. A maior intensidade desses aumentos ocorre a partir de meados da década de 2000 (Gráfico 17).

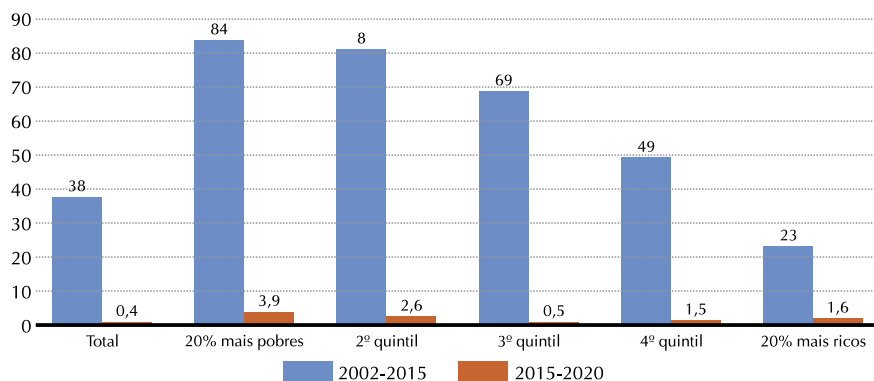
Gráfico 17. Evolução da renda domiciliar *per capita*, por decis
Base 1990=100 – Brasil – 1995-2013



Fonte: PNAD-IBGE/PEADATA. Apud CALIXTRE, André; FAGNANI, Eduardo. A política social nos limites do experimento desenvolvimentista (2003-2014). In: *Para além da política econômica*. Ricardo Carneiro, Paulo Baltar, Fernando Sarti (Org.) – São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

Estudos realizados pela ex-ministra Tereza Campello mostram que todas as famílias tiveram aumento de rendimento nos governos petistas, mas o ganho real foi maior para os mais pobres. Entre 2002 e 2015, o percentual do rendimento médio domiciliar *per capita* real para o conjunto das famílias cresceu 38%. Entretanto, para os 20% mais pobres, o rendimento médio domiciliar *per capita* real cresceu 84% (quase quatro vezes maior que o acréscimo dos rendimentos dos 20% mais ricos). Já nos governos Temer e Bolsonaro (2015-2020), os ganhos dos 20% mais pobres foi residual.

Gráfico 18. Variação percentual do rendimento médio domiciliar *per capita* real por quintis



Elaboração: Tereza Campello.

O crescimento da renda das famílias nos estratos inferiores gerou um mercado interno de consumo de massas com mais de 140 milhões de pessoas.

Entre 2002 e 2015, a participação dos 50% mais pobres na renda familiar total subiu de 12,9% para 17,0%. Em igual período, a participação dos 1% mais ricos caiu de 13,4% para 11,3%.

Estudos do IPEA, realizados por meio de regressões estatísticas das principais causas das variações e distribuições da renda domiciliar *per capita*, revelam que o mercado de trabalho foi fator determinante para o crescimento da renda domiciliar *per capita* entre 1990 e 2012 (respondeu por 71% da elevação), seguido pelas transferências de renda da Previdência (contribuição de 23%) e pelas transferências de renda do programa Bolsa Família e Benefício de

Prestação Continuada (BCP, contribuição de 4%). No tocante à redução das desigualdades da renda do trabalho (índice de Gini), o mercado de trabalho respondeu por 47% da queda, seguido pelas transferências de renda (constitucionais e Bolsa Família) (24%) e pela Previdência (15%) (Tabela 1).

Tabela 1 – Decompondo contribuições líquidas ao crescimento da renda e à redução da desigualdade de renda (Gini)
Brasil – 1992-2012

Fatores	Crescimento da Renda Domiciliar Per Capita	Redução do Índice de Gini
Mercado de Trabalho	71%	47%
Previdência	23%	15%
Transferências de Renda (BPC e Bolsa Família)	4%	24%
Outros	2%	13%

Fonte: PNAD-IBGE/ IPEADATA. Apud CALIXTRE, André; FAGNANI, Eduardo. A política social nos limites do experimento desenvolvimentista (2003-2014). In: *Para além da política econômica*. Ricardo Carneiro, Paulo Baltar, Fernando Sarti (Org.) – São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

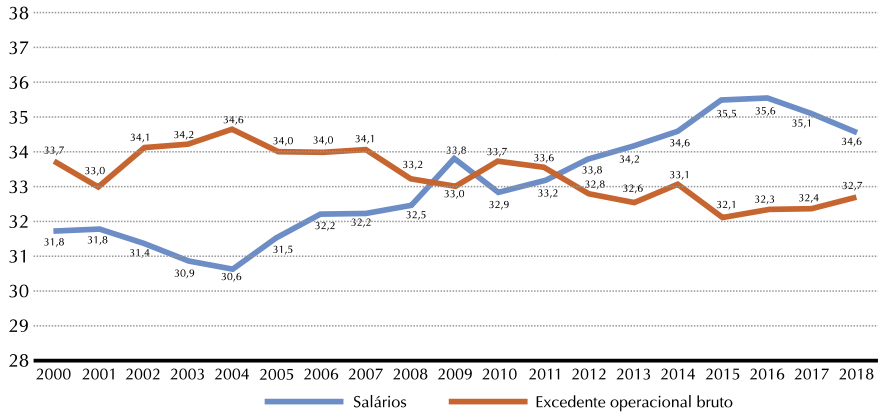
Distribuição funcional da renda⁶

A participação relativa dos rendimentos do trabalho (salários) na Renda Nacional, na contramão das tendências históricas, cresceu nos governos petistas, acima da taxa de expansão do PIB, refletindo a redistribuição, a favor dos assalariados, de parte importante dos ganhos de produtividade alcançados no período. A participação dos componentes da remuneração do trabalho amplia-se de 30,6% (2004) para 35,6% (2015); em contrapartida, em igual período, a renda do capital – tecnicamente denominada de “excedente operacional bruto” (rendimentos de propriedade de ativos, aluguéis, lucros e juros) – declina de 34,6 para 32,1% (Gráfico 19).

Em suma, pela primeira vez na história econômica recente do Brasil foi possível conciliar o crescimento do PIB com a redistribuição da renda, na contramão do sucedido em etapas anteriores, inclusive durante a ditadura militar e seu “milagre econômico”, quando o crescimento do PIB e o aumento ex-

⁶ Análise da repartição do Produto Interno Bruto (PIB) ou da Renda Nacional entre os proprietários de capital (renda do capital) e os trabalhadores assalariados (renda do trabalho).

Gráfico 19. Participação dos salários e do excedente operacional bruto Em % do PIB (*) – Brasil – 2000-2020



(*) Os dados de 1995 a 1999 foram desconsiderados, devido a mudança na metodologia de cálculo. Fonte: IBGE, PNAD Contínua (Síntese de Indicadores Sociais 2020) GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

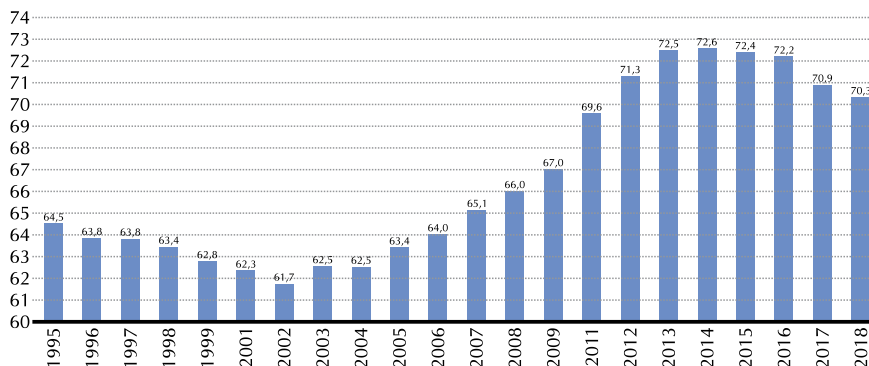
tensivo do emprego a níveis decrescentes de remuneração funcionavam como mecanismos de atenuação dos conflitos sociais e preservação do processo de distribuição regressiva da renda e crescente concentração da riqueza.

Previdência Social

Expansão e formalização do emprego, aumento da renda, valorização real do salário mínimo ampliaram a massa salarial, com reflexos positivos sobre a cobertura e sobre o financiamento da Previdência e da Seguridade Social. A taxa de cobertura previdenciária da População Economicamente Ativa (entre 16 e 59 anos), que vinha declinando no período 1995-2002, aumentou significativamente, passando de 61,7% em 2002, para 72,6% em 2014, crescimento de 17,7% (Gráfico 20).

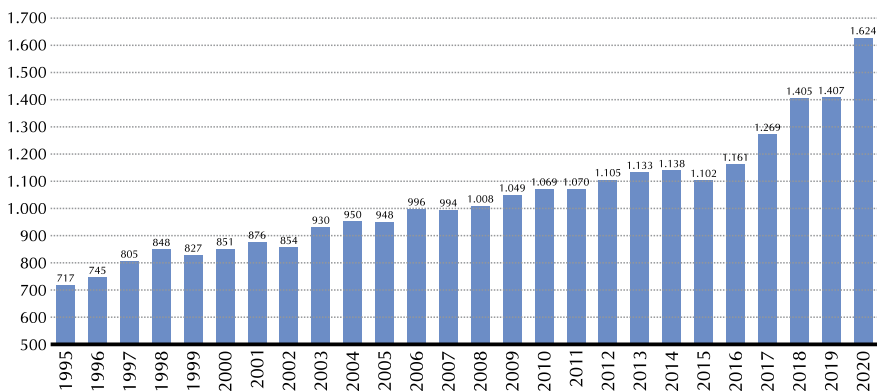
O salário mínimo, praticamente estagnado durante os governos FHC, valorizou-se, em termos reais, beneficiando diretamente 28% dos trabalhadores brasileiros e aproximadamente 65% dos aposentados pelo INSS. Em janeiro de 2015, o salário mínimo atingiu seu maior poder de compra em 50 anos (desde agosto de 1965). Com a valorização do salário mínimo, o valor real dos benefícios cresce continuamente entre 2002 e 2015 (Gráfico 21).

Gráfico 20. Evolução da Taxa de Cobertura Previdenciária da PEA entre 16 e 59 Anos
Em (%) – Brasil – 1995-2020



Fonte: Informes da Previdência Social. Vol. 27 nº 11; vol. 28 nº 12; vol. 30 nº 5 e 6; e vol. 31 nº 11. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Gráfico 21. Valor Médio Real dos Benefícios do RGPS
Em R\$ de julho/2020 (INPC). Posição em dezembro de cada ano
Brasil – 1995-2020



Fonte: Informes da Previdência Social – Vol. 29 nº1 (dados de 1995 a 2016); vol. 30 nº 1 (dado de 2017); e vol. 31 nº 1 (dado de out/2019). GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

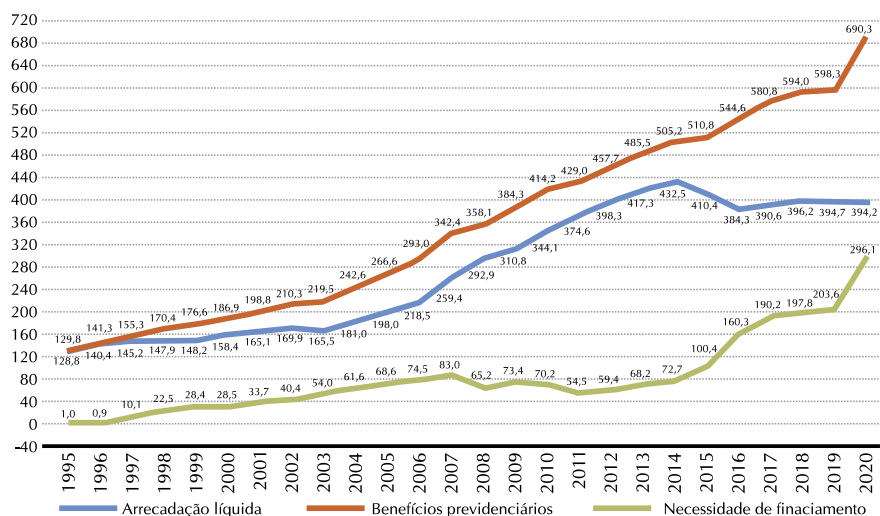
Entre 2002 e 2014, a arrecadação líquida da Previdência Social, a preços constantes, passou de 169,9 bilhões de reais para 432,5 bilhões de reais, cresci-

mento bruto de 154,6%. Em consequência, as necessidades de financiamento da Previdência, apesar do expressivo aumento das despesas com benefícios previdenciários, da ordem de 140,2%, se mantiveram dentro de limites razoáveis. Mais do que isso, no período 2008-2014 situaram-se em patamar inferior ao registrado em 2007, revertendo a trajetória expansionista inaugurada no governo FHC (Gráfico 22).

Até 2015, o suposto “déficit da Previdência” (porque considera apenas as receitas previdenciárias e não leva em conta as fontes de receita da Seguridade Social como determina o artigo 195 da Constituição Federal) estava sob controle. A “necessidade de financiamento” para cobrir a diferença entre a arrecadação líquida e a despesa com benefícios situou-se em um patamar entre 54 e 72 bilhões de reais entre 2011 e 2014. Nos governos Temer e Bolsonaro, as “necessidades de financiamento” da Previdência passaram para 205 bilhões de reais (2019) e 296 bilhões de reais (2020).

Gráfico 22. Previdência – Evolução da Arrecadação Líquida e da Despesa com Benefícios

Em R\$ bilhões de setembro de 2020 (INPC) – Brasil – 1995-2020

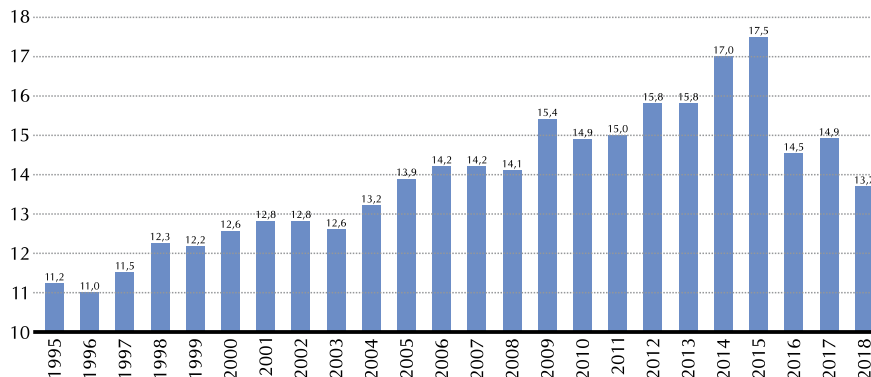


* Dados acumulados em 12 meses, até Set 2020. Fonte: Informes da Previdência Social. Vol.27 nº 1 (2015) a nº 31, nº 5 (2019); e vol. 32, nº 10. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Gasto social

O crescimento econômico abriu espaços para a expansão do Gasto Social Federal que passou de 12,2% para 17,5% do PIB entre 2002 e 2015 (Gráfico 23). Essa expansão foi um dos pilares da política de desenvolvimento, dado o seu papel relevante importante na transferência de renda para os mais pobres (via Seguridade Social e programa Bolsa Família, por exemplo) e na ampliação da oferta de bens e serviços sociais (como fez o programa Minha Casa, Minha Vida, por exemplo).

Gráfico 23 – Evolução Gasto Social Federal Total
Em % do PIB – Brasil – 1995-2018



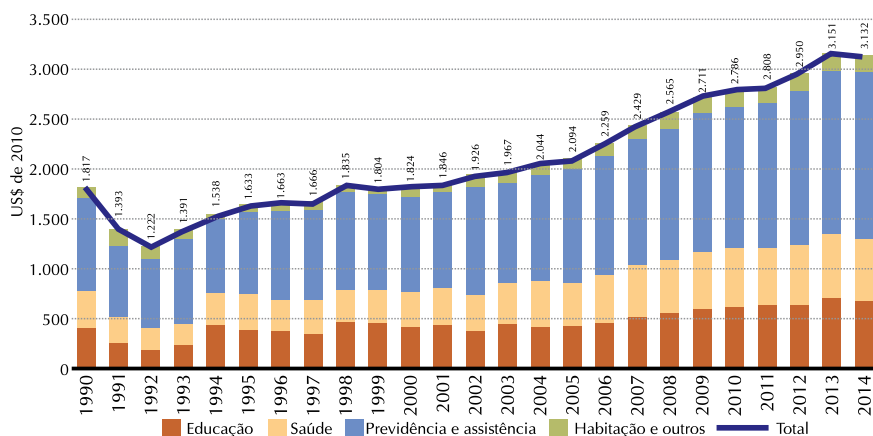
Observações: Para o período 2016/2018 os valores foram estimados a partir dos dados do Portal da Transparência relativos às despesas executadas em cada ano em cada uma das seguintes funções: Educação, Saúde, Previdência Social, Assistência Social e Trabalho. Fontes: STN 2002 a 2017 - Portal da Transparência – CGU para as despesas sociais a preços correntes e IPEADATA para o PIB a preços de mercado (valores correntes). GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Utilizando uma comparação latino-americana, elaborada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), o Brasil seguiu trajetória crescente dos Gastos Sociais em proporção ao seu PIB, figurando na segunda posição regional durante todo o período 2003-2014.

O Gasto Social Federal Total *per capita* experimentou aumento real de quase 60% entre 2003 e 2014 (passou de 1.967 dólares para 3.132 dólares) (Gráfico 24). O principal item de ampliação do Gasto Social Federal foram as transferências de renda da Seguridade Social (Previdência Rural e Urbana,

Assistência Social e Seguro-Desemprego), sobretudo, devido aos impactos do salário mínimo no piso desses benefícios.

Gráfico 24 – Evolução gasto social geral *per capita* por setores
 Governo Central
 Em US\$ de 2010 – Brasil – 1990-2014



CEPAL: Comisión Económica para América Latina y el Caribe – Sobre la base de cifras oficiales de los países. (Base de Datos de Inversión Social). <http://www.cepal.org/es/temas/inversiongasto-social>. Apud CALIXTRE, André; FAGNANI, Eduardo. A política social nos limites do experimento desenvolvimentista (2003-2014). In: *Para além da política econômica*. Ricardo Carneiro, Paulo Baltar, Fernando Sarti (Orgs.) – São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

Os gastos sociais também foram impulsionados na expansão da oferta de serviços sociais. Entre 2003 e 2014, o Gasto Social Federal *per capita* em saúde e educação passaram de 399 dólares para 610 dólares e de 456 dólares para 674 dólares, respectivamente. A despesa *per capita* com previdência e assistência social mantém um ritmo forte de crescimento no período. Cabe registrar, também, a ampliação nos gastos em habitação popular, a partir da criação do programa Minha Casa, Minha Vida, que alcançou 3 milhões de moradias entregues até agosto de 2016.

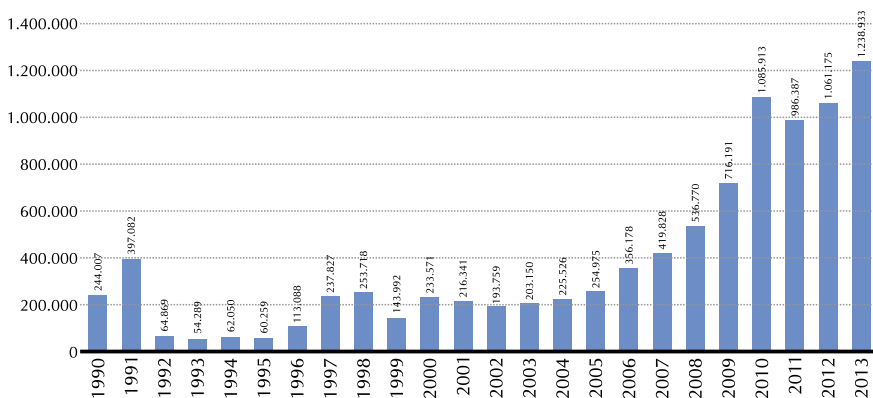
Moradia para a baixa renda

Com a criação do Ministério das Cidades (2003), foram adotadas medidas para reorientar a política de habitação popular, abandonada pelos governos

anteriores. O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, formado com recursos fiscais do Orçamento Geral da União, foram criados para subsidiar as ações voltadas para as famílias com renda mensal de até três salários mínimos. Outra medida relevante foi a decisão de utilizar recursos subsidiados do FGTS em programas voltados para as famílias com renda inferior a cinco salários mínimos.

A ampliação nos gastos em habitação sofreu importante inflexão com a criação do programa Minha Casa, Minha Vida, em 2008. Em relação ao passado recente, houve forte ampliação no número de unidades habitacionais financiadas pela CEF e pelo mercado. A média anual de financiamentos habitacionais concedidos subiu de 181,5 mil (1995-2002) para 259,9 mil (2003-2006); 689,7 mil (2007-2010); e 821,6 mil (2011-2013) (Gráfico 25).

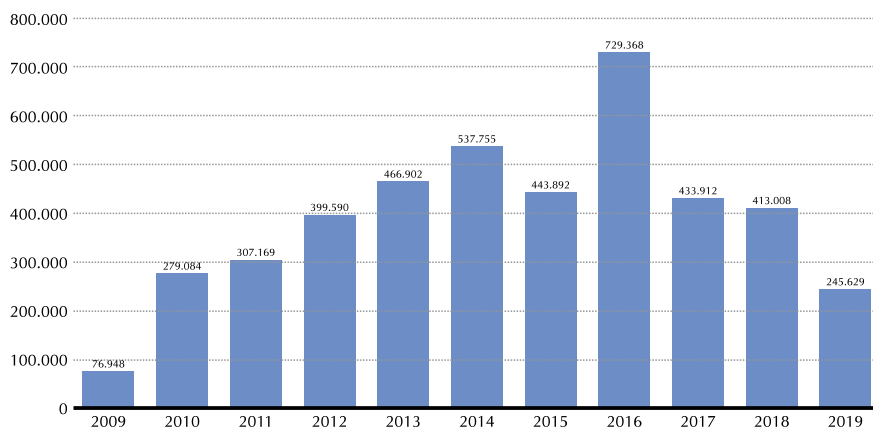
Gráfico 25 – Quantidade de unidades habitacionais financiadas (CEF e mercado)
Número de unidades – Brasil – 1995-2013



Fonte: Caixa Econômica Federal. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

O Gráfico 26 mostra a entrega efetiva de unidades habitacionais produzidas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida. Durante os governos do PT, entre 2009 e 2015, foram entregues mais de 2,5 milhões de unidades. Nos governos Temer e Bolsonaro, por conta de financiamentos contratados nos governos petistas, foram entregues mais de 1,8 milhões de unidades.

Gráfico 26 – Entrega total (todas as faixas) do programa Minha Casa Minha Vida
Número de unidades – Brasil – 1995-2013



* Unidades entregues até setembro. Fontes: Caixa Econômica Federal - Balanço Total de Contratações Minha Casa Minha Vida. Posição em 31/12/2018 (dados cedidos por Fernando Nogueira da Costa). www.gov.br. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

O mais importante, no entanto, é que, pela primeira vez, as famílias com renda inferior a três salários mínimos passaram a ser atendidas pela política habitacional. É preciso considerar que o Brasil nunca contou com efetiva Política Nacional de Habitação Popular. As sucessivas políticas habitacionais implantadas desde 1964 se mostraram inacessíveis às famílias situadas nas classes de rendimento mensal familiar inferior ou igual a três salários mínimos, que representam mais de 80% das famílias brasileiras.

Democratização do crédito

Durante os governos petistas houve forte tendência de democratização do acesso ao crédito. O crédito para pessoas físicas saltou de 5,1% do PIB (2002) para 25,3% do PIB (2015), beneficiando, em grande medida, as camadas de baixa renda, e fomentando, assim, o mercado interno de consumo assalariado (Gráfico 27).

Essa inflexão foi possível, dentre outros fatores, pelo aumento do emprego formal e da renda das famílias, fruto do trabalho e dos programas de trans-

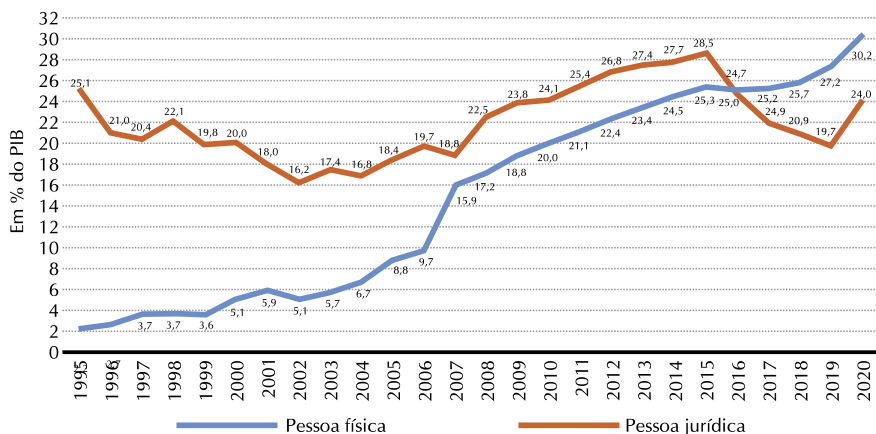
ferência de renda (Seguridade Social e Bolsa Família). Também se destaca a ampliação da bancarização, em particular através dos bancos públicos e das novas modalidades de crédito, como o consignado e o microcrédito.

O crédito para pessoas jurídicas, em queda livre nos governos FHC, também voltou a subir entre 2002 (16,2% do PIB) e 2015 (28,2% do PIB), ampliando as bases para a expansão do investimento.

Gráfico 27. Crédito a pessoas físicas e pessoas jurídicas

Saldo em final de período

Em % do PIB – Saldo em final de período – Brasil – 1995-2020

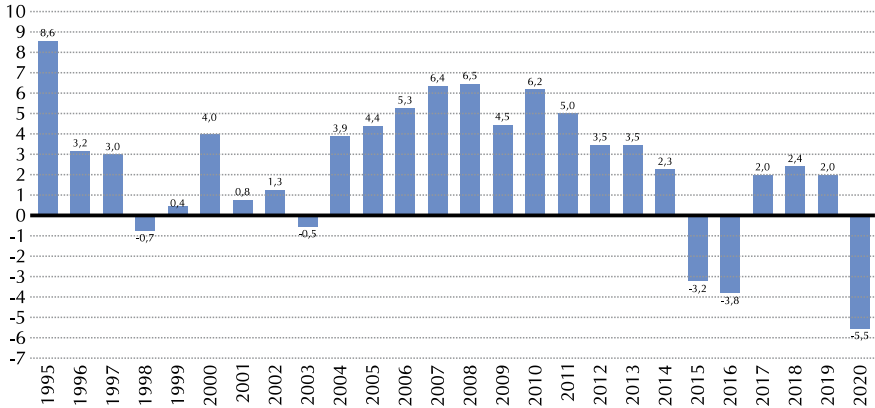


Fonte: BCB. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Consumo das famílias

A política de desenvolvimento implantada por Lula e Dilma ampliou a renda e o consumo das famílias, fomentando o mercado interno de consumo assalariado. Após fortes oscilações entre 1995 e 2002, a variação anual do consumo das famílias cresceu de forma consistente e com taxas elevadas entre 2004 e 2011 (exceto em 2009, por conta da crise financeira internacional), e decrescente entre 2012 e 2014. Os resultados negativos, verificados em 2015, devem-se a fatores econômicos e políticos abordados em outras partes dessa publicação (Gráfico 28).

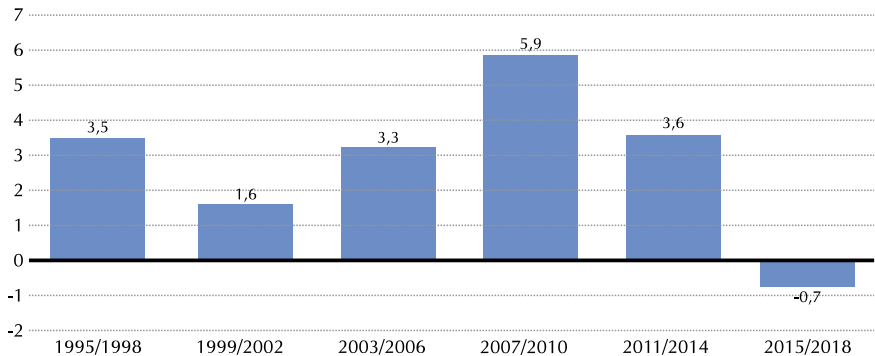
Gráfico 28. Consumo das Famílias
Variação anual (%) – Brasil – 1995-2020



Fonte: IBGE. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

O Gráfico 29 mostra o mesmo indicador por subperíodos. Entre 1995 e 1998, a variação anual do consumo das famílias cresceu, em média, 3,5% ao ano. Essa média cai para 1,6% no segundo mandato de FHC. Nos governos petistas, a variação anual média sobe de 3,3% (primeiro mandato de Lula) para 5,6% (segundo mandato de Lula); e declina para 3,6% (primeiro mandato de Dilma), crescimento sempre superior ao verificado nos dois mandatos de FHC.

Gráfico 29. Consumo das Famílias
Variação anual (%) – Brasil – 1995-2020

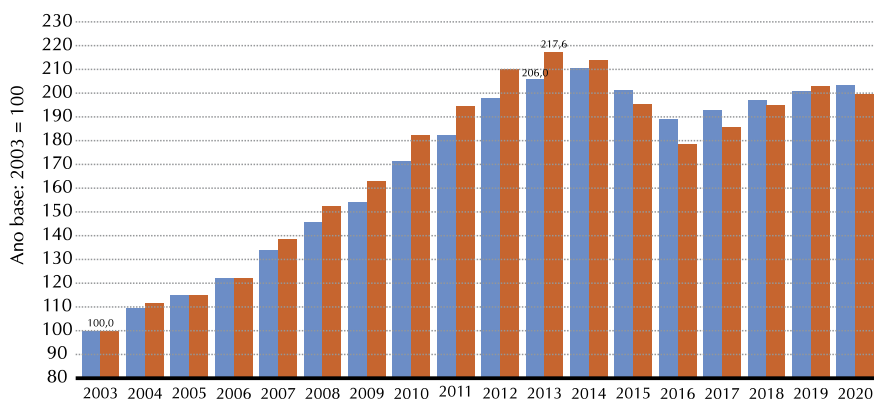


Fonte: IBGE. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Vendas no varejo

A ampliação da renda e do consumo das famílias, fomentaram as vendas no varejo. O patamar alcançado entre 2012 e 2015 foi mais que o dobro do verificado no primeiro ano do governo Lula.

Gráfico 30. Índices de Crescimento das Vendas Reais em Varejo
Ano Base 2003=100 – Brasil – 1995-2020



* Inclui veículos, motos, partes e peças e material de construção. Fonte: IPEADATA. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Esses indicadores demonstram que o crescimento econômico dos governos petistas não é efeito só de haver, então, setor externo favorável (por curto período). Aquele crescimento também decorreu das políticas para gerar empregos e da distribuição de renda, medidas que ampliaram o mercado interno e o consumo das famílias, bem como do investimento, que também teve um papel fundamental, como já demonstrado.

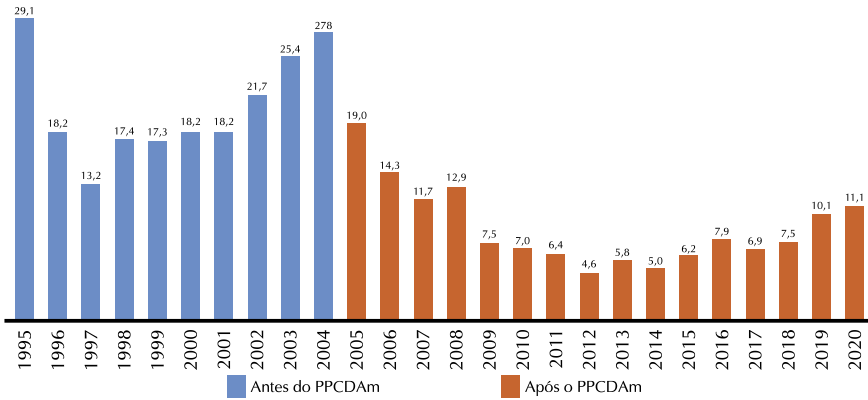
6

Sustentabilidade ambiental

A política ambiental desenvolvida nos governos Lula e Dilma é vasta, destacando-se, entre outras ações, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm). Trata-se de uma estratégia de combate ao desmatamento da maior floresta tropical do planeta. Para efeitos administrativos, o governo brasileiro adota a região geográfica conhecida como “Amazônia Legal” para desenvolver suas ações, incorporando parte dos biomas Cerrado e Pantanal (o Brasil possui 60% desse bioma em seu território).

O programa foi lançado em 2004 e, desde então, seus resultados são notáveis na redução dos índices de desmatamento na Amazônia. O Gráfico 1 mostra que desde 2005 a taxa de desmatamento da Amazônia Legal cai de forma substancial, atingindo, em 2012 um patamar mais de seis vezes inferior ao patamar verificado em 2004. A partir de 2015 a taxa de desmatamento volta a crescer, retornando aos patamares de 2007.

Gráfico 1. Taxa de desmatamento na Amazônia Legal
Desmatamento em mil Km /ano – Brasil – 1995-2020



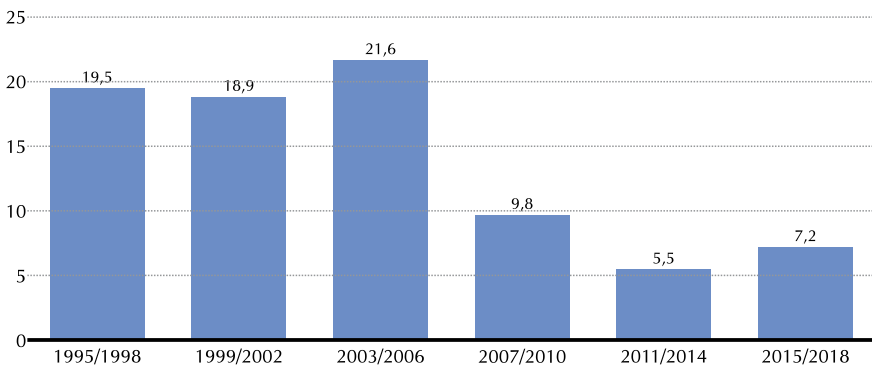
* Estimativa INPE atualizada em 30/11/2020.

** Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia.

Fonte: PPA 2012-2015 - Plano Mais Brasil / PRODES — Coordenação-Geral de Observação da Terra - OBT/ INPE. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

O Gráfico 2 mostra a média anual da taxa de desmatamento da Amazônia Legal por subperíodos. Note-se que essa média anual caiu de um patamar superior a 18,9 mil Km²/ano, entre 1995 e 2006, para 5,5 mil Km²/ano, entre 2011 e 2014.

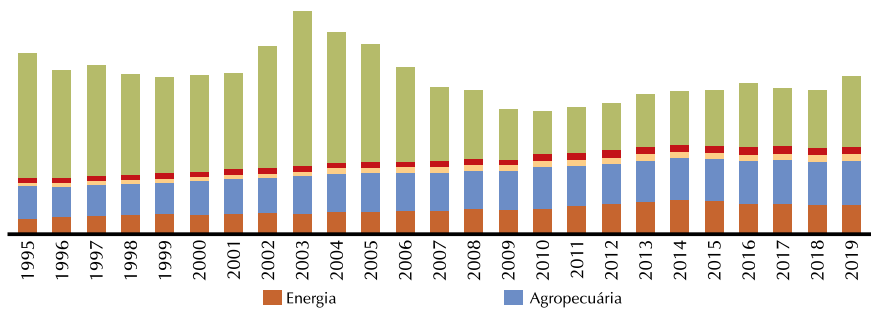
Gráfico 2. Taxa de desmatamento na Amazônia Legal
Desmatamento em mil Km /ano – Brasil – Por subperíodos – 1995-2020



Fonte: PPA 2012-2015 - Plano Mais Brasil / INPE. GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

O Gráfico 3 aponta para a redução significativa das emissões brasileiras de gases de efeito estufa durante os governos Lula e Dilma, decorrentes da política para o meio ambiente implantada nessa quadra. Note-se que, entre 2003 e 2010, as emissões brasileiras de gases de efeito estufa caem praticamente pela metade.

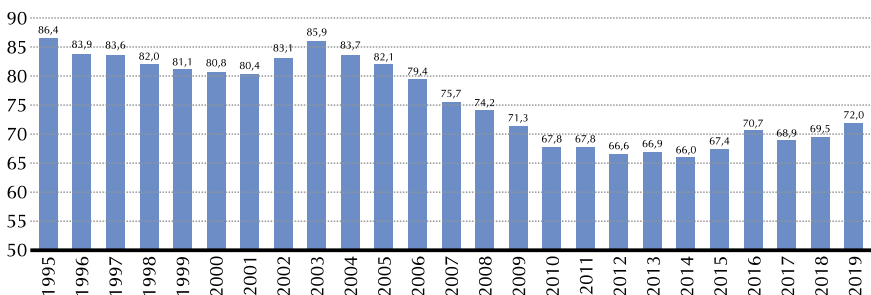
Gráfico 3. Emissões brasileiras de gases de efeito estufa em Co₂ equivalente 1995-2020



Fonte: Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG). GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

O Gráfico 4 mostra que as mudanças promovidas pela política ambiental na agropecuária e no uso da terra e florestas reduziram, significativamente, as emissões brasileiras de gases de efeito estufa

Gráfico 4. Participação da agropecuária e das mudanças do uso da terra e florestas nas emissões de gases de efeito estufa (em % do total) – Brasil – 1995-2020



Fonte: Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG). GOMES, Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. *Vinte e cinco anos de economia brasileira*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

7

Crise política e gestão macroeconômica (2013/2016)

*Nunca se conspirou tanto na República Federativa do Brasil:
crise política e economia (2013/2016)*

Maria Inês Nassif

No dia 19 de março de 2013 a presidenta Dilma Rousseff (PT) foi dormir abraçada à notícia de que seu governo tinha a aprovação de 63% dos entrevistados, na pesquisa trimestral CNI-Ibope. Dos consultados, 79% aprovavam o seu jeito de governar. Em junho, quando acordou, deu de frente com a informação de que seu governo estava oito pontos menos popular. No mês seguinte, um levantamento adicional acusaria um tombo inimaginável: a popularidade de seu governo havia descido, a uma velocidade vertiginosa, a 31%, uma queda de 32% em relação a março e de 24% comparada com junho.

Nos dias 6,7 e 11 de junho, protestos contra o aumento das passagens de ônibus, organizados por movimentos de jovens, foram fortemente reprimidos pela polícia paulista. A partir de então, manifestações se alastraram pelo país como um rastilho de pólvora. O slogan do Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo – “não é pelos 20” centavos de aumento – tornou-se um apelo coletivo e difuso. Não era pelos R\$ 0,20, mas ninguém sabia pelo que, afinal, lutavam os manifestantes nas ruas.

As passagens de ônibus, definidas municipalmente, e a repressão policial, na órbita dos Estados, deixaram de ser o objeto da revolta muito rapidamente. No lugar, emergiram as bandeiras de uma extrema-direita que o país não tinha

ideia de que ainda existisse, passados quase 30 anos da redemocratização do país. O governo federal, e Dilma e Lula, rapidamente se transformam em alvos.

Até então, o Brasil parecia feliz. Naquele ano, figurou em 24º lugar entre 158 países no Relatório Mundial da Felicidade da Organização das Nações Unidas (ONU) – e, na mão contrária do clima adverso criado artificialmente a partir de então, subiria mais oito posições no relatório de 2016, atingindo a 16ª posição no ranking.

Na soma dos oito anos de mandato do governo Lula e dos seus dois anos e meio de governo, a miséria, que atingia quase um terço da população brasileira (27,8%) no final do governo de Fernando Henrique Cardoso, estava reduzida a 8,38% dos habitantes no final daquele ano. No último mês de 2013, o Brasil exibiu a menor taxa de desocupação, de 4,3%, da série histórica do Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE), iniciada em 2002. O ano fecharia com uma taxa de desocupação de 5,4%.

O céu desabava sobre a cabeça do governo quando o brasileiro médio tinha casa própria – e dentro dela o fogão, a geladeira e o micro-ondas – e acesso a um carro popular zero quilômetro; quando pela primeira vez um membro da família chegar à universidade; em que os membros em idade ativa estavam empregados e os idosos dispunham de renda para arrimar seus entes, se necessário. O Sistema Único de Saúde (SUS) conseguia atender com qualidade qualquer cidadão brasileiro que precisasse e a medicação de uso contínuo era gratuita, ou quase isso. O aumento das oportunidades de emprego no mercado formal e as políticas de transferência de renda não apenas haviam elevado a renda dos trabalhadores com carteira assinada, mas definiram um patamar mínimo de remuneração também para mercado informal.

Era a política

A economia brasileira, depois de um longo período de abundância, de fato, começava a sentir os efeitos de uma segunda onda da crise internacional de 2008, que naquele momento atingia a Europa e reduzia o consumo chinês por commodities. Os eventos posteriores, todavia, mostrariam que não era a economia o grande vetor do descontentamento. A explosão popular ocorreu antes de os impactos da crise sobre a economia brasileira atingirem o bem-

-estar da população. A grande crise do governo Dilma aconteceria, isto sim, a partir do momento em que o caos artificial tomou conta do país, quando a “guerra híbrida” gestada nas sombras das agências de inteligência dos EUA, nos quartéis brasileiros, na justiça e nos grandes grupos nacionais de mídia tornou o país ingovernável.

A luta de classes estava em movimento, empurrada por forças invisíveis que se organizaram nos aparelhos públicos e privados de ideologia ao longo dos anos de governos petistas e agora caminhavam em direção ao golpe de Estado.

Em pouco tempo isto ficaria visível. Em 2015, quando as grandes cidades exibiam pelas emissoras de televisão e pelas mídias sociais a “revolução colorida verde-amarela” protagonizada por uma classe média e alta que se convertia com prazer a bandeiras de cunho autoritário e fascista, os jovens secundaristas da luta pela catraca livre no transporte urbano haviam desaparecido.

Segundo pesquisa Datafolha feita em 16 de agosto de 2016 – às vésperas da votação do impeachment de Dilma pelo Senado –, na avenida Paulista, 76% dos entrevistados tinham ensino superior; 20%, o ensino médio. A maioria (84%) tinha ocupação. Os manifestantes ganhavam mais do que a média da população e se declarava branca (75%). Os jovens de 2013 foram substituídos por um público com idade média de 45 anos; 40% deles tinham 51 anos ou mais. Quase não havia ali eleitores arrependidos do PT. Dos ouvidos, 77% declararam ter votado no candidato do PSDB, Aécio Neves, no segundo turno das eleições presidenciais de 2014, que reelegeram Dilma. Apenas 5% disseram ter votado na presidenta¹.

Passados nove anos do fatídico 2013, são profusas as evidências, mas sobretudo claras as provas, de que a queda de Dilma – de popularidade, em 2013, e do poder, em 2016 – e os fatos que, depois disso, levaram o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à prisão por 580 dias, e à eleição de Bolsonaro, em 2018, são produto da combinação perfeita de conspirações.

Na soma, a tempestade foi gestada ao longo dos governos do PT. Apenas os raios cruzaram os céus ao mesmo tempo a partir de 2013. Foi quando, simultaneamente, entrou em movimento uma “guerra híbrida” urdida pelas agências de inteligência dos Estados Unidos, que nos anos anteriores “treinou”

¹ Ver <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/08/17/manifestacao-16-08.pdf>.

(este era o termo usado internamente pelo FBI) juízes, procuradores e policiais brasileiros para a guerra de perseguição aos dirigentes brasileiros que se chamaria operação Lava Jato; o financiamento e o treinamento de movimentos de jovens por grupos internacionais de extrema-direita que transformaram as ruas das grandes cidades em redutos de ódio e intolerância; o braço jabuticaba da “guerra híbrida” que estava em preparação na caserna desde o governo Lula e já em 2014 preparava a eleição de Jair Bolsonaro a presidente em 2018; o alto financiamento, pela burguesia doméstica, de bancadas parlamentares apropriadas que levariam, enfim, à batalha definitiva de desestabilização e derubada do governo Dilma, e tirariam o Partido dos Trabalhadores – e principalmente Lula – do centro da cena política.

Os inimigos visíveis

Após a vitória eleitoral de 2010, Dilma fez uma aposta alta no que seu ministro da Fazenda, Guido Mantega, designou de Nova Matriz Econômica (NME), um projeto desenvolvimentista que daria uma guinada à esquerda na herança recebida por Lula. O país tinha como trunfo fundamentos econômicos sólidos, reservas cambiais reforçadas e a perspectiva de uma mudança gigantesca na posição do país em relação à economia mundial, a partir da exploração da camada de petróleo do pré-sal. Se bem-sucedido, o projeto deslançaria o setor produtivo do país, contido, ao longo de duas décadas, por políticas cambiais adversas e uma condução monetária que represava os investimentos privados.

Economicamente, qualquer erro no ajuste inicial para a virada econômica em direção a um projeto desenvolvimentista admitiria ajustes, mas os equívocos dificilmente seriam suportados em meio a uma guerra invisível. No meio do mandato de Dilma, a decisão de um ajuste macroeconômico para conter o consumo não atinou para o fato de que a economia mundial já vivia a segunda onda da crise de 2008. Foi o início de uma recessão que seria contornável em condições normais de temperatura e pressão, mas naquele momento cairia como uma luva para os interesses inconfessáveis dos grupos políticos, nacionais e internacionais, que conspiravam.

Os inimigos eram muitos. Para começar, Dilma tinha contra si todo e qualquer capitalista financeiro, no Brasil ou no exterior, alvo principal de uma

nova política cujo objetivo declarado era o de “minimizar a dívida pública como meio sistemático de acumulação de capital”². O Brasil, que foi o parque de diversões do capital volátil nos anos 90, ostentando taxas de juros mais altas do mundo, assistia agora o Banco Central reduzir a taxa Selic ao patamar praticado internacionalmente. O capital financeiro, que jamais engolira o papel assumido pelos bancos oficiais – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil e Caixa – na política de desenvolvimento do governo Lula, fez sua cara mais feia quando Dilma os usou para forçar os bancos comerciais a reduzirem o *spread* bancário³. O grito de guerra seria ouvido de longe quando, a partir de dezembro de 2011, o BCB e o Ministério da Fazenda passaram a atuar por meio de regras de controle de ingresso do capital financeiro de curto prazo para intervir num câmbio excessivamente valorizado.

Dilma engrossaria sua lista de inimigos poderosos com a edição da Medida Provisória 579, destinada a reduzir o preço da energia elétrica em 20%, reivindicação do setor produtivo para aumentar a competitividade do produto nacional. Transformada em lei em setembro de 2012, e agindo sobre empresas altamente financeirizadas, reduziu o valor de mercado das companhias de energia⁴. Jessé Souza considera que também foi fatal a decisão de Dilma de redefinir regras para parcerias público-privadas, de forma a coibir “os abusos dos lucros escorchantes”⁵.

A frente aberta internamente contra frações de classe não levou em conta o alto grau de financeirização do empresariado brasileiro, nem entendeu o quanto haviam andado as articulações golpistas vindas do outro lado do oceano e o trabalho intramuros dos quartéis brasileiros, da última geração de oficiais derrotados, em 1985, pela redemocratização do país.

² Pedro Paulo Zahluth Bastos, “Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia”, in: *Revista de Economia Contemporânea*, Número Especial sobre Desenvolvimento no Século XXI, <https://www.scielo.br/j/rec/a/Q64JZq7tHnKDsYGVRRYS4mD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6.ago.2022.

³ Ver <https://g1.globo.com/economia/noticia/2012/04/para-facilitar-credito-dilma-defende-diminuicao-do-spread-bancario.html>. Acesso em: 6.ago.2022. [N.E.]

⁴ SINGER, André. “Cutucando onças com varas curtas”, *Novos Estudos*, julho de 2015.

⁵ SOUZA, Jessé. *A guerra contra o Brasil* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020.

As agências internacionais dos Estados Unidos operavam diligentemente em território nacional, formando quadros brasileiros para o golpe – o mais importante deles, o juiz de primeira instância Sérgio Moro. As eleições de 2014, polarizada entre Dilma e o candidato do PSDB, Aécio Neves, que deu a ela a reeleição, foi o prenúncio do golpe de 2016. O tucano não aceitou o resultado e prometeu não deixar Dilma governar.

A presidenta foi reeleita por uma militância que antevia o retrocesso político que estava por trás da ofensiva da Lava Jato contra o seu governo, a Petrobras e contra Lula, o principal líder petista. Ao substituir o projeto desenvolvimentista por um ministro neoliberal, saído do mercado, o economista Joaquim Levy – uma tentativa de conter a escalada golpista contra o seu governo –, todavia, acabou desmobilizando a sua própria base.

No Congresso, a reeleição de Dilma veio com uma bancada que ascendeu pelo financiamento de campanha das empresas e um candidato a presidente da Câmara que não apenas tinha operado como o intermediário de doações às campanhas dos eleitos – distribuídos pelos vários partidos de centro e de direita –, mas articulado os termos de cooperação entre as bancadas conservadoras do Agronegócio, Evangélica, a Bancada da Bala (associada à indústria de armamentos) e um lumpesinato parlamentar eleito na esteira da demonização da política cevada na guerra psicológica sob o comando da Lava Jato e da mídia tradicional. As chamadas “pautas-bomba” acabaram de inviabilizar o governo, mesmo quando estavam em jogo medidas de ajuste liberal exigidas pelo mercado e pelos empresários em guerra contra o governo. Era, de fato, uma operação de desestabilização.

Dentro do país, Dilma lidava com uma classe dominante que, dividida o suficiente para não representar uma ameaça ao governo de Lula, agora caminhava coesa para a trincheira golpista, num grande acordo com o vice-presidente, Michel Temer (MDB).

Os inimigos invisíveis

A partir de 2010, a Wikileaks, liderada pelo ciberativista Julian Assange, divulgaria documentos que desnudavam uma intensa atividade de espionagem do governo dos EUA no Brasil. Em 2013, com informações obtidas por meio

do ex-analista da agência de segurança estadunidense, a NSA, Edward Snowden, o jornalista Glenn Greenwald revelou a existência de um programa de vigilância global do governo norte-americano, com uso de alta tecnologia, para grampear chefes de Estado e seus governos em todo o mundo. Dilma e a Petrobras eram alvos.

Em março de 2016, o jornalista Pepe Escobar, especialista em geopolítica, publicou um artigo em que definia o caos que se instalara na política brasileira como parte de uma Guerra Não-Convencional, ou “guerra híbrida”, urdida pelos serviços de inteligência estadunidenses para “destruir projetos conectados transnacionais multipolares por meio de conflitos provocados externamente (étnicos, religiosos, políticos etc.) dentro de um país alvo”, segundo o Manual de Guerra Não-Convencional das Forças Especiais a que teve acesso.

Pela primeira vez, as manifestações de 2013 seriam associadas às primaveras árabes que, entre os anos de 2010 e 2011, sacudiram o Oriente Médio e o norte da África a pretexto de movimentos libertários da juventude, mas que resultaram em longas guerras civis e em grandes crises humanitárias promovidas de forma invisível pelas agências de espionagem norte-americanas.

O jornalista fez uma “citação-chave” do manual: “O objetivo dos esforços dos EUA nesse tipo de guerra é explorar as vulnerabilidades políticas, militares, econômicas e psicológicas de potências hostis, desenvolvendo forças de resistência para atingir os objetivos estratégicos dos Estados Unidos.”⁶

O Brasil seria um alvo natural dos serviços de inteligência estadunidenses por integrar o grupo dos BRICS junto com Rússia, Índia, China e África do Sul. Para Escobar, todavia, a ofensiva da inteligência estadunidense contra o Brasil estava também associada ao avanço tecnológico do país na área do petróleo e à internacionalização das empresas de construção civil, que ganharam expertise durante os governos petistas na área de energia. Estava na mira também o desenvolvimento do submarino atômico, com tecnologia nacional, pela Eletrobras.

Piero C. Leiner define a guerra híbrida como uma técnica de desestabilização política, não como doutrina. Ela tem a sua versão brasileira, desenvolvida atrás

⁶ ESCOBAR, Pepe. “O Brasil no epicentro da Guerra Híbrida”, *Outras Palavras*, publicado em 30.mar.2016. Disponível em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/o-brasil-no-epicentro-da-guerra-hibrida>. Acesso em: 6.ago.2022.

dos muros da caserna⁷. O autor identifica dois movimentos da guerra psicológica jabuticaba: uma ofensiva inicial, para dentro da corporação, que uniformizou ideologicamente a tropa; numa etapa seguinte, o transbordamento do clima hostil militar contra o “petismo” e seu principal representante, Lula, para a sociedade civil. Os generais envolvidos na trama mantiveram contato ao longo de suas carreiras e foram treinados em forças especiais e operações psicológicas.

O grupo de militares conformou um poderoso aparelho ideológico da extrema-direita que começou a botar a cara para fora da caserna no dia 3 de abril de 2018, quando o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, pelo Twitter, pressionou o Supremo Tribunal Federal (STF) a negar o habeas corpus ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que teve sua prisão decretada por Moro após um processo eivado de irregularidades e totalmente orientado pelo Departamento de Estado dos EUA, segundo comprovam os vazamentos que, no ano seguinte, desnudariam o conluio da Operação Lava Jato com o governo estadunidense.

A aliança orgânica entre Judiciário e a mídia tradicional, uma das bases mais sólidas de propaganda do governo neoliberal de FHC que posteriormente atuaria quase como um único aparelho ideológico contra os governos do PT, trabalhou cirurgicamente na montagem da imagem de que os governos petistas seriam intrinsecamente corruptos.

Desde o primeiro ano de governo Lula a dupla infalível se especializaria na espetacularização da notícia, no jogo de “produção de verdades” – uma brincadeira que consistia em vazamentos de suspeitas que estavam sendo investigadas pelo Ministério Público, a transformação delas em manchetes e a incorporação dessas suspeitas aos autos da investigação, como provas. São profusos, nos autos do inquérito do Mensalão e da Lava Jato, os recortes de jornais com informações em off (a maioria originárias do próprio Ministério Público) que se tornaram base de condenações. Isso foi chamado de jornalismo investigativo até o vazamento dos bastidores da Lava Jato, que desnudaram a armação montada para prender Lula e tirá-lo da disputa eleitoral de 2018.

O uso do aparelho judicial na perseguição a governos de esquerda teve método. O Ministério Público Federal arrastaria a investigação do chamado

⁷ LEIRNER, Piero C. *O Brasil no espectro de uma guerra híbrida*. São Paulo: Alameda, 2020.

Escândalo do Mensalão por sete anos, com ocupação ampla dos espaços da mídia tradicional, até ser julgado pelo STF.

O julgamento foi iniciado em agosto de 2012, com transmissões *on line* pela TV Justiça, repetidas pelas TVs comerciais; em março de 2014, os réus esgotaram os últimos recursos; em novembro, foram feitas as prisões dos principais líderes petistas, também transmitidas espetacularmente pelas emissoras de televisão.

No momento em que as cortinas se fechavam, com a prisão de vários líderes do PT, um juiz de primeira instância do Paraná e uma “força-tarefa” (termo emprestado de operações militares) do Ministério Público estadual abriram as portas para o novo espetáculo. A operação Lava Jato entraria em cena, oficialmente, no dia 17 de março de 2014, exatamente quatro dias após o fim do julgamento do chamado Mensalão.

No dia 31 de agosto de 2016, o Senado aprovou o *impeachment* da presidenta Dilma. No dia 7 de abril de 2018 Lula foi preso e, num ato de contestação ao golpe legislativo-militar-judicial-midiático – e fundamentalmente imperialista – que tirou Dilma do poder, registraria, assim mesmo, sua candidatura a presidente da República. No dia 31 de agosto, dois anos após o golpe contra Dilma, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o tiraria da disputa.

Cai o pano.

8

O desastre econômico e social veio com Temer e Bolsonaro

Depois de a oposição ter apostado suas fichas no golpe e na instabilidade política, os governos Temer e Bolsonaro radicalizaram a agenda neoliberal e mergulharam o país na mais grave crise socioeconômica e sanitária da história. Assim, se tornou claro que as promessas e narrativas dos que apoiaram a farsa do *impeachment* não se cumpriram.

Atualmente, o Brasil atravessa a maior crise socioeconômica da sua história. Já fracassaram espetacularmente todas as muito alardeadas ‘certezas’ de que o afastamento sem crime de responsabilidade, de uma presidenta eleita democraticamente, geraria nos investidores algum ‘choque de confiança’, do qual havia quem esperasse que, milagrosamente, recuperasse a economia.

Com o golpe, a agenda neoliberal foi retomada, e hoje só se vê avanço no desmonte do Estado de bem-estar social, na destruição dos instrumentos do Estado desenvolvimentista e nas mais ensandecidas ameaças contra o Estado Democrático de Direito.

O Brasil só não foi à bancarrota porque pôde recorrer aos mais 360 bilhões de dólares de reservas externas deixadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT). São essas reservas que, ainda, mantêm o país em posição credora em moedas internacionais, a despeito da deterioração ocorrida nos últimos anos.

Nos governos Temer e Bolsonaro, por conta da ortodoxia liberal, a economia permanece estagnada. O PIB de 2020 (dólares correntes) retrocedeu

ao patamar de 2007. Na comparação internacional, saímos da 6ª (governo Lula) para a 12ª economia do mundo. O PIB *per capita* de 2020 retrocedeu ao patamar de 2009. A taxa de investimento caiu de 20,9% do PIB (2013) para 14,6% do PIB (2017) e 16,4% do PIB (2020), mesmo nível observado em 2003. O crédito público caiu sensivelmente, com destaque para o financiamento do BNDES que declinou de 188 bilhões de reais (2014) para 64 bilhões de reais (2020), recuando aos parâmetros de meados da década de 2000.

A dívida pública líquida passou de 33,8% do PIB (2013) para 67% do PIB (2020), patamar superior ao verificado em 2002 (60% do PIB). A escalada da dívida bruta também impressiona. Em cinco anos ela passou de 65,5% do PIB (2015) para 89,2% do PIB (2020), um acréscimo de 23,7 pontos percentuais. A geração de superávit primário, perseguido e alcançado ao longo dos governos petistas (média anual de 3,5% do PIB, entre 2003/2015) contrasta com os elevados e consecutivos déficits primários registrados nos governos de Temer e Bolsonaro (média anual de -1,6% do PIB entre 2016 e 2020).

No tocante ao resultado nominal, os governos Temer e Bolsonaro fizeram com que o déficit saltasse para -7,4% do PIB, em média, entre 2016-2019, quase o dobro da média anual verificada durante os governos do PT (-3,86% do PIB entre 2003-2015).

A inflação projetada para 2022 é uma das maiores do mundo, e devora o poder de compra das camadas pobres. A inflação atingiu 12,1% no acumulado em 12 meses em abril de 2022. Entre as economias do G20, o Brasil tem a quarta maior inflação atrás, apenas, da Rússia, que sofre sanções relacionadas à guerra, Turquia e Argentina. Entre as economias das Américas, o Brasil, a terceira maior inflação, atrás apenas de Venezuela e Argentina.¹

A despesa com pessoal e encargos sociais, após cair, progressivamente, para 3,8% do PIB (2014), volta a subir para 4,3% do PIB em 2020. O Gasto Social Federal Total como proporção do PIB caiu de 17,5% (2015) para 13,7% (2018).

Com a estagnação da economia, houve destruição de postos de trabalho com carteira assinada e aumento dos postos de trabalho precários. A taxa de desemprego do Brasil deve ficar entre as maiores do mundo em 2022. No

¹ Brasil tem 3ª maior inflação ao consumidor das Américas. *Folha de S.Paulo*, 11.mai.2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/05/brasil-tem-3a-maior-inflacao-ao-consumidor-das-americas.shtml>. Acesso em: 6.abr.2022.

ranking, que inclui as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) para um conjunto de 102 países, o Brasil aparece com a 9ª pior estimativa de desemprego no ano (13,7%). É a 2ª maior entre os membros do G20 – atrás só da África do Sul (35,2%).²

O governo Temer marca o aumento da população estrutural de desempregados. Em mais de 20 anos desde o Plano Real, a população absoluta de desempregados oscilou entre 4 e 9 milhões de pessoas; este número saltou para quase 14 milhões em 2017 e mantêm-se perigosamente estável, com ligeira redução no último ano.

O novo contingente de desempregados no Brasil demanda políticas públicas e programas políticos distintos, pois cresce a dinâmica própria da vida para o desemprego – entendida como desalento ou desemprego de longa duração – de parte expressiva da população economicamente ativa, uma porta de entrada irresistível às formas precárias e à superexploração do trabalho.

Nos governos Temer e Bolsonaro, número de desalentados subiu mais de três vezes entre 2015 (1,6 milhões) e 2020 (5,5 milhões); e a taxa de subutilização da força de trabalho mais que dobrou entre 2014 (14,9%) e 2020 (32,0%).

O baixo crescimento e seus reflexos no mercado de trabalho, combinado com a reforma trabalhista implantada por Temer, que reduziu direitos laborais e sindicais, fez com que a “necessidade de financiamento” da Previdência Social quadruplicasse entre 2014 (72 bilhões de reais) e 2020 (296 bilhões de reais).

A pobreza e a desigualdade da renda do trabalho voltaram a subir e o Brasil voltou a entrar no Mapa da Fome da ONU (do qual havia saído no ciclo petista): em 2020, a insegurança alimentar atingia 55,2% da população total (116 milhões de pessoas); em 2013, atingia 22,6%.

Assim se vê que a agenda neoliberal para cuja retomada o golpe foi concebido e praticado, só tem promovido ameaças contra o Estado democrático de direito; só contribuiu para desmontar o Estado de bem-estar social, para suprimir direitos trabalhistas e previdenciários, para restringir a capacidade de atuação do Estado e para facilitar a privatização de empresas estratégicas. A

² Ver “Taxa de desemprego do Brasil deve ficar entre as maiores do mundo em 2022”; ranking. *Globo*, 28.abr.2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/04/28/taxa-de-desemprego-do-brasil-deve-ficar-entre-as-maiores-do-mundo-em-2022-veja-ranking.ghml>. Acesso em: 6.ago.2022.

farsa do *impeachment*, e a narrativa falaciosa que a engendrou, deu voz a uma extrema direita obscurantista, gerou um Estado autoritário, promoveu o arbítrio e a perseguição política e dividiu a Nação. Como mencionado, o Brasil só não voltou a quebrar nos governos Temer e Bolsonaro por conta das reservas cambiais acumuladas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Assim, a suposta “crise terminal” da economia provocada pelo “populismo” petista não passa de delírio, sem qualquer confirmação em indicadores econômicos e sociais. O que se observa é uma dupla crise econômica e sanitária provocada pela interrupção abrupta e ilegítima do governo Dilma, a restauração neoliberal de Temer e o governo negacionista de Bolsonaro.

Considerações finais: Falácias sobre a política econômica que pretendiam justificar o golpe de 2016

O legado econômico dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) é altamente positivo. Entre erros e acertos, o Brasil avançou em praticamente todos os indicadores econômicos e sociais relevantes. Houve mais acertos – e mais relevantes – que os erros inevitáveis em 13 anos de governo. Eventuais desacertos de dosagem e no desenho das políticas públicas não ofuscam os enormes avanços promovidos nesse ciclo.

É importante diferenciar, de um lado, as verdadeiras tarefas relevantes e necessárias não cumpridas; e de outro, as tarefas que a oposição fantasiou, tentando ‘emplacar’ como pontos em que o governo do PT teria ficado a dever.

Na avaliação dos autores desse livro, os principais limites do ciclo petista estão relacionados à evidência de que não foram enfrentadas as “reformas estruturais” necessárias para sustentar o processo de desenvolvimento em curso. Dentre outras questões, duas se destacam. A primeira diz respeito à Reforma Tributária que não foi feita, pois corrigiria o caráter regressivo do sistema tributário brasileiro, cuja injustiça é patente; a carga tributária efetiva no Brasil não é alta, mas mal distribuída: é elevada para as camadas de baixa renda, e residual para as abastadas.

A raiz desse problema está na estrutura da nossa tributação: por um lado, arrecada-se residualmente (e de maneira pouco progressiva), na forma de impostos sobre renda, patrimônio e riqueza; por outro lado, arrecada-se excessi-

vamente mediante tributos sobre o consumo que incidem proporcionalmente mais sobre a renda dos mais pobres.

A segunda tarefa essencial não cumprida, segundo nossa avaliação, diz respeito à evidência de que a gestão da economia por meio do “tripé macroeconômico” (câmbio flutuante, superávit fiscal e regime de metas de inflação) foi mantida por diversos anos em sua versão mais rígida – uma evidência que, inclusive, passou a ser questionada até por instituições como o FMI e o Banco Mundial.¹

É importante sublinhar que a partir da década de 2000, diversas nações buscaram “flexibilizar” o “tripé”, implantando, por exemplo, regime fiscais com “bandas” e prazos mais longos; retirada dos investimentos do cálculo da meta do superávit primário; versões mais flexíveis do regime de metas de inflação (a maioria dos países utiliza um prazo médio de dois anos ou mais, ou um período móvel); cálculo da inflação pelo “núcleo de preços”, para lidar com choques temporários estimulados por razões internas e externas; dupla missão do Banco Central (promover a estabilidade e o bem-estar social).

A manutenção de uma excessiva rigidez dessa institucionalidade colocou limites para que o crescimento pudesse ser sustentado, notadamente nos períodos mais críticos, dado que limitou a adoção de medidas anticíclicas.

Também não se avançou no debate sobre as causas da inflação e os instrumentos para combatê-la – além da, algumas vezes, pouco eficaz e altamente custosa elevação da taxa Selic, sobretudo quando os choques de preços são de oferta. O mesmo se observa no tocante a ações voltadas para regular o mercado de câmbio, extremamente volátil, sensível ao cenário internacional e permeável à especulação financeira, que só foi alvo de algum tipo de regulação no primeiro governo Dilma Rousseff (PT).

Esses estrangulamentos não foram enfrentados e o resultado foi que se combinaram taxas de juros elevadas e câmbio valorizado (embora em patamares reduzidos na comparação com os governos anteriores), o que contribuiu para que continuasse o processo de desindustrialização precoce da economia brasileira, iniciado na década de 1980 e aprofundado na década seguinte.

¹ Ver BLANCHARD, Olivier J.; DELL'ARICCIA, Giovanni; MAURO, Paolo. Rethinking Macroeconomic Policy (January 2010). Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1555117> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1555117>.

Entretanto, seria simplório deduzir que os problemas não enfrentados decorreram unicamente da falta de “vontade política” dos governantes. Compreender as razões pelas quais as reformas estruturais não foram realizadas é tema complexo. Faltou audácia ou a correlação de forças era desfavorável? Quais os limites de uma política progressista no contexto do presidencialismo de coalizão (marcado por dezenas de partidos fisiológicos) que requer a conciliação de interesses estruturalmente antagônicos?

Os governos Lula (2003-2010)

Mesmo assim, os fatos fartamente disponibilizados nesse livro demonstram cabalmente que os governos Lula iniciaram um projeto de desenvolvimento que conciliou crescimento econômico com redistribuição da renda. O crescimento aumentou as receitas, melhorando as contas públicas e abrindo espaços para a expansão do investimento e mercado de consumo assalariado, principais “motores” que impulsionaram o ciclo econômico com inclusão social.

Houve forte redução da vulnerabilidade externa da economia. Pela primeira vez na história do Brasil, não somos constrangidos pela restrição de divisas, para planejar o nosso futuro. Afastamos esse obstáculo externo ao desenvolvimento, absorvemos o impacto cambial da crise mundial 2008-09 e atravessamos a atual depressão econômica, sem problemas de escassez de divisas e dificuldades no balanço de pagamentos.

Os governos Lula (PT) também iniciaram a consolidação fiscal de longo prazo apoiada no crescimento – não na redução do Estado –, o que assegurou solidez aos fundamentos macroeconômicos internos. A economia cresceu, a dívida pública líquida caiu significativamente e houve forte geração de superávit primário. A dívida pública bruta manteve-se estabilizada e o déficit nominal declinou em relação aos governos anteriores e posteriores. A taxa de juros básicos da economia declinou progressivamente, o mesmo acontecendo com as despesas com juros e com as despesas com pessoal e encargos. A inflação esteve sob estrito controle e dentro das metas estabelecidas.

Além de reduzir a vulnerabilidade externa da economia e de melhorar os fundamentos macroeconômicos internos, os governos Lula deram início ao processo de crescimento da economia estagnada desde os anos de 1980. Em

parte, esse crescimento foi beneficiado, sim, pelo “*boom de commodities*”. Mas não se pode desconsiderar – como fazem os críticos – a emergência da crise financeira internacional de 2008-2009 e seus impactos negativos sobre a economia mundial e brasileira.

O investimento foi um dos motores do crescimento nos governos Lula, dado que a sua expansão, em geral, foi maior que a expansão do consumo e do PIB. As políticas adotadas em apoio ao desenvolvimento, somadas à decisão de expandir o crédito e ao financiamento de longo prazo, fomentaram o investimento público e privado. A ampliação do crédito, especialmente o ofertado pelos bancos públicos, também teve papel importante nesse processo e funcionou como medida anticíclica eficaz na crise de 2008-2009.

O mercado interno de consumo assalariado foi outro motor do crescimento. O crescimento econômico nos governos Lula e Dilma também decorreu das ações que ampliaram o mercado interno de consumo assalariado formado a partir de políticas de distribuição de renda, de redução da pobreza, de expansão e formalização do emprego e de aumento e democratização do crédito, cuja maior virtude foi a melhora expressiva das condições de vida dos mais pobres.

O primeiro governo Dilma (2011-2014)

É preciso deixar bem claro que, do ponto de vista estritamente econômico, a raiz dos problemas vividos entre 2011-2014 estava na crise financeira internacional e em seus desdobramentos, e só em menor medida, nos desacertos na condução doméstica.

A crise financeira internacional abalou a confiança e levou a atividade econômica a se contrair, desmontando a engrenagem comercial, o ciclo de liquidez e as cotações de *commodities*. Entre 2007 e 2014, o saldo da balança comercial declinou de 40 bilhões de dólares para (–) 3,9 bilhões de dólares. É paradoxal, portanto, que para os “economistas do mercado” o mundo teria caminhado bem entre 2009 e 2015; que a crise tenha se localizado somente no Brasil; e que todas as suas causas estivessem ‘sintetizadas’ num chamado “populismo esquerdista”.

Nesse cenário, quando Dilma assume o governo, a continuidade do modelo social-desenvolvimentista do governo Lula já dava sinais de esgotamento

por motivos externos e domésticos. Em 2011, houve forte contração econômica. No ano seguinte, para reverter esse quadro, o governo apostou suas fichas no setor privado: ampliou a oferta do crédito, reduziu juros, promoveu desvalorização cambial e reduziu custos de energia. Além disso, ampliou a política de desoneração fiscal.

O setor privado não respondeu aos estímulos, e a combinação de baixo crescimento com desoneração fiscal teve impactos negativos sobre as contas públicas, o que contribuiu para comprometer as metas de superávit fiscal, sem gerar a devida contrapartida de investimentos produtivos. A desaceleração cíclica do gasto privado decorreu do acúmulo de estoques, da capacidade ociosa das empresas, do endividamento das famílias e, sobretudo, da avalanche de importações, combinada à nova dinâmica comercial internacional.

Além desses fatores, a partir de meados de 2013, a incerteza política também contaminou as expectativas de investimento do empresariado. A confiança do consumidor e do empresário declinam a partir das manifestações de junho de 2013. O clima pessimista voltou a se deteriorar em 2014, com a aproximação do período eleitoral e a perspectiva de mudança no poder.

Num mundo em crise, com a economia em desaceleração cíclica, a estrutura produtiva dependente de importações, o cenário de profunda incerteza política e o avanço da operação Lava Jato alcançando também o setor privado, podemos explicar a desaceleração da economia brasileira, sem precisar apelar para o debate puramente ideológico que os setores liberais tentam promover, acerca do fracasso da tal “nova matriz macroeconômica”.

Fato é que, apesar dos limites da condução da política econômica, o diagnóstico liberal não se sustenta. É simplória e superficial a ideia de que apenas os “excessos” da intervenção do Estado teriam sido responsáveis pela desaceleração da economia, jogando o país numa suposta crise de “amplas proporções”. Essa ideia relega a segundo plano uma série de fatores decisivos para que se consiga compreender adequadamente aquele momento: a) fatores estruturais internos, como o enfraquecimento da indústria e a destruição de nossas cadeias produtivas ao longo das três décadas anteriores; b) fatores estruturais externos, como a mudança no padrão de crescimento, preços e acumulação da economia internacional no pós-crise; e c) fatores conjunturais, como a crise política, a prolongada seca que atinge o Brasil a partir de 2012 e os impactos

econômicos negativos do combate à corrupção orientada por objetivos políticos e operou para destruir empresas.

Essa conformação complexa aparece apenas como se tratasse de elementos acessórios, nas explicações ideologizadas daqueles economistas, que procuram criar um espantinho, vesti-lo com a marca de “desenvolvimentismo” para, após malabarismos retóricos, culpá-lo de todos os males econômicos e políticos do país.

Na realidade, até meados de 2014 não havia sinais que sugerissem a tal “crise terminal” tão propalada. Os dados apresentados nesse livro não corroboram o diagnóstico liberal. A economia não estava “fora do controle”. Algumas pressões inflacionárias de custos foram controladas pelo governo. Tais pressões não decorriam de problemas de ampliação de demanda incentivada pela ampliação de gasto público, mas, sim, da prolongada seca (que aumentou o custo de produção de energia) e da pressão sobre o câmbio (inevitável em um cenário de instabilidade global, deterioração da balança comercial e das estruturas produtivas).

A inflação de serviços, que se manteve elevada ao longo dos últimos anos do governo petista, resultava de uma redistribuição das rendas em favor do trabalho, algo que não se poderia ver como fator negativo, em um país tão profundamente desigual como o Brasil. Assim, o discurso terrorista da “crise” provou-se uma profecia que se autorrealiza, quando, em seguida, produziu exatamente a crise que afirmava que já existiria.

Mas o principal argumento daqueles que falavam em “profunda deterioração” dos fundamentos macroeconômicos está relacionado ao comportamento das contas públicas. É fato que em 2014 houve, pela primeira vez no ciclo petista, déficit primário (0,6% do PIB). Ocorre que, entre 2003 e 2013, o Brasil gerou expressivos superávits primários. Na comparação internacional, o esforço fiscal brasileiro não se encontrava desajustado. Os países desenvolvidos, geralmente, incorreram em expressivos déficits primários durante o período 2009-2015, assim como as economias emergentes.

Os déficits nominais brasileiros também não estavam desajustados na comparação internacional, encontrando-se próximos de sua média histórica e abaixo da média dos países desenvolvidos. A existência de déficits nominais sempre pode pressionar a relação dívida/PIB, a depender do ritmo de cresci-

mento do PIB. No caso brasileiro, durante o primeiro governo Dilma, a dívida pública líquida em relação ao PIB caiu de forma contínua até 2013 e elevou-se ligeiramente em 2014 – situando-se em patamar reduzido na história recente e muito inferior à maioria dos países desenvolvidos. A dívida bruta, apesar de mais elevada, também não estava descolada da comparação internacional e não se apresentava em trajetória insustentável.

O crescimento da economia desacelerou-se progressivamente a partir de 2010, por conta dos desdobramentos da crise financeira internacional, da desaceleração cíclica da economia e da política de contenção fiscal e monetária empreendida em 2011. Mas, entre 2007-2013, em geral, o ritmo do crescimento brasileiro foi superior à média mundial.

No mercado de trabalho, teve continuidade um importante indicador para se afirmar a existência de verdadeira crise: o ciclo de geração de empregos e fortalecimento dos salários. A taxa de desemprego apresentava nível próximo do pleno emprego; e, nessa quadra, foram criados mais de quatro milhões de empregos formais.

No primeiro governo Dilma, a dívida externa pública bruta em porcentagem do PIB subiu ligeiramente, mas manteve-se em nível muito baixo, se comparada à observada em 2002; as reservas internacionais líquidas saltaram de 352 bilhões de dólares para 366 bilhões de dólares (2011-2014); a dívida externa pública líquida em relação ao PIB continuava negativa.

Apesar disso, por conta da crise internacional, a situação nas transações correntes era mais preocupante, devido à valorização cambial que, acrescentada à queda nos preços das *commodities* afetou o setor externo. Mesmo assim, a situação brasileira ainda estava longe de apresentar cenário de crise, com entrada abundante de capitais, inclusive na forma de investimento direto.

Em suma, a despeito da ligeira piora de alguns indicadores, ao cabo do primeiro mandato de Dilma, o Brasil não apresentava, sob nenhum aspecto considerado, qualquer cenário de crise que exigisse tamanho sacrifício do povo brasileiro. Na realidade, esse quadro teve muito mais relação com as incertezas políticas e o cenário internacional adverso, do que com eventuais decisões equivocadas de política econômica.

Por tudo isso, é preciso destacar os méritos do governo, que tentou praticar medidas anticíclicas para manter um mínimo de funcionamento da economia

em meio à crise financeira internacional, mantendo o nível de emprego e dos salários. Quão mais terríveis teriam sido os custos sociais, se as ações anticíclicas não tivessem sido adotadas?

O segundo governo Dilma (2015)

No curto segundo mandato de Dilma, assiste-se a um novo acirramento das tensões políticas, com caráter antipopular e antidemocrático, que se intensificou a partir das manifestações de junho de 2013 e a proximidade das eleições de 2014.

O “debate” proposto pela corrente liberal esteve contaminado pela questão política. A reeleição de Dilma reforçaria o “fantasma Lula” em 2018. O “terrorismo” econômico intensificou-se com a proximidade das eleições de 2014, quando foi deflagrada ampla campanha articulada com o objetivo de enfraquecer a candidatura oficial.

Apesar das tensões, Dilma Rousseff venceu o pleito de 2014. E desde então, começamos a reviver fantasmas do passado. O resultado da eleição foi contestado pelos perdedores. Começava, nesse momento, o processo que culminou na deposição antidemocrática de Dilma Rousseff, em agosto de 2016.

Segundo informações jornalísticas, um dos núcleos do “Estado-maior informal do *impeachment*” em 2015 foi instalado por um deputado federal, antigo quadro da ditadura, contemplando reuniões frequentes, por mais de um ano, “onde se preparava o cardápio do que iria ser servido”. A conspiração contou com a participação de convidados “ilustres”, como, por exemplo, um ex-presidente do Supremo Tribunal e um ex-presidente do Banco Central, que exerceram tais cargos nos governos anteriores.²

Paralelamente, o vice-presidente da República, Michel Temer (MDB), preparava o “programa de governo” do golpe. Em outubro de 2015, a Fundação Ulysses Guimarães, do PMDB, divulgou o documento *Uma ponte para o futuro* (batizado de “Plano Temer”), elaborado por diversos economistas liberais, críticos ideológicos do ciclo petista.

² Ver “G-8 do impeachment teve reuniões durante um ano”. *O Estado de S.Paulo*, 16 de abril de 2016. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,g-8-do-impeachment-teve-reunioes-durante-um-ano,10000026435>. Acesso em: 6.ago.2022.

A marcha do golpe contou com o empenho decisivo do deputado Eduardo Cunha (MDB) que, em março de 2015, foi eleito presidente da Câmara dos Deputados, após divergências com o Palácio do Planalto, que apoiou outra candidatura. Cunha teve seu mandato cassado em 2016, por quebra do decoro parlamentar e, posteriormente, foi condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

A presidenta Dilma, acusada de ter cometido “crimes de responsabilidade fiscal”, foi afastada pelo Congresso Nacional em maio de 2016. O *impeachment*, finalmente, foi selado em agosto de 2016. Por ironia, dentre os 513 deputados da Câmara que cassaram o mandato de Dilma Rousseff, 303 eram investigados por algum crime; e, dentre os 81 senadores, 49 estavam envolvidos em investigações³. Alguns meses depois, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) que presidiu a etapa final do processo, qualificou-o como um “lamentável tropeço na democracia”, que se repetiria “a cada 25, 30 anos”.⁴

Assim, só é possível compreender a crise de 2015, na perspectiva da economia política. Em última instância, a ruptura do pacto político em 2015 reflete precisamente a reação de uma fração majoritária dos donos do grande capital, frente a ameaça de que – na ausência de maior dinamismo inovador –, as políticas de emprego, a redistribuição de renda e a maior presença regulatória do Estado pudessem representar limites aos seus interesses. Esse é o núcleo da crise, não a “gastança fiscal” ou o descontrole inflacionário e outras sandices do amplo catálogo neoliberal.

Mais especificamente, o mecanismo deflagrador da ruptura do pacto político em 2015 está relacionado, dentre outros fatores, com o fato de que as políticas de geração de emprego e valorização da renda do trabalho ameaçaram a hegemonia do capital no conflito distributivo. É o que se vê claramente nas trajetórias de participação dos salários e do excedente operacional bruto no PIB, que refletem a mudança na apropriação dos aumentos de produtividade em favor dos trabalhadores (o salário mínimo e a massa salarial cresceram mais

³ Ver “Políticos que votam impeachment são acusados de mais corrupção que Dilma, diz jornal americano”, *BBC News Brasil*, 29.mar.2016. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160329_latimes_impeachment_rm. Acesso em: 6.ago.2022.

⁴ Ver Lewandowski sobre *impeachment*: “Um tropeço na democracia”. *O Globo*, 28.set.2016. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/lewandowski-sobre-impeachment-um-tropeco-na-democracia-20197033>. Acesso em: 6.ago.2022.

que o PIB). Na mesma linha, o crédito, outro pilar da acumulação capitalista, passou a ser crescentemente deslocado para os bancos públicos, cuja operação, como se deu na crise de 2008-2009, não se ajusta necessariamente às exigências do mercado. E da mesma forma, o capitalismo também não vive sem Estado, daí a importância de recuperar o controle sobre o estratégico componente Executivo do sistema institucional do Estado.

Foi nesse cenário de correlação de forças políticas desfavoráveis e fragilidades políticas e econômicas, que teve início o segundo mandato de Dilma. Como sublinha Maria Inês Nassif (ver Capítulo 7), “nunca se conspirou tanto na República Federativa do Brasil”. Entre 2013 e 2016, houve uma “tempestade perfeita” de conspirações políticas que interferiram gravemente nos rumos da economia. A “grande crise” do governo Dilma ocorreu “a partir do momento em que o caos artificial tomou conta do país, quando a ‘guerra híbrida’ gestada nas sombras das agências de inteligência dos EUA, nos quartéis brasileiros, na justiça e nos grandes grupos nacionais de mídia tornou o país ingovernável”, afirma a autora.

Nesse contexto, após vencer as eleições com margem discreta e ver sua base congressual diminuir, o governo foi imediatamente atacado pela oposição com uma narrativa golpista, questionando os resultados eleitorais. Além disso, a operação Lava Jato avançava e, extrapolando o âmbito do legítimo combate à corrupção, passava a produzir efeitos devastadores sobre alguns dos setores mais relevantes da economia nacional, como o setor de petróleo e gás, construção civil e indústria naval, além de toda sua cadeia de fornecedores, que têm papel relevante do crescimento econômico.

Além dessas dificuldades domésticas, o cenário internacional em 2015 era bastante adverso, com queda expressiva nos termos de troca (devida principalmente à redução no preço do petróleo e demais *commodities*), além de crescente pressão do mercado financeiro por ajuste fiscal e mudança na condução da política econômica.

É nesse quadro de tensões que se compreende a decisão questionável de promover um ajuste de rumos na política econômica em 2015. A opção foi realizar o ajuste todo de uma só vez, buscando recobrar a confiança, controlar a inflação e recuperar o crescimento já no segundo semestre. No entanto, numa economia em desaceleração e com inflação próxima ao teto da meta,

a elevação abrupta de tarifas públicas e a rápida desvalorização cambial impulsionaram a taxa de inflação, obrigando o Banco Central a elevar a taxa de juros. A queda da atividade provocou corrosão da arrecadação pública, inviabilizando a obtenção de resultados fiscais positivos, mesmo em um cenário de corte de gastos públicos. A perda de apoio popular e parlamentar, além da promoção de um ambiente de ruptura democrática, impediram o governo de implementar as medidas necessárias para a retomada da atividade, prejudicando o desempenho da economia em 2015 e 2016

A oposição aproveitou-se da fragilidade política do governo para aprovar as chamadas “pautas-bomba”, ou seja, proposições legislativas de caráter populista que geram impacto nas finanças públicas e comprometem a gestão do Poder Executivo. Ainda em 2014, a oposição liderada pelo PSDB e DEM, no contexto eleitoral, apresentou inúmeras propostas com o objetivo de desequilibrar as finanças do governo federal no primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff.

No início de 2015, como resultado desse processo, foi promulgada a PEC do Orçamento Impositivo, que obrigou o Poder Executivo a executar as emendas parlamentares ao Orçamento até o limite de 1,2% da receita corrente líquida realizada no ano anterior. Em 2015, isso significou quase 10 bilhões de reais em emendas, retirando um importante instrumento de gestão do Poder Executivo.

Ocorre que o volume de “pautas bombas” cresceu bastante após o rompimento do então presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha, colocando-se em oposição ao governo de Dilma Rousseff, criando, assim, um ambiente de degradação no cenário político com reflexos na crise econômica e no grave comprometimento da gestão do governo federal.

Algumas “pautas-bomba” foram aprovadas em primeiro turno na Câmara, mas não foram aprovadas no final – fosse a derrubada de vetos da presidenta ou aprovação de Projetos de Lei e promulgação de Propostas de Emenda Constitucional. Entretanto, demandaram grande esforço de articulação política e geraram grave desgaste político e de imagem do governo, perante a sociedade.

Em suma, uma clara compreensão da complexidade da conjuntura de 2015 desautoriza análises simplórias e ideológicas. Não se compreende 2015, sem retroceder a 2013. As manifestações populares, capturadas pela oposição, contribuíram para o acirramento das tensões políticas de caráter antipopu-

lar e antidemocrático, que se intensificaram com a proximidade das eleições presidenciais de 2014. Como dissemos, a vitória de Dilma foi imediatamente contestada pelos perdedores, iniciando-se o processo que culminou na deposição antidemocrática da presidenta eleita pela maioria dos votos dos brasileiros.

Assim, em 2015 houve uma “tempestade perfeita”, marcada pelo fato de que a oposição passou a apostar no golpe, na instabilidade institucional e na imposição de limites legislativos para a condução da política econômica, numa conjuntura econômica externa desfavorável, queda expressiva no preço das *commodities* e desaceleração do ciclo de consumo e investimento. Nesse cenário, foram alterados os rumos na política econômica, agora marcada pela contração fiscal, desvalorização cambial e aumento coordenado de um conjunto de preços administrados, o que gerou pressão inflacionária e recessiva. Somam-se a tudo isso, os efeitos disruptivos da operação Lava Jato, que destruiu setores produtivos e empregos, em sua estratégia para desmontar empresas nacionais.

A complexidade desse processo, que impôs limites objetivos ao governo Dilma, passou ao largo da compreensão dos ‘analistas de ocasião’. Contaminados pela questão eleitoral, era mais fácil – e funcional para os seus objetivos políticos imediatos – apelar para o debate puramente ideológico com invenções que atribuem todos os desequilíbrios econômicos ao “desenvolvimentismo irresponsável”, aos “excessos da intervenção estatal” e ao “populismo” da esquerda e seu “voluntarismo na distribuição da renda”.

A lógica oculta nessas manobras era trazer de volta o receituário liberal como solução para os problemas brasileiros. Em última instância, o propósito último da estratégia – justificada por análises rasteiras e simplificadora da crise econômica – era capturar, controlar e submeter o Estado ao estrito controle dos interesses rentistas; privatizar bens públicos e apropriar-se da receita pública; rebaixar o custo da força de trabalho; e fazer regredir o sistema de proteção social – objetivos confessos de diversos economistas liberais brasileiros, ideólogos de Chicago.

Sobre os autores

Eduardo Fagnani

Doutor em Economia pela Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (CESIT-UNICAMP).

Gerson Gomes

Membro do Conselho do Centro de Altos Estudos do Brasil para o Século 21. Foi funcionário de carreira da FAO e da CEPAL e assessor econômico no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Guilherme Mello

Professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON-UNICAMP).

ISBN 978-65-5626-072-3



9 786556 260723